



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA

O PAPEL DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA
PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO
DO *CAMPUS* DA UFC EM SOBRAL-CE

FORTALEZA

2023

LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA

O PAPEL DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA
PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO
DO *CAMPUS* DA UFC EM SOBRAL - CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Elias Soares.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S697p Sousa, Laiana Paula Severo de.
O papel do Programa Restaurante Universitário na permanência dos discentes de graduação do Campus da UFC em Sobral - CE / Laiana Paula Severo de Sousa. – 2023.
126 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Maria Elias Soares.

1. Assistência Estudantil. 2. Políticas Públicas. 3. Restaurante Universitário. 4. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Título.

CDD 378

LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA

O PAPEL DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA
PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO
DO *CAMPUS* DA UFC EM SOBRAL - CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Elias Soares.

Aprovada em 17/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Elias Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Sueli Maria de Araújo Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Augusto Ferreira Carioca
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A Deus.

Aos meus pais, Maria Neci Severo de Sousa e Paulo
Pereira de Sousa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que diariamente me dá força e sabedoria para não desistir dos meus sonhos e objetivos e conseguir realizá-los, mesmo diante dos obstáculos que surgem em meio ao caminho.

Aos meus Pais e a minha família, por compreenderem as minhas decisões e me apoiarem na realização dos meus projetos, mesmo que isso implique estar fisicamente a centenas de quilômetros de distância. Sem esse apoio e incentivo, eu não teria chegado até aqui.

À Professora Dra. Maria Elias Soares, minha orientadora, por toda a ajuda durante a realização deste trabalho. Sua contribuição foi essencial para a concretização desta pesquisa.

À professora Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante e ao professor Dr. Antônio Augusto Ferreira Carioca, pela disponibilidade em participar da banca avaliadora e pelas contribuições que nortearam o desenvolvimento e a conclusão desta pesquisa.

A todos os amigos e colegas que, de forma direta ou indireta, contribuíram na elaboração do presente estudo, pela paciência, atenção e força que prestaram nos mais diversos momentos; em especial, aos que a UFC me apresentou e que se transformaram na minha rede de apoio na cidade de Sobral. Saibam que vocês contribuíram muito nesse mestrado, desde o ingresso até a finalização desta dissertação. Sou muito grata pela nossa amizade.

À equipe da Assistência Estudantil do *Campus* de Sobral, por me ajudarem desde a elaboração do projeto até a divulgação da pesquisa. Vocês também foram essenciais nessa caminhada.

A toda equipe de funcionários do Refeitório Universitário do *Campus* de Sobral, minha imensa gratidão. Vocês me ajudaram (e muito!) na realização desta pesquisa. Posso afirmar, sem dúvida alguma, que, sem a contribuição e o empenho de vocês, não teria conseguido finalizar este projeto.

Aos professores João Guilherme Nogueira Matias e Mário Áureo Gomes Moreira, Diretor e Vice-Diretor do *Campus* de Sobral, por acreditarem neste trabalho e viabilizarem as condições para que pudesse concluí-lo.

A todos os estudantes de graduação do *Campus* de Sobral que participaram desta pesquisa, meu muito obrigada pela disponibilidade e fornecimento das informações. Sem a contribuição de vocês, esse trabalho não teria sido possível.

A todos os meus colegas de turma do POLEDUC, que, mesmo à distância, deram o apoio e suporte na concretização deste trabalho. Agradeço por termos caminhado juntos.

RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil visa garantir as condições de permanência do estudante de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior. Atuando em diversos eixos, ele tem na alimentação a sua maior área de abrangência, sendo os restaurantes universitários o principal modo de atuação desse eixo nas instituições de ensino. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil, identificando sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral, por meio do reconhecimento da visão dos discentes acerca do Programa Restaurante Universitário, da discussão das diferentes percepções da importância do Programa entre os alunos pagantes e os beneficiários da gratuidade da taxa de acesso e da avaliação da forma como esse programa tem atuado na trajetória acadêmica. Por fim, fez-se uma análise sobre o grau de insegurança alimentar dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, sendo adotados como procedimentos técnicos a pesquisa de campo e a documental. A coleta de dados foi feita mediante a aplicação de um questionário eletrônico com os estudantes dos oito cursos de graduação do *campus* de Sobral. Os dados obtidos na pesquisa foram analisados qualitativa e quantitativamente, com o auxílio dos softwares SPSS e *Atlas.ti*. Os pesquisados veem o Programa como um serviço garantidor da alimentação diária, ofertada com qualidade, por um preço acessível e que viabiliza economia de tempo e dinheiro. Foi constatado que não há diferenças na percepção do Programa entre o público pagante e os não pagantes; para ambos, o restaurante é visto como instrumento de muita importância, que auxilia o estudante a ter condições de vivenciar plenamente o ambiente universitário, contribuindo para uma melhor trajetória acadêmica. Observou-se ainda que insegurança alimentar é um problema que atinge os universitários e está mais presente naqueles que fazem parte dos Programas da Assistência Estudantil. Portanto, pôde-se constatar que o Programa Restaurante Universitário contribui diretamente para a permanência dos estudantes do *Campus* da Universidade Federal do Ceará em Sobral.

Palavras-chave: assistência estudantil; políticas públicas; restaurante universitário; segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

The Programa Nacional de Assistência Estudantil (National Student Assistance Program) aims to guarantee the conditions for undergraduate students to remain in Federal Higher Education Institutions. Operating in several axes, its largest coverage area is related to food. University restaurants are the preeminent mode of operation of this axis in educational institutions. Thus, this research has the general objective of examine the importance of the Programa Restaurante Universitário (University Restaurant Program) in student permanence, identifying its influence on the academic path of undergraduate students at the UFC (Federal University of Ceará) Campus in Sobral, through the recognition of the student's view of the Programa Restaurante Universitário, the discussion of the different perceptions of the program's importance among paying students and beneficiaries of the free access fee and the evaluation of how this program has acted in the academic trajectory. Finally, we investigated the degree of food insecurity of undergraduate students at the UFC Campus in Sobral. To achieve the proposed objective, we carried out descriptive research with a quantitative and qualitative approach, adopting field and documentary research as technical procedures. We collected data through the application of an electronic questionnaire with students from the eight undergraduate courses on the Sobral campus. We surveyed the data obtained in the survey qualitatively and quantitatively, with the help of SPSS and Atlas.ti software. Those surveyed see the Program as a service that guarantees daily food, offered with quality, at an affordable price, and which saves time and money. We found that there are no differences in the perception of the Program between the paying and non-paying public; for both, the students perceive the restaurant as a crucial instrument, which helps them to be able to fully experience the university environment, contributing to a better academic trajectory. We also observed that food insecurity is a problem that affects university students and is more present in those who are part of Student Assistance Programs. Therefore, the research shows that the University Restaurant Program directly contributes to the students' permanence on the Federal University of Ceará Campus in Sobral.

Keywords: student assistance; public policy; university restaurant; food and nutrition security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.....	32
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Utilização dos Programas da Assistência Estudantil	70
Gráfico 2 - Motivos para utilizar o Refeitório Universitário	72
Gráfico 3 - Benefícios do Programa Restaurante Universitário	78
Gráfico 4 - Programa Restaurante Universitário e a garantia do acesso à alimentação diária .	79
Gráfico 5 - Refeições nos finais de semana e feriados	80
Gráfico 6 - Se não tivesse o Refeitório Universitário, você ainda teria escolhido o Campus de Sobral para fazer sua graduação?	81
Gráfico 7 – Importância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica	84
Gráfico 8 – Importância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica por categoria de usuário	85
Gráfico 9 – Importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil .	86
Gráfico 10 – Importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil por categoria de usuário	87
Gráfico 11 - Gratuidade e valor da taxa de acesso como motivadores para a permanência estudantil.....	90
Gráfico 12 - Grau de insegurança alimentar dos estudantes do Campus de Sobral	91
Gráfico 13 - Grau de insegurança alimentar por categoria de acesso	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico da instalação dos RU's na Universidade Federal do Ceará	49
Quadro 2 - Distribuição de refeições por categoria de acesso do RU do Campus de Sobral no ano de 2022.....	53
Quadro 3 - Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Refeições servidas nos refeitórios da UFC em 2022.....	51
Tabela 2 - Quantitativo de usuários por categorias de acesso	51
Tabela 3 - Estudantes ativos nos cursos de graduação do Campus de Sobral no semestre 2022.2	56
Tabela 4 - Distribuição de participantes por curso de graduação.....	60
Tabela 5 - Dados sociodemográficos dos estudantes	64
Tabela 6 - Local de origem e moradia dos estudantes.....	66
Tabela 7 - Perfil de utilização do Refeitório Universitário	71
Tabela 8 - Dificuldade para pagar a taxa de acesso.....	88
Tabela 9 - Insegurança alimentar e a renda mensal.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEU	Clube de Estudantes Universitários
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CRU	Coordenadoria de Restaurante Universitário
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LOSAN	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAN's	Unidades de Alimentação e Nutrição
UFC	Universidade Federal do Ceará
VIGISAN	Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	18
2.1	Breve contexto histórico da Educação Superior e da Assistência Estudantil no Brasil.....	18
2.2	Permanência, Retenção e Evasão no Ensino Superior.....	22
2.3	Políticas públicas de assistência estudantil e permanência no ensino superior	27
2.4	A assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará.....	31
3	ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO E DEVER CONSTITUCIONAL	36
3.1	Direito Humano à Alimentação Adequada	36
3.2	Segurança Alimentar e Nutricional	40
3.3	Alimentação no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior	44
3.4	O Programa Restaurante Universitário na Universidade Federal do Ceará	48
3.4.1	<i>O Refeitório Universitário do Campus da UFC em Sobral</i>	<i>52</i>
4	METODOLOGIA.....	54
4.1	Classificação da pesquisa	54
4.2	Lócus da pesquisa	55
4.3	Delimitação do universo e da amostra.....	57
4.4	Instrumento de pesquisa	59
4.5	Análise e interpretação dos dados.....	61
4.6	Aspectos éticos e legais	62
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
5.1	Perfil dos participantes	63
5.1.1	<i>Procedência e moradia atual dos estudantes.....</i>	<i>65</i>
5.2	Significados da Assistência Estudantil.....	67
5.3	Caracterização da utilização do Refeitório Universitário no <i>Campus</i> de Sobral	71

5.4	Percepções sobre o Programa Restaurante Universitário	73
5.4.1	<i>Primeiras impressões</i>	74
5.4.2	<i>Dimensões da importância do Programa Restaurante Universitário na vida do estudante</i>	76
5.5	Grau de Insegurança Alimentar e Nutricional dos estudantes de graduação	90
6	CONCLUSÃO.....	96
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	114
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	117
	ANEXO A – ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)	122
	ANEXO B – PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA.....	123

1 INTRODUÇÃO

As políticas de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (IFES) em conjunto com as ações afirmativas promoveram um aumento no número de estudantes das classes sociais mais baixas no ensino superior. O ingresso no ambiente universitário, por si só, causa uma série de mudanças na vida dos discentes, principalmente para aqueles que precisam sair do seu ambiente familiar para cursar uma graduação. Por isto, as IFES devem disponibilizar ações de assistência estudantil, buscando favorecer a adaptação e garantir a permanência no ensino superior.

As ações de assistência estudantil englobam diversos programas. Segundo a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 2018, o Programa Alimentação foi a ação da assistência estudantil mais utilizada pelos discentes de graduação (FONAPRACE, 2018).

O Restaurante Universitário (RU) é o instrumento adotado na maioria das instituições para a execução do programa alimentação, propiciando aos discentes a oportunidade e conveniência de realizar suas refeições dentro do *campus*, por um baixo custo, adequada em quantidade e qualidade higiênico sanitária, além de ser um espaço destinado ao convívio entre os mais diversos atores da comunidade acadêmica e palco para expressões artísticas, políticas e culturais (FROES, 2010).

Os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são os que mais dependem da alimentação fornecida pelos restaurantes universitários. A maioria dos usuários dos RU's é cotista, faz uma refeição por dia no restaurante universitário, reside em moradias coletivas ou universitárias, está matriculada em cursos integrais e apresenta renda per capita menor que um salário-mínimo (FONAPRACE, 2018).

O interesse para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu pelo trabalho realizado pela pesquisadora no Refeitório Universitário do *Campus* da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Sobral, onde se percebeu a importante função que este instrumento de assistência estudantil desempenha na vida acadêmica e social do estudante. Essa experiência despertou a necessidade de analisar a relevância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica do discente de graduação do *Campus* da UFC em Sobral, tendo em vista a abrangência do público usuário, o baixo custo das refeições, a contribuição na segurança alimentar e nutricional e ainda na condição de permanência dos estudantes.

Com base no exposto, esta pesquisa visa responder a seguinte questão: qual a influência do Programa Restaurante Universitário na permanência do discente de graduação do *Campus* da UFC em Sobral?

Dessa maneira, este projeto tem como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil com a finalidade de identificar a sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral, sendo adotados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar a visão dos discentes acerca do Programa Restaurante Universitário;
- b) discutir as diferentes percepções da importância do programa entre os alunos pagantes e os beneficiários da gratuidade da taxa de acesso;
- c) avaliar como este programa tem atuado na trajetória acadêmica dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral;
- d) analisar o grau de (in)segurança alimentar e nutricional dos estudantes de graduação do *Campus* de Sobral.

A realização desta pesquisa poderá contribuir para o avanço do conhecimento científico acerca do tema proposto, tendo em vista a escassez de trabalhos que abordam esta temática. Além disso, os resultados deste estudo poderão colaborar para um aprimoramento do planejamento, direcionamento e estabelecimento de ações e intervenções prioritárias a serem desenvolvidas no refeitório universitário e na assistência estudantil, com o intuito de aprimorar e potencializar os resultados, e garantir que o Programa Restaurante Universitário na Universidade Federal do Ceará continue atendendo a toda comunidade acadêmica.

Com o intuito de evidenciar a relevância científica desta pesquisa, realizou-se uma busca por estudos anteriores na Plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na Plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, utilizando os seguintes descritores na busca avançada: restaurante universitário, assistência estudantil, permanência e segurança alimentar. Ao aplicar todas as palavras descritoras na busca, os resultados levaram a apenas um trabalho: Almeida (2012).

Assim, com o intuito de analisar mais estudos sobre o tema desta pesquisa, procedeu-se com outras buscas, empregando apenas dois descritores por vez nas plataformas citadas. Os trabalhos encontrados que dialogam com o objeto de estudo deste trabalho foram: Mussio (2015), Haddad (2013), Wolff (2018), Martins (2021), Pereira (2018) e Santos (2016).

As buscas nas plataformas resultaram em poucos trabalhos relevantes para este estudo. Dessa maneira, para aumentar a base de contribuições teóricas para o desenvolvimento deste trabalho, também foram feitas buscas no banco de dissertação do Mestrado Profissional em Política Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) e nas bases de dados *Scielo* e Google acadêmico. Assim, foram encontrados os seguintes estudos: Angoti e Zangirolani (2022), Araújo (2016), Araújo (2018), Barbosa *et al.* (2019), Bispo *et al.* (2019), Busato *et al.* (2015), Dias (2015), Maia (2008), Mattos e Fernandes (2019), Nunes (2021), Santos *et al.* (2017), Vasconcelos (2010) e Zago e Pereira (2015).

Os estudos analisados dialogam com esta pesquisa por apresentarem trabalhos realizados com usuários de restaurantes universitários situados em diversas regiões do país, avaliando desde a satisfação com o serviço, a qualidade das refeições até a percepção deste serviço como mecanismo de assistência estudantil. Os trabalhos mencionados analisaram ainda o nível de insegurança alimentar dos estudantes universitários, tanto em um cenário pré-pandemia quanto durante o período de isolamento social, e trouxeram ainda o contexto histórico da educação superior e a ligação da assistência estudantil com a permanência e evasão do ensino superior no país.

No entanto, percebeu-se que os trabalhos encontrados nas plataformas abordavam o tema deste trabalho de maneira superficial. Assim, não foram encontrados estudos que aprofundassem o papel do equipamento restaurante universitário na continuidade do ensino superior e a sua importância na rotina discente e na segurança alimentar do estudante universitário. Desse modo, acredita-se que a realização desta pesquisa poderá trazer uma relevante contribuição teórica sobre programa restaurante universitário e sua influência na vida do estudante, indo além da perspectiva de ser apenas um local de distribuição de refeições, mas de ser um espaço que visa garantir e facilitar a permanência estudantil e a conclusão do curso superior.

Metodologicamente, efetuou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica como descritiva. No que diz respeito à natureza, classifica-se como aplicada. Como métodos de pesquisa, foram realizados análise documental e pesquisa de campo. A coleta de informações da pesquisa de campo foi concretizada no *Campus* da UFC em Sobral, por meio de questionário eletrônico com perguntas abertas e fechadas respondido pelos estudantes dos cursos de graduação. Os dados foram compilados e analisados de acordo com as suas especificidades.

Esta pesquisa está estruturada em seis capítulos. Ela inicia com a introdução, em que foi elaborada uma rápida contextualização do tema da pesquisa e foram apresentadas a justificativa, a questão norteadora e os objetivos geral e específicos. O segundo e o terceiro capítulos trazem o referencial teórico da pesquisa. No segundo capítulo, faz-se uma breve exposição do percurso histórico e dados do ensino superior e das políticas públicas de permanência e assistência estudantil no Brasil. O terceiro capítulo, intitulado “Alimentação como direito e dever constitucional”, apresenta os conceitos e as legislações acerca do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional no país, finalizando com as informações sobre a alimentação nas instituições federais de ensino superior no país.

Dando continuidade, o capítulo seguinte exhibe os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do trabalho, sendo dividido em: classificação da pesquisa, lócus da pesquisa, delimitação do universo e da amostra, instrumento de pesquisa, análise e interpretação dos dados e aspectos éticos e legais. No quinto capítulo, são divulgados os resultados obtidos e a discussão acerca dos achados neste estudo. Os dados da pesquisa, obtidos por meio da aplicação do questionário, dizem respeito ao perfil dos participantes, os significados e percepções dos estudantes sobre assistência estudantil e os dados sobre a importância e a utilização do programa restaurante universitário, expondo, por fim, o grau de insegurança alimentar dos estudantes de graduação do *Campus* de Sobral. Finalizando o trabalho, no sexto capítulo, foi apresentada a conclusão, abordando as considerações elaboradas após a análise dos resultados do estudo, tendo como parâmetro os objetivos propostos na pesquisa.

2 O ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Este capítulo visa traçar uma breve discussão acerca da história da educação superior e da assistência estudantil no Brasil, discutir os conceitos e dados a respeito da permanência, evasão e retenção no ensino superior e apresentar as políticas públicas de permanência na educação superior brasileira.

2.1 Breve contexto histórico da Educação Superior e da Assistência Estudantil no Brasil

A assistência estudantil há muito tempo se faz presente no contexto do ensino superior brasileiro. O caminho percorrido passou pela mudança no seu público-alvo, o início das atividades nas universidades públicas, até a formulação e implementação de uma política pública específica da assistência estudantil no ensino público superior.

Para Vasconcelos (2010), quando comparado aos países vizinhos, o ensino superior no Brasil foi implantado tardiamente, somente após a chegada da família real, em 1808. Os países de colonização espanhola, como Peru e México, tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, em meados do Século XVI (ALBUQUERQUE, 2017).

Os primeiros cursos superiores ofertados no Brasil tinham características profissionalizantes, como medicina e engenharia, eram ministrados em institutos isolados e destinados apenas aos filhos da aristocracia colonial, que, no momento, estavam impedidos de estudar em terras europeias devido ao bloqueio imposto por Napoleão Bonaparte. Os cursos ofertados nesse período visavam suprir as necessidades da Corte e não as carências da população brasileira, ou seja, a educação superior no Brasil, já nos seus primórdios, era destinada a atender aos interesses da elite (ALBUQUERQUE, 2017).

Após a Proclamação da República, ocorre uma expansão do ensino superior no Brasil, impulsionada pela descentralização da oferta pelo governo, surgindo entre 1889 e 1918 mais de cinquenta escolas superiores, a maioria de origem privada, ampliando o número de vagas da educação superior no país. Foi ainda nesse período que surgiram as primeiras universidades brasileiras, como a Universidade de Manaus (1909), Universidade de São Paulo (1911), Universidade do Rio de Janeiro (1920) e de Minas Gerais (1927). No entanto, somente as duas últimas continuaram em atividade (ALBUQUERQUE, 2017).

No período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970, as universidades federais começaram a ser instaladas em todos os estados do país. Além disso, houve também a criação das universidades estaduais, municipais e particulares (VASCONCELOS, 2010).

Para Vasconcelos (2010, p. 603), a “explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos 1970” e foi ocasionada pela exigência de uma formação de mão de obra qualificada para a indústria e da concentração da população na zona urbana, levando à aprovação de novos cursos e mudanças nos métodos de seleção. Devido ao crescimento demasiado das universidades, os recursos ficaram escassos e a expansão do ensino superior precisou ser contida (VASCONCELOS, 2010).

A primeira ação relacionada à assistência estudantil no Brasil aconteceu em 1928 com a instalação, em Paris, da Casa do Estudante Brasileiro. A finalidade era abrigar os brasileiros que estudavam na capital francesa e que encontravam dificuldades para se manter na cidade (COSTA, 2010). Com o passar do tempo, a assistência estudantil passou por diversas transformações, tanto no seu público-alvo como no seu modo de atuação (IMPERATORI, 2017).

A Casa do Estudante do Brasil, situada no Rio de Janeiro, foi fundada em 1929, sendo considerada um marco nas ações de assistência estudantil no país, tornando-se, segundo as palavras de Alves e Brito (2021, p.30), “um exemplo histórico da pressão social por políticas de assistência estudantil, imprescindíveis à permanência do estudante desfavorecido socioeconomicamente na universidade”. Nesse local, os estudantes carentes recebiam auxílios e alimentação. Na década de 1930, na gestão de Getúlio Vargas, a entidade começou a receber incentivos financeiros do governo federal (COSTA, 2010).

O artigo nº 157 da Constituição Federal de 1934, ao tratar a respeito dos fundos da educação, traz no segundo parágrafo o seguinte texto: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934). Assim, no Governo de Getúlio Vargas, a assistência estudantil passa a ser destinada aos “alunos necessitados” e não mais aos filhos da elite que estudavam fora do país.

No decorrer dos anos, a assistência estudantil se tornou pauta constante nas Constituições Federais e nas Leis e Diretrizes e Bases da Educação, sendo expandidas para os estudantes de todos os níveis de ensino, com a finalidade de garantir a eficiência escolar (MAGALHÃES, 2013; IMPERATORI, 2017).

Durante o período da ditadura militar, em 1970, o Governo Federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo como propósito manter uma política de assistência estudantil, por meio da oferta de bolsas, alimentação, moradia e ações de assistência à saúde. Entretanto, no final dos anos 1980, o departamento foi descontinuado e as ações de assistência estudantil passaram a ser responsabilidade de cada instituição de ensino. Nesse momento, elas foram caracterizadas como “ações escassas e pulverizadas” (MAGALHÃES, 2013; IMPERATORI, 2017, p.288).

Para Costa (2010, p.170), durante esse período, a assistência estudantil teve como principal característica a “informalidade”. As ações iniciais eram “pontuais, descontínuas e marcadas pela escassez de recursos”, destinadas apenas para tentar corrigir os problemas mais básicos e emergenciais dos discentes, como acesso à moradia e à alimentação.

Com o fim do governo militar e a volta da democracia, os estudantes das classes populares passaram a compor com maior frequência o quadro discente das universidades públicas, aumentando a procura por políticas garantidoras da permanência estudantil desse público mais vulnerável no ensino superior (CORREIO, 2018).

O acesso das camadas populares ao ensino superior foi inicialmente constatado como um problema limitante. Porém, ao longo do tempo, notou-se que, além do acesso, seria necessário ofertar as condições básicas de permanência aos estudantes mais pobres. Assim, garantir a permanência estudantil passou a ser visto como um tema relevante nas agendas das políticas públicas, e o investimento em assistência estudantil poderia contribuir para a minimização desse problema (COSTA, 2010).

Em 1987, com a finalidade de debater e articular a assistência estudantil no país, como meio de assegurar a permanência do discente nas instituições públicas de ensino superior, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). O Fórum, constituído por dirigentes das universidades públicas ligados à área da assistência estudantil, é realizado mediante encontros regionais e nacionais. Ao final do evento, são elaborados documentos que visam definir os rumos das ações da assistência estudantil no país, além de servirem de subsídio para a elaboração das políticas públicas para os alunos do ensino superior público brasileiro (FONAPRACE, 2012).

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido por meio da Lei n. 10.172/2001, trouxe nos seus objetivos as preocupações com o acesso e a permanência na educação pública. O PNE atual, aprovado através da Lei n. 13.005/2014, apresenta na 12ª meta

a necessidade de aumentar a taxa de matrículas no nível superior. Dentre as estratégias previstas para alcançar essa meta, destaca-se a seguinte:

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, 2014a).

Para Assis *et al.* (2013), a assistência estudantil desempenha um importante papel na democratização de acesso ao ensino superior, tendo em vista que, além do acesso, faz-se necessária a garantia dos meios de permanência no nível superior, principalmente para os estudantes oriundos das camadas populares.

Dentre as prioridades do FONAPRACE, estava a “identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante” (FONAPRACE, 2012, p. 19). Dessa maneira, o fórum promoveu, ao longo dos anos, cinco pesquisas com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES, sendo a primeira delas realizada em 1996 e a mais recente em 2018.

Ao comparar os resultados das pesquisas, observam-se certas mudanças ocorridas no perfil dos estudantes nas últimas décadas, como aumento de estudantes das classes sociais mais baixas nas IFES, maior presença de egressos das escolas públicas e elevação dos autodeclarados negros, chegando a mais de 50% dos pesquisados. Essas transformações no perfil podem ter sido ocasionadas pelas políticas de expansão das instituições e das políticas afirmativas, como as cotas. Desse modo, nas últimas décadas, houve um crescimento no número de estudantes que se encaixam no perfil das ações da assistência estudantil (FONAPRACE, 2018).

O FONAPRACE contribuiu para a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007. Ele foi atualizado e se tornou uma meta prioritária para o Fórum, dando início a uma discussão junto ao MEC acerca da sua implantação. Por meio da Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, foi instituído o PNAES, tornando-se um grande marco na história do Fórum (FONAPRACE, 2012).

2.2 Permanência, Retenção e Evasão no Ensino Superior

A permanência, a evasão e a retenção são temas multifatoriais, complexos e interligados. É difícil tratar um desses temas sem evocar os outros.

Para Barbosa (2021, p. 21), a permanência no ensino superior se caracteriza como “um complexo processo que compreende a trajetória de estudantes desde o ingresso até a formação [...]”. É o período após o ingresso e antes da titulação, contendo suas especificidades e desafios inerentes a cada estudante.

O trecho a seguir, retirado do trabalho de Nunes e Veloso (2015, p. 820), demonstra que, para efetivar a permanência e, conseqüentemente, reduzir a evasão no ensino superior, as ações institucionais devem abranger os diversos aspectos apontados como motivadores e não somente o financeiro:

As transformações no cenário das universidades federais, requerem do poder público a definição de ações que coadunem com as condições de vida dos estudantes, sua origem social, suas dificuldades de adaptação proporcionando garantias para a permanência e sucesso em sua trajetória no ensino superior.

Em consonância com o exposto no excerto citado, Cordeiro e Cordeiro (2015) frisam que as ações institucionais de permanência estudantil no ensino superior não devem abranger somente os aspectos econômicos, mas devem garantir, atender e/ou sanar as barreiras pedagógicas e culturais encontradas pelos estudantes, principalmente os cotistas.

O capital cultural adquirido antes do ingresso na graduação é frequentemente apontado como um dos fatores determinantes para a permanência. Nesse quesito, os estudantes oriundos da rede pública são os mais afetados, dependendo diretamente do apoio institucional e docente para adquiri-lo após o ingresso na universidade, mesmo em meio às diversas transformações ocasionadas nesse momento. Os auxílios permanência contribuem para a melhoria dessa questão, pois amenizam as más condições financeiras e a necessidade de trabalhar, proporcionando ao aluno tempo para a utilização dos espaços da universidade e a participação em eventos, projetos e atividades científicas (MATTOS; FERNANDES, 2019).

O aumento do quantitativo de estudantes das classes sociais mais baixas adentrando nas IFES e a insuficiência de recursos públicos levam as instituições públicas a adotarem critérios cada vez mais rígidos na escolha dos alunos beneficiados nos processos seletivos de bolsas e auxílios para a permanência. A instituição se vê obrigada a escolher os “mais carentes”

dentre os carentes. Por conta disso, diversos estudantes que também precisariam da ajuda financeira acabam não tendo direito aos benefícios (MATTOS; FERNANDES, 2019).

Ao realizar um estudo-piloto para identificar os fatores que influenciam na permanência dos alunos na educação superior, Branco, Nakamura e Araújo (2017) concluíram que as convicções do estudante a respeito do curso antes do ingresso, a motivação individual em permanecer no curso e a vinculação aos programas acadêmicos são os principais motivos apontados para a continuidade na graduação. Por outro lado, a infraestrutura institucional e os programas assistenciais não foram reconhecidos como garantidores da permanência, provavelmente pelo baixo percentual de atendimento do público pesquisado.

No Brasil, a retenção universitária é conceituada como a permanência além do tempo previsto do estudante na graduação, sendo vista de modo negativo, estando ligada e contribuindo como um dos fatores na decisão de evadir-se. Em outros países, como os Estados Unidos e os integrantes da América Latina, a retenção diz respeito ao sucesso universitário (EVANGELISTA, 2020).

Na sua pesquisa, Evangelista (2020) constatou que a maioria dos estudantes retidos no Instituto Federal do Ceará possui vínculo trabalhista e contribui nas despesas familiares; por falta de tempo, não participa de atividades extracurriculares, como grupos de pesquisa e extensão. Apesar de terem um tempo maior de vínculo com a instituição, esses alunos não conseguem explorar e vivenciar os espaços da universidade, reduzindo as chances de se identificarem como parte constituinte deste local.

Araújo, Mariano e Oliveira (2021), ao analisarem os fatores que influenciam a retenção acadêmica na IFES, por meio dos dados dispostos no Censo da Educação Superior, constataram que apenas 27,0% dos estudantes colaram grau no tempo previsto, 46,0% ficaram retidos entre um e três semestres e 27,0% ficaram retidos por mais de três semestres, apontando os altos níveis de retenção na educação pública superior. As autoras observaram ainda que os estudantes mais velhos têm maiores probabilidades de retenção, pois precisam trabalhar para contribuir nas despesas familiares, corroborando com o estudo de Evangelista (2020).

A UFC divide a taxa de retenção em dois indicadores: taxa de retenção (prazo padrão) e taxa de retenção II (prazo máximo). O primeiro diz respeito à porcentagem de discentes que ultrapassaram a quantidade de semestres letivos prevista no projeto pedagógico do curso para a conclusão de curso no tempo padrão. A segunda corresponde ao indicador que mensura a porcentagem de estudantes que extrapolaram a quantidade de semestres letivos máximos previstos no projeto pedagógico do curso (UFC, 2023a).

No *Campus* da UFC em Sobral, no semestre 2022.2, a taxa de retenção (prazo padrão) estava em 12,7% e a taxa de retenção II (prazo máximo) foi de 2,5%. Ao comparar as taxas de retenção dos cursos de graduação disponíveis no *campus*, verificou-se que o curso de Licenciatura em Música apresentou os maiores índices de retenção em ambos os indicadores: taxa de retenção (prazo padrão) 34,7% e taxa de retenção II (prazo máximo) 8,9%. No sentido inverso, o curso de Medicina apresentou os menores indicadores: taxa de retenção (prazo padrão) 0,2% e taxa de retenção II (prazo máximo) 0,0% (UFC, 2023a).

A retenção universitária interfere diretamente no volume dos recursos financeiros repassados às universidades e institutos federais, tendo em vista que o índice utilizado para o cálculo do repasse leva em conta a taxa de sucesso do estudante, fator que indica se o discente está concluindo o curso no tempo previsto. Assim, caso os índices de retenção sejam elevados, é possível que o volume repassado seja reduzido, o que pode desencadear uma série de dificuldades na manutenção dos estudantes e da própria instituição (ARAÚJO; MARIANO; OLIVEIRA, 2021).

Segundo Cislagh (2008), no momento em que compreende ter feito a escolha certa, o estudante busca se envolver com a instituição de ensino, pois é por meio dela que as suas metas e objetivos serão alcançados. Para Tinto (1975 *apud* EVANGELISTA, 2020), quanto mais os alunos se sentirem parte da universidade, menores são as chances de abandono.

Coimbra, Silva e Costa (2021, p. 07), ao dissertarem acerca do conceito de evasão na educação superior, constataram que, mesmo não havendo consenso, a evasão está relacionada com “a perda de vínculo, a saída da instituição, o abandono do curso, o desligamento do curso, instituição ou sistema, sejam eles atos voluntários ou não”. Dessa maneira, a evasão pode ser considerada como um fenômeno complexo que engloba diversos atores e o sistema universitário. Os seus efeitos podem ser percebidos nos níveis individuais, sociais, acadêmicos e econômicos (SANTOS *et al.*, 2017).

A evasão faz parte da realidade da educação superior brasileira. Pesquisas apontam que os índices de abandono em instituições públicas ou privadas giram em torno de 20% e 50%, números relativamente altos, mas negligenciados pelas instituições (BARDAGI; HUTZ, 2009). Na Universidade Federal do Ceará, no semestre 2022.2, a taxa de evasão foi de 8,4%; no *Campus* de Sobral, estava em 7,5%, sendo uma das menores taxas de evasão dos *campi* da UFC situados no interior do estado (UFC, 2023a).

Dentre os fatores apontados como causas da evasão, pode-se citar: a dificuldade de conciliar o trabalho com as aulas, insatisfação com os horários das disciplinas, a escassez de

curso noturnos, relacionamento aluno-professor, pouca integração com a universidade, expectativas não correspondidas, desempenho acadêmico insatisfatório e, somando-se a tudo isso, as questões socioeconômicas (BARDAGI; HUTZ, 2009; IMPERATORI, 2017).

Os estudos apontam que, quando a continuidade no curso se torna difícil, os discentes podem enfrentar uma série de danos emocionais, sociais e acadêmicos até o momento em que optam por desistir do curso, demonstrando o quanto a decisão de se evadir pode ser complicada e danosa para os estudantes de graduação (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

A evasão do curso superior não gera danos apenas para o discente, mas representa também uma perda de ordem econômica, tanto para as instituições públicas como para as privadas. Nas primeiras, os altos recursos públicos investidos não trazem o retorno esperado para a sociedade; no caso das instituições privadas, há perda na receita. “Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico” (SILVA FILHO *et al.*, 2007, p. 642)

Baggi e Lopes (2011) apresentam a distinção entre a evasão do curso/instituição e a evasão do sistema. A primeira se refere à mudança de curso e/ou de instituição durante a trajetória acadêmica do estudante, geralmente ocasionada pela falta de identificação com o curso. Já a segunda está relacionada à desistência total do nível superior de ensino.

Ao estudar a evasão em uma Universidade Federal implantada após o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Zago, Paixão e Pereira (2016) evidenciaram que o abandono pode ocorrer durante todo o período da graduação, mas acontece principalmente no primeiro ano do curso, fato também constatado por Goetz (2020). A falta de identificação com o curso escolhido foi um dos principais motivos encontrados para a desistência da graduação (ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016).

Nesse mesmo estudo, observou-se que, geralmente, o discente evadido opta por se matricular em outro curso, na maioria das vezes, numa de área diferente da primeira opção, na mesma instituição ou em instituições diferentes. Assim, os autores constataram que os estudantes optam por desistir do curso, mas não abandonam o ensino superior (ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016).

O fator econômico é frequentemente apontado pelos estudantes e pelas instituições como principal motivo do abandono do ensino superior. Entretanto, para Silva Filho *et al.* (2007), esse fator seria apenas uma simplificação da causa, tendo em vista que a expectativa do aluno em relação a sua formação e a sua integração com a instituição de ensino acabam exercendo um papel primordial na decisão de permanecer ou desistir do curso.

Na pesquisa de Bardagi e Hutz (2009) com estudantes evadidos, os discentes relataram que a falta de maturidade no momento da escolha do curso, feita ainda na adolescência, a superficialidade das informações sobre o curso e o estereótipo da profissão escolhida foram fatores que contribuíram para o abandono da graduação. Segundo os entrevistados, dada a sua origem social – jovens da classe média–, ao saírem do ensino médio, a única alternativa seria continuar os estudos no ensino superior. Porém, a falta de informações consistentes e realistas sobre o curso, como a grade curricular e a dinâmica das aulas, levou os estudantes a repensarem a escolha e, conseqüentemente, abandonar o curso.

Ainda na mesma pesquisa, Bardagi e Hutz (2009, p.102) perceberam que, para o grupo estudado, a evasão foi uma “alternativa extrema, irrefletida, para escapar de uma situação acadêmica considerada insustentável”. Entretanto, os entrevistados consideraram positiva a decisão de evadir, não tendo relatos de arrependimento. Para eles, a vida havia melhorado substancialmente após a evasão. Portanto, nota-se que, neste caso em específico, a decisão de evadir do curso significou o fim de um ciclo de incertezas e uma oportunidade de recomeçar em uma outra área, dessa vez mais pensada e amadurecida.

Em um outro estudo, realizado na Universidade Federal do Ceará, os fatores apontados como causadores do abandono foram, respectivamente: a incompatibilidade entre horários de estudo e trabalho, os aspectos familiares, precariedade das condições físicas do curso e a inadequação curricular. Tal quadro ratifica a complexidade dos fatores determinantes da evasão (ANDRIOLA; ANDRIOLA; MOURA, 2006).

Segundo Costa e Dias (2015), os estudantes que dispõem de uma estrutura física adequada para um ambiente de estudo, como bibliotecas, laboratórios de pesquisas e de moradia, são menos propensos à evasão. A desqualificação pela origem do estudante e a falta de ajuda por parte do corpo docente também são fatores apontados como desmotivadores na continuidade do curso.

Goetz (2020), ao pesquisar os fatores causadores da evasão numa universidade pública situada na região Centro-Oeste do país, encontrou como o oitavo motivo mais citado as dificuldades de acesso aos programas de assistência estudantil; no caso específico da instituição, o auxílio moradia e o auxílio alimentação, tendo o último um número quatro vezes maior de inscritos do que a quantidade de auxílios ofertados.

A falta do restaurante universitário foi apontada por Quintino (2020) como fator motivacional para a evasão numa instituição pública do estado do Mato Grosso, demonstrando a importância desse instrumento na vida acadêmica do estudante universitário.

A alimentação precária e a não disponibilização de um restaurante universitário e/ou de uma estrutura apropriada para realizar as refeições são, dentre outros, apontados como fatores que dificultam a permanência e/ou desempenho do estudante cotista de universidade pública (CORDEIRO, 2008). O restaurante universitário pode ser classificado como “uma estratégia de responsabilidade social acadêmica e pública, porquanto visa a permanência e diplomação dos estudantes” (WOLFF, 2018, p. 16).

Dessa maneira, pode-se constatar que as instituições públicas de ensino superior devem disponibilizar ao discente todo apoio, os meios e as condições necessárias, indo além dos aspectos financeiros, para garantir a possibilidade da vivência holística do curso, a permanência e, conseqüentemente, a sua diplomação. As políticas públicas de assistência estudantil, quando implantadas em conformidade com a necessidade e especificidade de cada instituição, podem favorecer o alcance desses objetivos.

2.3 Políticas públicas de assistência estudantil e permanência no ensino superior

Na literatura, são encontradas diversas definições para políticas públicas, tornando-se inviável estabelecer um único ou melhor conceito. Souza (2006, p. 26) resume o significado de políticas públicas como “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”.

Por meio da idealização e formulação das políticas públicas, podem ser criados planos, programas e projetos e após a implementação, estes devem ser submetidos a processos de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

O processo de avaliação das políticas públicas visa analisar a sua eficácia, a eficiência, a relevância e a efetividade. Com base na mensuração dos resultados obtidos, decide-se pela sua continuidade, modificação ou encerramento das ações desempenhadas (ARAÚJO; ANDRIOLA; COELHO, 2018). A avaliação também verifica os aspectos qualitativos das políticas públicas, com a busca pelo entendimento do significado das atividades desempenhadas pela gestão pública pelos seus usuários ou beneficiários (CUNHA, 2018).

A educação superior brasileira, desde a sua implantação no período colonial até pouco tempo atrás, apresentava-se seletiva e excludente. Somente uma pequena parcela de jovens, em sua maioria pertencente à elite, tinha condições sociais e econômicas de cursar uma graduação, inclusive nas instituições públicas de ensino superior (FAVATO; RUIZ, 2018).

O Plano Nacional da Educação 2001 – 2010, estabelecido pela Lei n. 10.172/2001, exibiu dados críticos a respeito da educação superior, evidenciando que, no Brasil, apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 estavam matriculados nesse nível de ensino. Em termos percentuais, o Brasil ficou atrás de países como Argentina (40%), Venezuela (26%), Chile (20,6%) e Bolívia (20,6%). Esses dados demonstravam a imprescindível necessidade de implantação de políticas públicas que viabilizassem o acesso dos jovens brasileiros a formação de nível superior pública e de qualidade (BRASIL, 2001; FAVATO; RUIZ, 2018).

Dessa forma, com o objetivo da criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior, foi instituído, por meio do Decreto n. 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007).

Para Andriola e Araújo (2021), o REUNI visava colaborar com o aumento do número de vagas e cursos no ensino superior público brasileiro, garantir a democratização da permanência estudantil, aperfeiçoar a gestão acadêmica, proporcionar a inclusão social e contribuir para a maior eficiência das instituições de ensino superior.

O REUNI ampliou a quantidade de instituições públicas de ensino superior no Brasil, principalmente nas regiões norte e nordeste, além de proporcionar o aumento substancial no número de jovens matriculados na educação pública de nível superior (FAVATO; RUIZ, 2018).

Dentre as diretrizes apresentadas pelo REUNI, estavam a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso e a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007). O programa pretendia não só ampliar o número de cursos e vagas, mas proporcionar as condições necessárias para a conclusão dos cursos. Entretanto, para Andriola e Araújo (2021, p. 443), “nem todos os objetivos desejados foram alcançados”.

A implementação da política de cotas sociais e raciais nas universidades federais, pela Lei n. 12.711/2012, proporcionou a elevação do número de negros e/ou egressos da escola pública no ensino superior, havendo a necessidade de um aumento das ações garantidoras da permanência do estudante nesse nível de ensino (SOUZA; BRANDALISE, 2017).

O REUNI promoveu a interiorização do ensino superior. As cotas sociais e raciais inseriram sujeitos historicamente excluídos na educação superior. Contudo, além da ampliação do acesso, eram necessárias melhorias nas condições de permanência (FAVATO; RUIZ, 2018).

Para Vasconcelos (2010), a qualidade do ensino deve estar atrelada a uma política de assistência estudantil, garantindo assim as condições necessárias para o pleno desenvolvimento acadêmico dos estudantes, pela oferta de programas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros.

A assistência estudantil pode ser descrita como o conjunto de ações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) com a finalidade de reduzir a evasão, por meio da oferta de auxílios financeiros e serviços destinados a oferecer as condições de permanência, principalmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de contribuir para a elevação das taxas de conclusão dos cursos de graduação. A alimentação e a moradia são as principais áreas de atuação da assistência nas instituições públicas de ensino superior (CORREIO, 2018).

Diante desse cenário, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa n. 39/2007 do MEC e regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010 da Presidência da República, surge com a finalidade de assegurar a permanência dos estudantes, prioritariamente os socioeconomicamente vulneráveis, visando à redução das taxas de evasão e retenção (BRASIL, 2010a).

Nesse sentido, por meio do PNAES, conforme o primeiro parágrafo do art. 3º do Decreto n. 7.234/2010, as Instituições Federais de Ensino Superior devem oferecer um conjunto de benefícios nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010a).

A manutenção na graduação é uma preocupação que os estudantes e seus familiares passam a vivenciar logo após o ingresso no ambiente universitário. Mesmo sendo aprovado numa instituição pública, são diversos os gastos que podem surgir: moradia, alimentação, transporte, aquisição de materiais e demais despesas. Esses gastos interferem diretamente na renda mensal; naquelas famílias de menor poder econômico, os altos custos gerados podem tornar inviável a continuidade do estudante no ensino superior. Assim, o PNAES atua na minimização da preocupação cotidiana com a manutenção na graduação daqueles discentes expostos a situações de vulnerabilidade econômica (GANAM; PINEZZI, 2021).

Para Andrade e Teixeira (2017), as políticas de assistência estudantil, em conjunto com as políticas de inclusão social e os serviços de apoio, devem possibilitar ao estudante a saída da zona de vulnerabilidade, com a criação de condições que garantam a busca pela sua

identidade pessoal e profissional, proporcionando assim a possibilidade de planejar seu futuro, pelo estabelecimento de metas em médio e longo prazo coerentes com a sua vivência.

Estrada e Radaelli (2014), em uma pesquisa realizada numa IFES situada na região Sul do país, constataram que a assistência estudantil foi considerada fundamental para a maioria dos pesquisados e que, sem ela, grande parte dos estudantes não teria condições de se manter na universidade, demonstrando o significativo papel das ações da política de assistência estudantil na garantia da democratização do acesso à educação.

Em um estudo de caso realizado na Universidade Federal do Rio Grande, foi observado que os estudantes contemplados com os benefícios da assistência estudantil (alimentação, moradia, transporte e bolsa permanência) apresentaram um desempenho acadêmico superior quando comparados aos discentes que não receberam nenhum tipo de auxílio, demonstrando a eficácia das políticas destinadas à permanência e desempenho acadêmico dos alunos socioeconomicamente vulneráveis na instituição (MACHADO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020).

As ações da assistência estudantil possibilitam que os discentes possam dedicar um tempo maior aos estudos e vivenciar o ambiente universitário de maneira completa, com uma formação de maior qualidade, tendo em vista a oportunidade de participar de atividades extraclasse, além de contribuir na conclusão do curso no tempo previsto, auxiliando na redução dos índices de retenção acadêmica (GANAM; PINEZZI, 2021).

Para Martins, Silva e Mauricio (2019), o PNAES é um marco histórico da assistência estudantil no Brasil. O programa busca proporcionar os meios necessários para garantir aos estudantes beneficiários as plenas condições de cursar a graduação, reduzindo as dificuldades encontradas pela falta de condições socioeconômicas, promovendo a chance de focarem suas preocupações nas questões acadêmicas, colaborando também para a redução dos índices de repetência e evasão relacionadas às questões econômicas.

Conforme Nunes e Veloso (2015), o FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) exercem um papel crucial na luta pela criação de programas e projetos de assistência estudantil para apoiar o estudante na sua trajetória acadêmica até a conclusão do curso.

O PNAES não estabelece como e quais as ações relativas à assistência estudantil devem ser executadas, ficando a critério das instituições de ensino definir os programas que serão oferecidos. Na Universidade Federal do Ceará, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é o setor responsável por disponibilizar as ações assistenciais que visam garantir as condições

ideais para a permanência do estudante que esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2.4 A assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará

Na Universidade Federal do Ceará, as ações de assistência estudantil tiveram início na gestão do professor Antônio Martins Filho, primeiro Reitor da Instituição, que exerceu a função entre 1955 e 1967, período em que foi criada a Divisão de Assistência ao Estudante, responsável por gerenciar as atividades assistenciais, culturais e desportivas voltadas para os discentes, que aconteciam no Clube de Estudantes Universitários (CEU) (UFC, 2022).

A instalação do Restaurante Universitário no Benfica, na sede do CEU, em 1957, é considerada como a primeira ação de assistência estudantil da Universidade Federal do Ceará. Ainda no CEU, um pavimento foi reservado para abrigar a Residência Universitária. Em 1965, começaram as obras do primeiro prédio construído exclusivamente para abrigar as instalações da Residência Universitária, no Benfica (ARAÚJO, 2016; NUNES, 2021).

Ao longo do tempo, a demanda por ações de assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará cresceu. Assim, em 1966, foi criada a Vice-Reitoria de Assuntos Estudantis, que foi, posteriormente, transformada na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em 1969 (ARAÚJO, 2016).

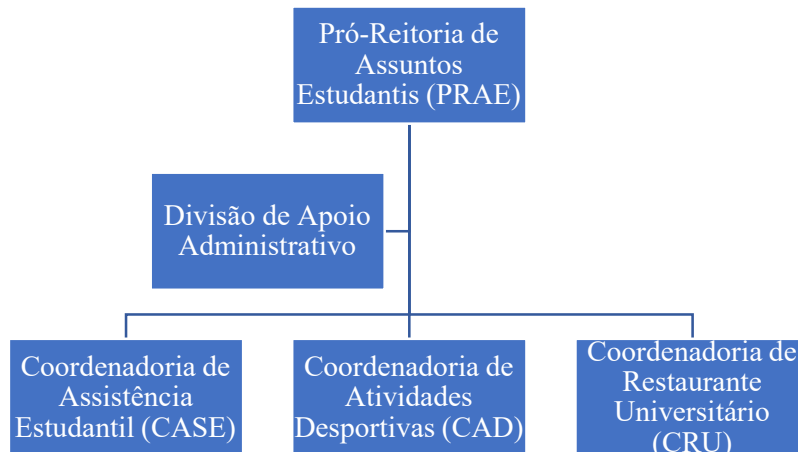
A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é a unidade gestora responsável pelas ações e programas da assistência estudantil na UFC. Segundo informações disponíveis em sua página eletrônica, ela atua com o intuito de “incentivar, acompanhar e promover o desenvolvimento do estudante em toda sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva”. Segundo a mesma fonte, a missão da PRAE é “fortalecer o vínculo institucional do estudante pelas condições de acesso, permanência, melhoria contínua e qualidade de vida” (UFC, 2023b).

Conforme consta em seu endereço eletrônico, as principais metas dos programas ofertados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC são:

- ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na UFC;
- viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes; contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico individual;
- agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (UFC, 2023b).

A PRAE realiza suas atividades por meio da Divisão de Apoio Administrativo, da Coordenadoria de Assistência Estudantil, da Coordenadoria de Atividades Desportivas e da Coordenadoria do Restaurante Universitário (Figura 1).

Figura 1 - Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis



Fonte: Universidade Federal do Ceará (2023b).

A Divisão de Apoio Administrativo tem dentre suas atribuições a execução do Programa Ajuda de Custo. Esse programa pode ser concedido a qualquer estudante dos cursos de graduação presencial, independentemente da condição socioeconômica, e ocorre pelo repasse financeiro para que o discente possa custear as suas despesas em eventos de natureza acadêmica, desportiva, cultural e política. A ajuda de custo somente será concedida se o evento ocorrer em cidade diferente da sede do curso (UFC, 2023b; NUNES, 2021).

A Coordenadoria de Assistência Estudantil é responsável pela elaboração dos editais dos processos seletivos unificados e gestão da maioria das bolsas e auxílios oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, como o auxílio-moradia, a bolsa de iniciação acadêmica, o auxílio creche e a residência universitária. A Coordenadoria desenvolve suas ações por meio da Divisão de Atenção ao Estudante, da Divisão de Benefício e Moradia e do Serviço de Orientação Pedagógica e Intervenção Psicopedagógica (NUNES, 2021; UFC, 2023b).

A Coordenadoria de Atividades Desportivas é formada pela Divisão de Desporto de Participação e da Divisão de Desporto de Rendimento. Ela também é responsável pela execução Programa Bolsa de Incentivo ao Desporto e tem como finalidade “incentivar os estudantes a incrementarem seu desempenho desportivo e acadêmico, mediante atuação em

atividades relativas à gestão desportiva e rendimento desportivo”. A seleção para bolsa é feita por meio de processo seletivo (UFC, 2023b).

A Coordenadoria de Restaurante Universitário é o setor responsável pelo gerenciamento do Programa Restaurante Universitário na UFC e atua por meio da Divisão de Alimentação e Nutrição, que administra todos os refeitórios universitários distribuídos nos *campi* da UFC na capital e no interior e da Divisão de Serviços Operacionais. Ela é responsável pelas atividades de apoio dos RU's da cidade de Fortaleza, como prestação de conta dos valores financeiros arrecadados por meio das recargas, serviços de manutenção e distribuição dos cartões de acesso para as unidades do refeitório (UFC, 2023b).

A seguir, estão descritos as ações e os programas da assistência estudantil disponibilizados pela PRAE na Universidade Federal do Ceará (UFC, 2023b).

- a) Ajuda de Custo: disponibiliza auxílio pecuniário aos alunos dos cursos de graduação presencial que irão apresentar trabalhos em congressos, seminários, colóquios, simpósios, encontros, competições desportivas, festivais de arte ou qualquer outro tipo de evento organizado por entidades estudantis;
- b) Auxílio Creche: para acessar a esse benefício, o discente deve estar matriculado em um dos cursos de graduação da UFC, na carga horária mínima exigida no edital correspondente; apresentar situação de vulnerabilidade socioeconômica com base nos parâmetros estabelecidos no PNAES; ter filho com idade entre 6 meses e 4 anos incompletos, que esteja sob sua guarda e que coabite com a criança;
- c) Auxílio Emergencial: tem como objetivo assistir discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, que ingressaram na universidade após o período dos processos seletivos da PRAE. Além disso, os estudantes podem solicitar o auxílio para: custear despesas relativas a transportes intermunicipais para estudantes que residem em Região Metropolitana de Fortaleza; custear gastos relativos a problemas de saúde dos discentes que dificultem a frequência regular às aulas; comprar instrumentais para o desenvolvimento de disciplinas, tais como materiais requisitados para os cursos de Odontologia, Gastronomia, Arquitetura, dentre outros; atender também a estudantes que apresentam situação de vulnerabilidade ou risco social, avaliada por meio de estudo social;
- d) Auxílio Moradia: busca viabilizar a permanência de estudantes matriculados nos cursos de graduação dos *campi* da UFC no interior (Crateús, Itapajé, Quixadá,

Russas e Sobral) em comprovada situação de vulnerabilidade econômica, assegurando-lhes auxílio institucional para complementação de despesas com moradia e alimentação durante todo o período do curso ou enquanto persistir a mesma situação;

e) Bolsa de Incentivo ao Desporto: o Programa tem por objetivo incentivar os estudantes a incrementarem seu desempenho desportivo e acadêmico, mediante atuação em atividades relativas à gestão desportiva e rendimento desportivo. Para receber a bolsa, o estudante precisa estar regularmente matriculado, tendo possibilidade de prorrogar a duração da bolsa, desde que não tenha reprovações em disciplinas;

f) Bolsa de Iniciação Acadêmica: destinado aos discentes dos cursos de graduação presenciais da UFC, que se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, principalmente os que estejam nos semestres iniciais do curso. A Bolsa tem por objetivo garantir as condições financeiras adequadas para permanência do estudante beneficiado e um desempenho acadêmico satisfatório. Os bolsistas participam de ações de iniciação acadêmica, nas diversas unidades e setores da Instituição;

g) Residência Universitária: visa contribuir para que os estudantes dos cursos de graduação dos cursos presenciais, oriundos de outros municípios ou estados do país e que estejam situação de vulnerabilidade socioeconômica, tenham condições apropriadas de moradia e alimentação, viabilizando a permanência estudantil. As residências são ofertadas apenas na cidade de Fortaleza e, atualmente, existem dez residências universitárias;

h) Restaurante Universitário: tem como objetivo oferecer refeição balanceada e de qualidade a estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e funcionários de empresas terceirizadas contratadas pela UFC, além de constituir um espaço de convivência e integração da comunidade universitária;

i) Isenção da taxa de acesso ao RU: tem por finalidade garantir gratuidade e acesso às refeições diárias fornecidas pelo Restaurante Universitário aos estudantes de cursos presenciais de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

j) Serviço de Acompanhamento ao Estudante: oferece acompanhamento Psicopedagógico, Psicológico e Psicossocial aos estudantes da UFC. Os serviços oferecidos têm como objetivo solucionar problemas de interação entre o estudante

e o ambiente universitário, contribuindo para melhoria do seu rendimento acadêmico.

Os benefícios listados, com exceção da Ajuda de Custo e do Serviço de Acompanhamento ao Estudante, são ofertados por meio de processos seletivos estabelecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Os editais dos processos seletivos são divulgados anualmente e, durante o período de permanência nos programas, os estudantes assistidos precisam atender aos chamados para a renovação dos benefícios.

Durante o período de suspensão das atividades presenciais, na pandemia da Covid-19, a UFC ofertou ainda o Auxílio Alimentação Emergencial e o Auxílio Inclusão Digital, viabilizados por meio dos recursos da assistência estudantil.

Segundo Aguiar, Nunes e Abreu (2021), as ações de assistência estudantil, ofertadas nos *campi* da UFC no interior, são fatores cruciais para a diplomação no ensino superior. A extinção desses programas e ações causaria o adiamento ou mesmo o fim do sonho da graduação, pois a maioria dos discentes não teria condições de financeiras de se manter nas cidades sede dos *campi*. Isso demonstra o impacto dessas ações na continuidade dos cursos, principalmente para os estudantes oriundos de outras cidades e das escolas públicas.

Na Universidade Federal do Ceará, segundo os dados dos Painéis Estratégicos, os discentes beneficiados com as ações da assistência estudantil têm uma taxa de permanência de quase 98,0%, demonstrando que os programas assistenciais da instituição estão alcançando o objetivo de garantir a permanência dos seus beneficiários (UFC, 2023a).

Os estudantes beneficiados com os programas de assistência estudantil apresentam um melhor desempenho acadêmico e uma porcentagem menor de desistência. Assim, pode-se inferir que o programa está atendendo aos objetivos estabelecidos na legislação, criando condições de permanência e aproveitamento pleno da formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (CESPEDES *et al.*, 2021).

O acesso à educação, em todos os seus níveis, é um direito constitucional, situado na Constituição Federal de 1988, no capítulo destinado aos direitos sociais, assim como a alimentação. Dessa maneira, o Estado deve buscar prover os meios necessários para garantir a todos o acesso a tais direitos. Na educação pública superior, a alimentação é um dos principais eixos de trabalho da assistência estudantil, sendo executada pelo repasse financeiro ou pela oferta dos serviços dos restaurantes universitários.

3 ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO E DEVER CONSTITUCIONAL

A alimentação é um direito constitucional, sendo o Estado obrigado a proporcionar os meios que viabilizem o seu acesso, garantindo as condições básicas de vida a toda a população. Nesta seção, serão abordados a história, conceitos e legislação relacionados ao direito à alimentação e à segurança alimentar e nutricional. Também se fará uma explanação sobre a garantia do direito à alimentação nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil.

3.1 Direito Humano à Alimentação Adequada

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional Francesa em 1789, durante a Revolução Francesa, é considerada como o primeiro marco documentado dos Direitos Humanos. A Declaração visava garantir a todos os cidadãos os direitos à “liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão” (AGUIAR; PADRÃO, 2022).

Definir os Direitos Humanos pode consistir numa tarefa árdua e complexa, dada a constante evolução desse tema ao longo do tempo. Leão e Recine (2011), ao apresentarem um conceito, caracterizam-nos como os direitos de uma pessoa somente por ter nascido e ser da espécie humana. Esses direitos são inalienáveis e independentes de legislação de qualquer esfera de poder, não podendo ser retirados e/ou cedidos voluntariamente por ninguém.

Os Direitos Humanos têm por característica primordial à garantia ao trabalho, saúde, moradia, educação, água, alimentos de qualidade, dentre outros aspectos que asseverem as condições básicas para uma vida digna (LEÃO; RECINE, 2011).

A preocupação com a fome e com a alimentação adequada é datada desde o início da humanidade. O povo nômade migrava sempre à procura de alimentos. Quando compreenderam que poderiam plantar e comer sua colheita, eles passaram a se estabelecer em aldeias. No decorrer dos séculos, a escassez de alimentos, ocasionada por questões ambientais, epidemias ou por fatores causados pelos homens, como as guerras, geraram novas inquietações a respeito da alimentação, ou melhor, da sua garantia perante as situações adversas (AGUIAR; PADRÃO, 2022).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe, no artigo 25, a preocupação com a alimentação: “Todo ser humano tem direito

a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação [...]” (ONU, 1948, Art. 25).

Além de indispensável para a sobrevivência, a alimentação é um direito humano e símbolo de expressão cultural. Nas palavras de Souza (2012, p.2), “não comemos apenas porque precisamos de nutrientes e calorias para manter o corpo funcionando. Comer tem um sentido muito mais amplo, pois envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou no Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos, em 1999, as condições garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), estabelecendo que, além de garantir o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, o DHAA deve respeitar a tradição cultural dos povos:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os Estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres naturais ou não (ONU, 1999).

O DHAA é formado por dois princípios inseparáveis: a disponibilidade dos alimentos, em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades de cada pessoa, e a garantia de acesso aos alimentos de forma sustentável, sem comprometer a obtenção de outros direitos, como educação e saúde (GAMBA; MONTAL, 2010; CAISAN, 2017).

No Brasil, a Emenda Constitucional n. 64/2010 alterou o texto do sexto artigo da Constituição Federal de 1988 para introduzir a alimentação como um direito social (BRASIL, 2010b). Antes disso, a Lei n. 11.346/2006, Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), definiu a alimentação adequada como “direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal” (BRASIL, 2006, Art. 2).

Para Teo *et al.* (2017, p. 247), os dois marcos citados são considerados como “momentos emblemáticos” na construção e consolidação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Cabe ainda mencionar e ressaltar a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar, considerado a mais longa ação na área de alimentação e

nutrição no Brasil, tendo início em meados dos anos 1950 e, até os dias atuais, fornecendo diariamente alimentação para os estudantes de toda a educação básica pública, desde a creche até o ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos, escolas indígenas e quilombolas, além das escolas em tempo integral (TEO *et al.*, 2017).

Apesar de implantar tardiamente o DHAA, o Brasil pode ser considerado como um dos países da América Latina atuantes na vanguarda pela sua consolidação. A inserção desse direito na Constituição Federal implica no desenvolvimento de ações e estratégias com a finalidade de garantir o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas (BEZERRA; ISAGUIRRE, 2014).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão de assessoria da Presidência da República, foi inicialmente instituído em 1993. Porém, em 1995, a administração presidencial daquela época decidiu por desativá-lo. Em 2003, a nova gestão do governo federal decidiu colocá-lo novamente em atividade. O CONSEA atuou de 2003 até 2019, quando mais uma vez foi extinto, por decisão da Presidência da República. Ele tinha por atribuições:

[...] elaborar propostas e atuar na formação, execução e supervisão das políticas de segurança alimentar e nutricional, atuou na inclusão do direito à alimentação na Constituição Federal, defesa dos direitos dos povos indígenas e dos quilombolas, fortaleceu a agricultura familiar e a agricultura ecológica e procurou reduzir os níveis de agrotóxicos (MACHADO; FRANÇA; RANGEL, 2021, p. 92-93).

O CONSEA assessorava a Presidência da República nas questões relativas ao combate à fome e também à garantia da oferta de alimentos seguros para a população, sendo um dos responsáveis pela incorporação da alimentação como direito na Constituição. Sua extinção, em 2019, ocorreu em meio a volta da fome para níveis alarmantes, inflação elevada, redução do acesso da população aos alimentos e da liberação de diversos produtos químicos, como agrotóxicos, para serem usados no plantio dos alimentos (CONSEA, 2011).

Em janeiro de 2023, a Medida Provisória n. 1.154/2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, trouxe no seu segundo artigo a reativação do CONSEA, restabelecendo-o como órgão integrante da Presidência da República (BRASIL, 2023).

Desde 2003, na primeira gestão do Presidente Lula, o combate à fome passa a ser agenda prioritária no país. Por meio da implementação do Programa Fome Zero, o Governo Federal desempenhou diversas ações e programas que contribuíram para a redução da fome e da pobreza no Brasil durante os anos subsequentes (SANTANA, 2020).

O Programa Fome Zero começou a ser desenhado ainda no início da década de 1990, pelo Instituto Cidadania. No ano de 2001, é adaptado e passa a ser a base do programa eleitoral do então candidato à presidência da república, eleito posteriormente, Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa visava à redução da fome e desigualdade social pelo fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, das políticas de distribuição de renda, ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, instalação de restaurantes populares e banco de alimentos, construção de cisternas, dentre outras iniciativas (TAKAGI, 2010).

Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), agência da ONU que trata da erradicação da fome no mundo, o Fome Zero foi um dos grandes responsáveis pela saída do Brasil do mapa da fome em 2014, pois os níveis de desnutrição foram reduzidos a menos de 5% da população brasileira, principalmente entre as famílias em extrema pobreza. A inserção do direito à alimentação na Constituição Federal, tornando a alimentação uma política de Estado, a criação da LOSAN e a reativação do CONSEA também contribuíram para a redução da fome no Brasil (FAO, 2014).

As mudanças políticas ocorridas no país nos últimos anos, principalmente desde 2016, com o aumento das políticas neoliberais, crescimento do desemprego e extinção do CONSEA, acarretaram o aumento da percepção da insegurança alimentar na população. A pandemia do Coronavírus e o aumento da inflação ocorridos nos últimos tempos, dificultaram ainda mais o acesso aos alimentos, levando a população a reduzir ou até mesmo eliminar o consumo de diversos produtos, como carnes e leite, inserindo o Brasil novamente no mapa da fome (MACHADO; FRANÇA; RANGEL, 2021).

Cabe destacar que a pandemia não foi o único agente causador desse retorno. Diversos estudos feitos em anos anteriores à crise sanitária indicavam o agravamento da situação de insegurança alimentar da população brasileira e apontavam a preocupação com o retorno do Brasil ao mapa da fome (MACHADO; FRANÇA; RANGEL, 2021).

O direito humano à alimentação adequada é “crucial na busca pela dignidade do ser humano”. Os programas e ações governamentais de combate à fome e à pobreza são fundamentais para assegurar e garantir esse direito. A consolidação do DHAA somente acontecerá quando a maioria da população brasileira estiver em segurança alimentar, com acesso diário a uma alimentação de qualidade e em quantidade adequada. Nesse sentido, entende-se que, em um ambiente de insegurança alimentar, não existe o efetivo cumprimento do direito humano à alimentação adequada (TREMÉA; SCHAURICH; SILVA, 2020, p. 29).

3.2 Segurança Alimentar e Nutricional

O termo Segurança Alimentar (SA) começou a ser utilizado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ele estava ligado à segurança nacional e à necessidade de os países serem autossuficientes na produção de alimentos, pois, caso houvesse alguma restrição por razões políticas ou militares, eles não sofreriam com o desabastecimento (BURITY *et al.*, 2010).

Ao longo dos anos, o sentido sofreu modificações. Durante a Segunda Guerra (1939-1945), o conceito de SA passa a ter relação com a insuficiência na disponibilidade dos alimentos. Havia um entendimento de que os países pobres seriam os causadores da situação de insegurança alimentar vivenciada, por causa da sua baixa capacidade de produção de alimentos. Assim, os países ricos ficaram responsáveis por desenvolver ações para preservar a segurança alimentar, como a distribuição dos excedentes de alimentos produzidos para os países mais pobres (BURITY *et al.*, 2010).

Em meados da década de 1990, passou-se a adotar o termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), compreendendo que não bastava apenas garantir o acesso em quantidade aos alimentos, mas também em qualidade, visto que os alimentos também deveriam assegurar o atendimento das necessidades nutricionais dos indivíduos (BURITY *et al.*, 2010).

A mudança no conceito da segurança alimentar ocorreu por causa da percepção da FAO e dos governantes das nações de que a fome não cessaria apenas com o aumento da produção dos alimentos, pois mesmo ampliando a produção agrícola, o problema da fome continuava existindo, chegando a crescer em alguns locais. Assim, constatou-se que o problema da fome era mais profundo e estava diretamente ligado à pobreza e à falta de recursos necessários para a aquisição dos alimentos (SANTANA, 202).

No contexto brasileiro, a LOSAN, Lei nº 11.346/2006, no art. 3, definiu a Segurança Alimentar e Nutricional como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

As políticas de combate à fome são ferramentas essenciais na efetivação do acesso à alimentação para todos os sujeitos. Deve-se enfatizar que a segurança alimentar somente será alcançada quando todos, independentemente da condição socioeconômica, tiverem acesso a

alimentos seguros do ponto de vista higiênico-sanitário, em quantidade adequada, fonte de nutrientes essenciais para a manutenção da saúde e que respeitem as tradições e cultura alimentar da população (TREMÉA; SCHAURICH; SILVA, 2020).

A Insegurança Alimentar (IA) é uma situação de vulnerabilidade que pode ser ocasionada por fatores, tais como: a redução na quantidade e/ou na qualidade dos alimentos consumidos, incerteza na obtenção e a privação do acesso aos alimentos. A insegurança alimentar pode ser classificada em três níveis (MARTINS *et al.*, 2022, p.5):

- a) Insegurança alimentar leve: quando existe incerteza sobre a capacidade para conseguir alimentos;
- b) Insegurança alimentar moderada: ocorre quando a qualidade dos alimentos e/ou a sua variedade está comprometida e a quantidade ingerida se reduz de forma drástica ou determinadas refeições não são realizadas;
- c) Insegurança alimentar grave: atinge-se este ponto quando não são consumidos alimentos durante um dia inteiro ou mais, sendo considerado como fome.

O nível mais grave da insegurança alimentar é vivenciado quando o indivíduo passa por uma séria restrição de acesso aos alimentos durante um dia inteiro ou mais, ou seja, quando passa a conviver, mesmo que momentaneamente, com a fome, o que, para a escritora Carolina Maria de Jesus, é a “pior das enfermidades” (MARTINS *et al.*, 2022).

A fome sempre foi uma temática presente nas discussões e debates políticos no Brasil. Josué de Castro, médico e sociólogo pernambucano, em seu livro “Geografia da Fome”, obra internacionalmente reconhecida, lançado em 1946, trouxe à tona o tema da fome e as suas possíveis causas, descrevendo como ocorria nas regiões do país. O autor conseguiu, com sua obra, mudar o enfoque do debate a respeito das causas fome no Brasil, comprovando que a fome não era apenas um problema geográfico ou biológico, como era proferido à época, mas um problema social, ocasionado pela má distribuição dos alimentos produzidos em solo brasileiro e pela valorização da monocultura visando à exportação (CASTRO, 1984).

O trecho a seguir, retirado da obra de Castro (1984), assevera como, mesmo após o avanço tecnológico, o estabelecimento de diversas políticas e várias décadas depois, o Brasil ainda não conseguiu se libertar completamente do fantasma da fome, que nunca foi extinto e continua assombrando milhões de pessoas país afora:

I - O Brasil, como país subdesenvolvido, em fase de desenvolvimento autônomo e de acelerado processo de industrialização não conseguiu ainda se libertar da fome e da subnutrição que durante séculos marcaram duramente a

sua evolução social, entravando o seu progresso e o bem-estar social do seu povo (CASTRO, 1984, p. 289).

A fome no Brasil nunca acabou e, nos últimos tempos, voltou a ser manchete diária de diversos noticiários no país e no mundo afora. A situação de insegurança alimentar e nutricional se agravou consideravelmente nos últimos anos, retomando a números semelhantes aos do início dos anos 2000 (MARTINS *et al.*, 2022).

Os dados obtidos pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada entre 2017-2018 e divulgada em 2020, mostraram que 36,7% dos domicílios brasileiros apresentavam algum grau de insegurança alimentar. Os piores índices foram encontrados na Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, e estão diretamente ligados com a renda (IBGE, 2020).

Os resultados do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), realizado entre os meses de novembro de 2021 e abril de 2022, evidenciaram que 59,0% da população brasileira apresentava algum grau de insegurança alimentar. Desses, 15,5% estavam em IA grave, ou seja, convivendo diretamente com a fome. O problema se torna ainda mais grave quando se faz a comparação com os dados da I VIGISAN, publicada em 2021, em que 55,2% dos pesquisados se encontrava em algum grau de insegurança alimentar e 9,0% já tiveram experiência com a fome (REDE PENSSAN, 2022).

Os dados da insegurança alimentar no Estado do Ceará são ainda mais alarmantes e preocupantes. De acordo com a II VIGISAN, a prevalência de insegurança alimentar foi de 81,9%, percentual superior à média nacional. O Ceará ainda foi tido como o estado com menor percentual da população em segurança alimentar e com maior percentual de pessoas em IA moderada, com a média de 26,3%. Estima-se que 2,4 milhões de cearenses convivam com a fome, sendo o estado do Nordeste com a maior população exposta à insegurança alimentar grave (REDE PENSSAN, 2022).

Ao comparar esses dados com os resultados da POF 2017-2018, realizada pelo IBGE, nota-se claramente o avanço substancial da fome no país, agravada pelo contexto pandêmico. Os atuais índices de insegurança alimentar são similares ao encontrado em 2004 (REDE PENSSAN, 2022; IBGE, 2020).

O Brasil continua vivenciando uma experiência contraditória. Mesmo sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ele tem atualmente mais da metade da sua população convivendo com a insegurança alimentar e/ou fome, ou seja, a população não tem garantia de acesso aos alimentos produzidos no país (CASTRO, 1984; PROENÇA *et al.*, 2021; REDE PENSSAN, 2022).

A maior parte dos alimentos consumidos no Brasil é oriunda da agricultura familiar, que ocupa apenas 23% das áreas de cultivo do país. As grandes *commodities*, exímios recebedoras de incentivos do Estado, ocupam a maior parte das terras produtoras do país e produzem, na maioria das vezes, visando apenas à exportação, não havendo preocupação com o mercado interno, além de ocuparem áreas de preservação ambiental, no Cerrado e Amazônia, estando relacionadas com o desmatamento ilegal (PROENÇA *et al.*, 2021).

No estudo de Vieira (2022, p. 82), segundo a percepção de estudantes universitários, para obter a segurança alimentar, é necessário o consumo de alimentos que “façam bem à saúde” para se ter uma alimentação saudável, sendo essencial que haja a redução da ingestão de alimentos industrializados e os cultivados com o uso de defensivos agrícolas, produtos que, quando consumidos rotineiramente, podem contribuir na ocorrência de diversos problemas de saúde.

A alimentação saudável envolve a ingestão de uma variedade de alimentos, em conjunto com a maneira correta do preparo e tempo disponível para consumir as refeições. Os universitários, principalmente os mais jovens, acabam deixando a alimentação em segundo plano, geralmente pela falta de tempo e/ou de condições financeiras (BUSATO *et al.*, 2015; SOUZA *et al.*, 2018).

A insegurança alimentar também se faz presente entre estudantes universitários, principalmente os oriundos das camadas sociais mais baixas, como os cotistas. Angotti e Zangirolani (2022) observaram que o grau de insegurança alimentar entre universitários era maior que a média nacional e os beneficiários de programas da assistência estudantil apresentavam um grau mais elevado de insegurança alimentar quando comparados ao não assistidos.

A pandemia da COVID-19 influenciou na redução do consumo de refeições pelos estudantes moradores de residência universitária. A renda insuficiente e a falta de equipamentos básicos para o preparo de alimentos, como o fogão, foram os motivos alegados para a redução do consumo diário das refeições (ARAÚJO *et al.*, 2021).

Martins (2021), ao avaliar o grau de insegurança alimentar em estudantes universitários durante o período de pandemia, verificou que cerca de 85,0% dos pesquisados apresentavam algum grau de insegurança alimentar. Desses, 25,0% se encontravam em insegurança alimentar grave, situação preocupante, principalmente porque a maior parte desses estudantes recebia o auxílio alimentação da instituição, distribuído por conta da suspensão do

funcionamento do restaurante universitário. Apesar dessa ajuda financeira, eles não deixaram de conviver com a incerteza da garantia da alimentação diária.

A alimentação é vista como elemento essencial para desenvolvimento e permanência do estudante, estando seu acesso ligado às condições de aquisição. Ademais, a alimentação é um direito social, devendo ser assegurada por políticas públicas. Na educação de nível superior, a alimentação está inserida nas ações da assistência estudantil (MUSSIO, 2015).

Os fatos expostos demonstram que os estudantes universitários, mesmo possuindo um maior nível de escolaridade e contando com o auxílio dos programas da assistência estudantil, não estão isentos de conviver com situações de vulnerabilidade, como a insegurança alimentar e até mesmo a fome.

Dessa maneira, as instituições federais de ensino superior devem viabilizar os meios e as condições necessárias para atenuar as dificuldades enfrentadas pelos discentes, principalmente os mais carentes, garantindo sua permanência. No que tange à alimentação, as gestões das instituições públicas de ensino superior precisam garantir e ampliar a existência dos programas e ações na área da alimentação, principalmente o serviço dos restaurantes universitários, significativo equipamento que atua na garantia do acesso à alimentação para os estudantes universitários.

3.3 Alimentação no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior

Segundo a ONU, “O direito humano à alimentação adequada é de importância crucial para a fruição de todos os direitos” (ONU, 1999). O impacto de ações como o Restaurante Universitário fica evidente em frases como a seguinte: “Quando eu entrei, não tinha nem RU. Eu tinha que escolher entre dormir na hora do almoço, porque eu tinha virado a noite estudando ou comer, sabe? Em agosto, quando o RU abriu, eu achei um banquete” (AGUIAR; NUNES; ABREU, 2021, p. 219).

A alimentação e a educação fazem parte do elenco de direitos humanos e sociais dispostos no 6º artigo da Constituição Federal Brasileira de 1988. Destarte, a educação e a alimentação devem estar juntos com o intuito de proporcionar condições dignas de vida e desenvolvimento para a população, principalmente os mais vulneráveis socioeconomicamente.

O PNAES tem o intuito de garantir uma ampla proteção social, pela articulação entres os diversos eixos de atuação do programa. Por não haver definição e obrigação de como devem ser executadas as ações, cabe às instituições estabelecerem quais serviços serão

ofertados, conforme a sua realidade e necessidade. No tocante ao eixo alimentação, algumas IFES disponibilizam um auxílio financeiro diretamente ao discente. Porém, a maioria opta por disponibilizar os serviços dos restaurantes universitários. Em algumas situações, ambos são disponibilizados de maneira concomitante (IMPERATORI, 2017).

O auxílio alimentação pode ser distribuído tanto pela transferência de recursos pecuniários diretamente ao estudante e/ou por fornecimento de tíquetes ou descontos para a utilização do restaurante (MUSSIO, 2015). O auxílio pecuniário geralmente é disponibilizado em locais onde ainda não existem os restaurantes universitários ou de modo complementar a esse serviço (PEREIRA, 2018).

Pereira (2018) trouxe à tona a discussão sobre a falta de garantia da utilização do auxílio alimentação para o cumprimento da sua finalidade esperada, aquisição de refeições e/ou alimentos. Comprova-se, pelas falas dos entrevistados, que, em alguns casos, o auxílio financeiro é utilizado para a complementação de despesas e pagamento de contas diversas, como aluguel e energia elétrica, e não a compra de alimentos.

Dias (2015) menciona situação semelhante encontrada em um Instituto Federal: ao repassar o dinheiro diretamente para o estudante, não havia garantia da utilização do auxílio financeiro na compra de refeições e/ou alimentos. Assim, a instituição optou por distribuir tíquetes de acesso ao refeitório em vez do valor pecuniário. Diante da dificuldade da fiscalização da utilização do auxílio para o cumprimento do seu objetivo final, uma das maneiras de garantir o acesso à alimentação adequada seria pela oferta de refeições subsidiadas pelos restaurantes universitários.

Para Vasconcelos (2010), a existência dos programas de alimentação, principalmente os restaurantes universitários, é uma forma de possibilitar a permanência do discente no *campus*, viabilizando a otimização do tempo e colaborando para a melhoria do desempenho acadêmico e formação integral.

As Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN's) são espaços destinados ao preparo e distribuição de refeições, garantindo a oferta de uma alimentação equilibrada, de acordo com a necessidade do seu público-alvo. As UAN's são classificadas de acordo com a sua finalidade em: institucionais (unidades situadas dentro de empresas, hospitais ou instituições de ensino, como escolas e universidades) e comerciais (como os restaurantes abertos ao público geral) (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2016; DAL BOSCO *et al.*, 2019).

Os restaurantes universitários são unidades de alimentação e nutrição de caráter institucional, tendo como objetivo a oferta de uma alimentação balanceada em quantidade e qualidade, por um preço acessível para a comunidade acadêmica (MEDEIROS *et al.*, 2013).

O primeiro restaurante universitário do país surgiu na década de 1950, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e tinha como finalidade proporcionar uma refeição balanceada, para que os estudantes tivessem condições fisiológicas e psíquicas para manterem os estudos (MEC, 1984 apud VIDRIK, 2008).

Os restaurantes universitários fazem parte da trajetória das instituições de ensino superior no país, estando presente em todo o seu contexto histórico, desde a fundação, passando pela fixação e até o desenvolvimento das instituições de ensino superior públicas (ANDRÉS, 2011).

Os recursos advindos do REUNI e do PNAES favoreceram a implantação, reforma e ampliação dos restaurantes universitários, proporcionando um espaço confortável e adequado para os comensais, além de contribuir para o aumento do número de usuários desses equipamentos (HADDAD, 2013).

Segundo Souza (2022), atualmente, existem 69 Universidades Federais no Brasil. Entre elas, duas estavam construindo e cinco não possuíam restaurante universitário. Sendo assim, no momento do levantamento, o RU estava presente em cerca de 90,0% das Universidades Federais do país. Com relação ao modo de gestão, o modelo predominante é a terceirização das atividades, com os servidores atuando na gestão e fiscalização dos serviços (SOUZA, 2022).

Além de ampliar a oferta de refeições nutricionalmente balanceadas e seguras, a preços baixos, os restaurantes universitários permitem uma maior facilidade para o desenvolvimento acadêmico dos discentes, desempenham um papel de importância social, possibilitando um maior contato entre a comunidade acadêmica, em um período fora da sala de aula, além de contribuir para a redução do alto índice de evasão das universidades públicas (MOREIRA JUNIOR *et al.*, 2015).

Nas IFES brasileiras, principalmente as originárias do REUNI, a implantação e/ou ampliação dos restaurantes universitários são pautas constantes nos diálogos travados entre os movimentos estudantis e as reitorias, dada a sua relevância na permanência e conclusão da graduação. Apesar da restrição orçamentária vivenciada no país, existe uma pressão para a existência e ampliação desse instrumento nos mais diversos *campi* das Instituições Federais de Ensino Superior (WOLFF, 2018).

Conforme Wolff (2018, p. 41), a administração superior de uma universidade federal, ao planejar a instalação de um RU, leva em consideração o número de alunos matriculados no *campus* em comparação com o total de auxílios-alimentação disponíveis, elegendo “o caminho mais vantajoso”, ou seja, o menos oneroso para a universidade.

As refeições disponibilizadas nos restaurantes universitários, a depender da categoria de comensal em que o estudante está cadastrado, são subsidiadas total ou parcialmente pelas IFES. Os gastos dos RU's são, em sua grande maioria, quitados com recursos oriundos do Tesouro Nacional. Os valores arrecadados com as vendas das refeições também são utilizados para esse fim, mas em menor proporção (SOUZA; SILVA, 2011).

Segundo Souza e Silva (2011), há uma grande dependência dos recursos oriundos do Tesouro Nacional na manutenção dos restaurantes universitários, devido ao déficit financeiro existente, uma vez que os valores arrecadados com a cobrança da refeição não são suficientes para arcar com todas as despesas e/ou custos gerados na produção e distribuição de refeições, pois, em virtude dos subsídios, os valores pagos pelos estudantes geralmente não cobrem o custo total da refeição.

De acordo com Cattafesta *et al.* (2012), o almoço realizado no RU é a principal refeição do dia para a maioria dos seus usuários e os serviços dos restaurantes são utilizados pelo menos três vezes por semana pelos comensais, evidenciando o papel desse equipamento para a alimentação e nutrição dos seus usuários.

Alves e Boog (2007), em um estudo com universitários residentes em moradias estudantis, verificaram que o almoço realizado no restaurante universitário era a refeição mais completa, apresentando a melhor qualidade em termos nutricionais. Entretanto, o desjejum e o jantar, realizados na maioria das vezes na própria moradia, foram classificados como incompletos, atestando a relevância do RU para a garantia da alimentação dos discentes.

As refeições oferecidas pelos restaurantes universitários contribuem diretamente na garantia da segurança alimentar e nutricional e na melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes universitários, pois os cardápios, na maioria das vezes, são compostos por alimentos frescos ou pouco processados, além da presença diária de saladas e frutas, incentivando e aumentando o consumo desses produtos ricos em nutrientes, como vitaminas, minerais e compostos bioativos, colaborando para o correto funcionamento do organismo (ALMEIDA, 2012; BARBOSA *et al.*, 2019).

Conforme Bispo *et al.* (2019), após frequentar o restaurante universitário, os estudantes melhoraram os hábitos alimentares, pelo aumento do consumo de saladas e outros

vegetais, além da inclusão de mais uma refeição no dia e a ingestão de cardápios mais variados. Isso comprova a importância do RU para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos comensais e, conseqüentemente, do direito humano à alimentação adequada.

Os restaurantes universitários são instrumentos de valiosa importância na vida acadêmica, principalmente para aqueles estudantes que não conseguiriam arcar com os custos de realizar suas refeições em estabelecimentos comerciais (MOREIRA JUNIOR *et al.*, 2015). Os RU's, além de possibilitar a continuidade dos estudos, devem garantir a “satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e convivência universitária” (VIEIRA; CAVALCANTI, 2020, p.7).

Assim, além de um serviço de apoio, os RU's acabaram assumindo um papel de gerador da saúde para os seus usuários, pela disponibilização de refeições nutricionalmente adequadas em quantidade e principalmente em qualidade para um público que, caso não contasse com esse serviço, estaria propenso a consumir produtos de baixa qualidade nutricional, tendo em vista a facilidade de aquisição e preparo. Contudo, tal alimentação de qualidade inferior causaria diversos problemas de saúde, dificultando ainda mais a vida de um público já tão vulnerável (ALMEIDA, 2012; BARBOSA *et al.*, 2019).

Rohr, Masiero e Klieman Neto (2010) se referem aos RU's como ferramentas significativas da assistência estudantil, especialmente para os alunos com baixo poder aquisitivo e/ou que residem a grandes distâncias do ambiente onde estudam.

Desse modo, como pontuado por Mussio (2015), o restaurante universitário é um equipamento significativo nas universidades brasileiras, tendo em vista o papel desempenhado como garantidor do direito à alimentação, como espaço de integração e convivência social e que tem contribuído na garantia da permanência dos estudantes, principalmente os mais vulneráveis socioeconomicamente, os quais são mais expostos à insegurança alimentar e nutricional.

3.4 O Programa Restaurante Universitário na Universidade Federal do Ceará

Na Universidade Federal do Ceará, o primeiro restaurante universitário foi fundado em 1957, durante a gestão do Reitor Martins Filho, sendo instalado no Clube de Estudantes Universitários, no *Campus* do Benfica. Ele tinha como finalidade fornecer uma alimentação praticamente gratuita aos alunos mais necessitados (UFC, 2023b).

Os serviços dos restaurantes universitários foram implantados ao longo dos anos na UFC. Porém, até o final da primeira década dos anos 2000, a instituição disponibilizava apenas duas unidades do RU: uma no Benfica e outra no Pici. Somente após a implantação do REUNI, que promoveu a expansão dos *campi* e cursos e o aumento do número de estudantes, que novas unidades do refeitório foram instaladas, tanto nos *campi* do interior como nos situados na capital do Estado, para atender à nova demanda da comunidade acadêmica (TEIXEIRA, 2016; UFC, 2023b).

O Quadro 1 apresenta o histórico da instalação dos restaurantes universitários na Universidade Federal do Ceará.

Quadro 1 - Histórico da instalação dos RU's na Universidade Federal do Ceará

Ano/Período	Evento
1957	Instalação do primeiro RU da UFC no Benfica, nas dependências do Clube de Estudantes Universitários.
Década de 1970	O <i>Campus</i> do Pici passa contar com uma unidade do restaurante universitário.
2011	A UFC inicia o fornecimento de refeições transportadas, feitas por empresas terceirizados, em instalações fora da instituição. As unidades do RU do Instituto de Ciências do Mar e dos <i>Campi</i> de Sobral e Quixadá iniciam suas atividades.
2013	A unidade do RU do <i>Campus</i> do Porangabuçu é inaugurada.
2015	Os <i>Campi</i> de Crateús e Russas passam a disponibilizar os serviços do RU.
2016	O <i>Campus</i> do Pici passa a disponibilizar uma segunda unidade do refeitório universitário.
2023	A UFC conta com nove RU's, em todos os seus <i>campi</i> , com exceção do recém-criado <i>Campus</i> de Itapajé, que está em fase de planejamento da instalação.

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2023b); Teixeira *et al.* (2016).

A administração da UFC decidiu alterar a produção de refeições, que até então eram preparadas nos próprios restaurantes. Em 2011, a instituição terceirizou totalmente o serviço de produção e a distribuição de refeições, passando a adotar o serviço de refeições transportadas em todas as suas unidades, na capital e no interior do estado.

As refeições são preparadas pelas empresas vencedoras dos processos licitatórios em unidades externas à universidade e servidas nas dependências da instituição. O cardápio é composto por duas opções proteicas de origem animal e uma opção vegetariana; o usuário opta por uma delas, além de arroz, feijão, guarnição, salada, sobremesa e suco.

Atualmente, a UFC conta com cinco unidades do RU nos *campi* da cidade de Fortaleza (Benfica, Pici I e II, Porangabuçu e Instituto Ciências do Mar) e quatro unidades nos *campi* do situados no interior do estado (Sobral, Quixadá, Russas e Crateús). Com exceção do recém-criado *Campus* de Itapajé, todos os *campi* da UFC contam com o serviço do restaurante universitário.

A Coordenadoria de Restaurante Universitário, setor subordinado à PRAE, tem como atribuição conduzir o Programa Restaurante Universitário na UFC, coordenando todos os refeitórios universitários da instituição, na capital e no interior, por meio da Divisão de Alimentação e Nutrição e da Divisão de Serviços Operacionais (UFC, 2023b).

Os refeitórios da Universidade Federal do Ceará são chefiados por nutricionistas da instituição, que, em conjunto com a Coordenadoria, realizam o planejamento, administração e supervisão das atividades realizadas em cada unidade, com o objetivo de garantir uma alimentação de qualidade e uma prestação de serviço eficaz para toda comunidade acadêmica (MAIA, 2008).

Os refeitórios universitários são destinados a todos que possuem vínculo com a UFC, como estudantes de graduação e pós-graduação, servidores técnico-administrativos, docentes e colaboradores terceirizados. Eles funcionam durante todo o período letivo, de segunda a sexta-feira, incluindo as férias acadêmicas, fornecendo almoço e jantar. O desjejum é servido apenas nos refeitórios situados na Capital do Estado, sendo destinado para os estudantes moradores das residências universitárias e os contemplados com a isenção total (UFC, 2023b).

O acesso aos refeitórios universitários ocorre por meio de um cartão recarregável. A primeira via é distribuída de maneira gratuita. Os usuários da categoria discente pagam uma taxa no valor de R\$ 1,10, nas recargas realizadas *on-line*, ou R\$ 3,00, caso a recarga seja feita no guichê de atendimento do refeitório. Os estudantes contemplados com a isenção (total ou parcial), os moradores das residências universitárias e os beneficiários do Programa Auxílio Moradia usufruem da gratuidade da taxa de acesso. Para as demais categorias (técnico administrativo, docentes e terceirizado), é cobrada uma taxa no valor de R\$ 13,50 por refeição (UFC, 2023b).

Segundo os dados do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), na UFC, são fornecidas cerca de 12.000 (doze mil) refeições por dia em todos os seus refeitórios. Em 2022, foram distribuídas 1.839.990 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa) de refeições nos refeitórios da instituição (Tabela 1) (UFC, 2023c).

Tabela 1 - Refeições servidas nos refeitórios da UFC em 2022

	Desjejum	Almoço	Jantar	Total
Fortaleza	44.856	919.213	332.166	1.296.235
Sobral	-	114.924	78.148	193.072
Quixadá	-	77.587	44.893	122.480
Russas	-	88.550	53.044	141.594
Crateús	-	50.919	35.690	86.609
Total	44.856	1.251.193	543.941	1.839.990

Fonte: SIPAC - UFC (2023).

Apesar de ser destinado para toda comunidade acadêmica, incluindo os servidores técnicos-administrativos, docentes e funcionários terceirizados, a quase totalidade de usuários dos refeitórios universitários da Universidade Federal do Ceará é constituída por estudantes, em todas as suas categorias de usuário, conforme pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 - Quantitativo de usuários por categorias de acesso

Categoria de acesso	Distribuição de usuários	
	N	%
Discente	1.312.354	71%
Auxílio moradia	128.464	7%
Isenção	194.468	11%
Residente	136.671	7%
Demais categorias	68.033	4%
Total	1.839.990	100%

Fonte: SIPAC – UFC (2023).

Teixeira *et al.* (2016), ao avaliarem os índices de satisfação dos usuários de um dos refeitórios da UFC situado em Fortaleza, constataram que os comensais estavam satisfeitos com as refeições servidas, principalmente nos que se refere ao tamanho das porções servidas e variedade do cardápio. Além disso, a experiência com a implantação do sistema de acesso via cartão recarregável foi avaliada como benéfica, pois agilizou o processo de aquisição de créditos para acesso ao refeitório. Por outro lado, os quesitos iluminação do ambiente e tempo de espera na fila de acesso tiveram baixos índices de satisfação, demonstrando que os principais problemas apontados pelo público pesquisado estão ligados principalmente as questões estruturais dos refeitórios.

A Coordenadoria do Restaurante Universitário realizou durante 2022 uma pesquisa *online* com o objetivo de avaliar os índices de satisfação com as refeições distribuídas nos RU's,

os resultados foram apresentados no Relatório de Gestão da UFC 2022. A avaliação foi feita pelo Indicador de Satisfação do Cliente e os dados obtidos constataram um elevado índice de aprovação das refeições ofertadas, demonstrando que os comensais estão satisfeitos com a alimentação distribuídas nos refeitórios universitários da UFC.

[...] no ano de 2022, verificamos que o almoço disponibilizado pelo RU obteve um percentual de satisfação de 91,1%, considerando somente os parâmetros de satisfação total (62,6%) e satisfação boa (28,5%). Já o jantar obteve uma aceitação de 92,1%, levando também em consideração os parâmetros de satisfação total (74%) e boa (18,1%), o que evidencia o elevado padrão de qualidade das refeições servidas (UFC, 2023d, p. 225).

Os estudantes residentes ou beneficiários de programas de bolsas de moradia da UFC dependem diretamente do restaurante universitário para realizar suas principais refeições diárias. Quando não podem utilizá-lo, ocorre uma queda na qualidade das refeições, principalmente naqueles mais vulneráveis economicamente (ARAÚJO, 2016).

O RU é um importante serviço garantidor da segurança alimentar e da qualidade de vida dos estudantes universitários, conforme evidenciado por Aguiar, Nunes e Abreu (2021), em um estudo realizado com discentes dos *campi* da UFC no interior, ratificando o expressivo papel do Programa Restaurante Universitário para os estudantes da Universidade Federal do Ceará.

3.4.1 O Refeitório Universitário do Campus da UFC em Sobral

O Refeitório Universitário do *Campus* de Sobral começou a funcionar em 2011, em um espaço improvisado destinado a uma cantina, servindo apenas o almoço. Naquele ano, segundo análise documental, foram ofertadas pouco mais de 3.800 (três mil e oitocentas) refeições. Progressivamente, as atividades do RU nesse *campus* foram expandidas; no ano seguinte, o jantar também começou a ser distribuído.

Em outubro de 2015, o refeitório do *Campus* de Sobral passou a funcionar em um prédio próprio, planejado e construído para abrigar esse tipo de serviço, garantindo a toda comunidade acadêmica a oportunidade e a conveniência de realizar suas refeições em um espaço adequado e confortável.

Por causa da pandemia causada pelo vírus da COVID-19, em março de 2020, a administração superior da UFC determinou a suspensão das atividades do RU de Sobral. Para minimizar os danos causados pela suspensão, a PRAE ofertou um auxílio financeiro,

denominado “auxílio alimentação emergencial”, distribuído para os estudantes aprovados nos processos seletivos até a reabertura do serviço, que aconteceu em março de 2022, no mesmo momento do retorno das aulas presenciais no *Campus* de Sobral. O Quadro 2 detalha o número de refeições servidas por categoria de acesso em 2022 no *Campus* de Sobral.

Quadro 2 - Distribuição de refeições por categoria de acesso do RU do *Campus* de Sobral no ano de 2022.

Categoria	Almoço		Jantar		Total	
	n	%	n	%	n	%
Discente	81.015	70,5%	53.469	68,4%	134.484	69,7%
Auxílio moradia	22.213	19,3%	17.144	21,9%	39.357	20,4%
Isenção	8.801	7,7%	6.545	8,4%	15.346	7,9%
Demais categorias	2.895	2,5%	990	1,3%	3.885	2,0%
Total	114.924	100%	78.148	100%	193.072	100%

Fonte: SIPAC – UFC (2023).

Segundo os dados do Quadro 2, em 2022, o RU de Sobral forneceu 193.072 (cento e noventa e três mil e setenta e duas) refeições, com uma média diária de 1.300 (mil e trezentas), entre almoço e jantar, tendo a sua quase totalidade de público composta por estudantes (98,0%), das categorias discentes, auxílio moradia e isenção, e o restante (2,0%) das demais categorias de usuários (servidores técnicos administrativos, docentes e funcionários terceirizados).

Baseado no exposto, nota-se que o Programa Restaurante Universitário se faz presente em todos os *campi* da UFC, com exceção do *Campus* de Itapajé. Diariamente, um número expressivo de comensais, compostos quase totalmente por estudantes, são beneficiados com o programa, que atua garantindo seu consumo de refeições adequadas em quantidade e qualidade, por um preço acessível, dentro da própria instituição de ensino, viabilizando as condições básicas necessárias para a diplomação e o atendimento ao direito à alimentação.

4 METODOLOGIA

Minayo (2013, p.13) descreve a metodologia como “o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade”. Englobando as perspectivas teóricas e técnicas necessárias para a construção da realidade investigada e o “sopro divino do potencial criativo do investigador”, a metodologia deve ser composta por um aparato claro, coerente, elaborado, sendo capaz de solucionar as adversidades teóricas na construção da prática. Dessa forma, esta seção tem por finalidade apresentar a metodologia adotada no desenvolvimento da pesquisa.

4.1 Classificação da pesquisa

Em relação à natureza, esta pesquisa se classifica como aplicada. Prodanov e Freitas (2013) conceituam a pesquisa aplicada como a que tem por finalidade a elaboração de conhecimentos para aplicação prática destinados à solução de problemas específicos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Para Gil (2022), as pesquisas descritivas realizam a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno. Ademais, também podem ser utilizadas para constatar relações entre variáveis. Na pesquisa descritiva, não há interferência do pesquisador: ele apenas faz a observação, a análise e a organização dos dados, sem manipulá-los (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que diz respeito à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com delineamento convergente. Segundo Gil (2022, p. 166), o delineamento convergente caracteriza-se como:

[...] coleta e análise tanto de dados quantitativos quanto qualitativos durante a mesma etapa do processo de pesquisa, seguida da fusão dos dois conjuntos de dados em uma interpretação geral. Seu propósito é o de obter dados diferentes, mas complementares, sobre o mesmo tópico, para melhor entender o problema de pesquisa [...].

As pesquisas de método misto, de acordo com Gil (2022, p.163), “são aquelas em que o pesquisador coleta e analisa dados ou achados e extrai inferências usando abordagens ou métodos quantitativos e qualitativos em um único estudo [...]”. Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem e podem ser importantes, complementando-se e permitindo um melhor entendimento dos fenômenos em estudo (YIN, 2015).

Os métodos quantitativos utilizam medidas objetivas. Nesse tipo de abordagem, entende-se que tudo pode ser quantificável, traduzindo-se em números as opiniões e informações obtidas nas pesquisas. Os dados desse tipo de pesquisa são classificados e analisados, na maioria das vezes, por meio da utilização de recursos e técnicas estatísticas (PRODANOV; FREITAS, 2013; GONSALVES, 2003).

A abordagem qualitativa se diferencia da quantitativa principalmente por utilizar o enfoque interpretativista. Segundo esse enfoque, “o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam [...]”. Assim, a pesquisa qualitativa passou a ser entendida como instrumento fundamental para o “estudo da experiência vivida, dos longos e complexos processos de interação social” (GIL, 2022, p.56).

Quando utilizados conjuntamente, os métodos qualitativos e quantitativos se incorporam, modificando, complementando e transformando um no outro. “As duas dimensões não se opõem, mas se inter-relacionam como duas fases do real num movimento cumulativo e transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las uma sem a outra, nem uma separada da outra” (GAMBOA, 2013, p.103).

No que diz respeito aos procedimentos de coleta de dados, ela se classifica como pesquisa de campo. Nesse tipo de estudo, busca-se investigar um único grupo ou comunidade em termos sociais, caracterizando populações e fenômenos, podendo descrever as causas determinantes de tais características. Complementando o estudo de campo, realizou-se uma análise de materiais institucionais, como relatórios de gestão, anuários estatísticos, ofícios, planilhas internas e dados do sistema SIPAC, com a finalidade de resgatar dados históricos e atuais do funcionamento do programa restaurante universitário na Universidade Federal do Ceará (GIL, 2022).

4.2 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada no *Campus* da UFC em Sobral. Cabe lembrar que a Universidade Federal do Ceará foi criada pela Lei n. 2.373 de 16 de dezembro de 1954 e instalada em 25 de junho de 1955, sendo composta pelos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior: Faculdades de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Agronomia e Faculdade de Medicina do Ceará, com sede na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará (BRASIL, 1954).

Durante quase 50 anos, a UFC concentrou suas atividades apenas na capital do estado. O processo de expansão e interiorização da instituição ocorreu somente em 2001, com a criação e instalação do curso de medicina nas cidades de Sobral e Barbalha, situadas em duas regiões do estado com maiores aglomerações urbanas de densidade populacional e desenvolvimento econômico, as regiões Norte e Cariri, respectivamente (CRISTINO FILHO, 2021).

Em 2006, por meio do REUNI, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFC aprovou a criação do *Campus* de Sobral, ofertando os seguintes cursos de graduação: Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Odontologia e Psicologia, somando-se ao já existente curso de Medicina. Em 2011, dois novos cursos de graduação foram instalados: os cursos de Finanças e a Licenciatura em Música.

O *Campus* de Sobral é considerado o maior e mais antigo *campus* da UFC no interior do estado, contando atualmente com oito cursos de graduação e cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu*: Biotecnologia, Ciências da Saúde, Saúde da Família, Engenharia Elétrica e de Computação e o Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas.

Segundo os dados dos painéis estratégicos da UFC (Tabela 3), no semestre 2022.2, o *Campus* de Sobral contava com 2.284 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro) discentes de graduação, distribuídos entre os oito cursos. Além disso, havia 210 (duzentos e dez) alunos matriculados nos cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 79 (setenta e nove) servidores técnico-administrativos e 208 (duzentos e oito) docentes (UFC, 2023a).

Tabela 3 - Estudantes ativos nos cursos de graduação do *Campus* de Sobral no semestre 2022.2

Curso de graduação	Número de estudantes	
	n	%
Ciências Econômicas	215	9,4%
Engenharia da Computação	430	18,8%
Engenharia Elétrica	463	20,3%
Finanças	135	5,9%
Medicina	475	20,8%
Música - Licenciatura	124	5,4%
Odontologia	199	8,7%
Psicologia	243	10,6%
Total	2.284	100,0%

Fonte: Painéis estratégicos da UFC (2023a).

A cidade de Sobral está localizada na região norte do estado do Ceará, situada a uma distância de 235 quilômetros da capital do Estado. Segundo a Prefeitura Municipal, a

cidade se apresenta como o mais significativo referencial de crescimento e desenvolvimento econômico do interior do Ceará, constituindo-se um centro de convergência, por sua ampla e moderna estrutura nos setores da saúde, educação, comércio, indústria, serviços, lazer, cultura e arte, com uma população 203.023 (duzentos e três mil e vinte e três) habitantes, tornando-se o quinto município mais povoado do estado. A cidade tem o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Ceará, ficando atrás apenas de Fortaleza (SOBRAL, 2021; IBGE, 2023).

Em 2016, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, foi criada Região Metropolitana de Sobral, por meio da Lei complementar n. 168/2016, sendo constituída pelo agrupamento dos seguintes municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groáiras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota (CEARÁ, 2016).

Destacando-se nacionalmente quando se refere à educação básica pública, com suas altas notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Sobral também é considerada uma referência educacional no ensino superior para a região norte do Estado. Atualmente, a cidade conta com três instituições públicas de ensino superior: a Universidade Federal do Ceará, o Instituto Federal do Ceará e a Universidade Estadual Vale do Acaraú. Somando-se a essas, há ainda duas grandes instituições privadas de ensino: a Faculdade Luciano Feijão e o Centro Universitário Inta - Uninta, que ofertam diversos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* nas mais variadas áreas, além de polos da Universidade Aberta do Brasil e de diversas faculdades à distância.

4.3 Delimitação do universo e da amostra

Lakatos e Marconi (2022, p. 255) conceituam universo populacional como “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. A delimitação do universo amostral da pesquisa busca caracterizar as pessoas que serão estudadas, por meio da descrição de aspectos semelhantes entre elas, como sexo, idade, região de residência e local de estudo.

A amostragem populacional na pesquisa é realizada quando se busca estudar um determinado fenômeno em uma parcela da população. Diferentemente dos estudos censitários, estudos com amostragem não abrangem a totalidade de indivíduos de um universo. Dessa

forma, eles são feitos com uma parcela da população selecionada conforme a conveniência do pesquisador, representando um subconjunto do todo (LAKATOS; MARCONI, 2022).

A população estudada foi composta pelos estudantes dos oito cursos de graduação ofertados no *Campus* da UFC em Sobral. Conforme os dados disponíveis nos painéis estratégicos da Universidade, no semestre 2022.2, o *campus* contava com 2.284 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro) estudantes de graduação ativos (UFC, 2022). Para a delimitação da amostra, foi utilizada a amostragem populacional probabilística. Para a sua determinação, utilizou-se a fórmula de Stevenson (1981) para população finita:

Fórmula 1:

$$n = \frac{z^2 pq N}{(N-1) e^2 + z^2 pq}$$

Fonte: Stevenson (1981)

Em que:

n = tamanho amostral;

z = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão. Os valores aplicados com mais frequência são: Nível de confiança 95%, implica em $z = 1,96$;

N = tamanho da população;

p = proporção populacional de um fenômeno a ser pesquisado (proporção conhecida previamente, em que $0 < P < 1$);

q = (1-p)

e = erro amostral.

Nesta pesquisa, para determinação do tamanho amostral, foram utilizados os seguintes dados:

N = 2.284

z = 1,96, o que corresponde um nível de confiança de 95%

e = 5% (erro de estimativa)

P = 0,5 (fornece o maior tamanho amostral para os erros de estimativa e nível de confiança escolhidos).

Assim,

$$n = \frac{(1,96)^2 * 0,5 * 0,5 * 2284}{(2284 - 1) * 1,96^2 * 0,5 * 0,5} \longrightarrow n = 329$$

Dessa forma, conforme resultado obtido pelo cálculo exposto anteriormente, o tamanho da amostra para a pesquisa foi definido em 329 estudantes.

Após a aplicação do questionário, obteve-se uma amostra maior que a esperada, ou seja, alcançou-se uma amostra de 331 estudantes. Apesar da amostra ter sido um pouco maior, a margem de erro não sofreu modificação.

4.4 Instrumento de pesquisa

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “uma das características mais significativas das pesquisas descritivas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática”.

Para Gil (2022, p. 110), o questionário pode ser classificado como “conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”, além de ser o meio mais acessível, tanto em relação de tempo e custo quanto para obtenção de informações. Para Pereira *et al.* (2018), o alcance do número de participantes é uma das vantagens da utilização desse instrumento. Na elaboração do questionário, deverão ser levados em conta os objetivos específicos da pesquisa. Apesar de não existirem regras rígidas estabelecidas para a confecção do questionário, o pesquisador deverá definir algumas regras que visem garantir a eficiência do instrumento (GIL, 2022).

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário, composto por 49 (quarenta e nove) questões objetivas e subjetivas, aplicado por meio de formulário eletrônico. Com o intuito de alcançar aos objetivos da pesquisa, o questionário se dividiu em três:

- a) caracterização do perfil do respondente: composto por doze questões a respeito do curso, semestre de ingresso, identidade de gênero, idade, cor/raça, renda familiar mensal, local de origem, onde e com quem mora atualmente e o tipo de escola em que cursou o ensino médio;
- b) percepção acerca do programa restaurante universitário: a segunda parte do questionário contém questões objetivas e subjetivas com o intuito de mensurar e avaliar o conhecimento e a utilização dos programas de assistência estudantil da UFC, dando maior ênfase ao Programa Restaurante Universitário, conhecer a

percepção discente sobre a importância deste Programa na sua trajetória acadêmica e da relevância do RU para os discentes dos cursos de graduação. Para realizar essa mensuração, foi utilizada a Escala de Likert;

c) avaliação da insegurança alimentar: para verificar o nível de insegurança alimentar, utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual consiste em uma escala psicométrica, contendo questões fechadas, que “mede diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar”, nos últimos três meses. A escala tem a “capacidade de mensurar a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e às dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar” (BRASIL, 2014b, p. 6). Nesse estudo, foi aplicada a versão curta de oito perguntas da EBIA utilizada no Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da COVID-19 - VIGISAN (REDE PENSSAN, 2022).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2023. O questionário foi enviado por *e-mail* para as coordenações dos oito cursos de graduação do *Campus* de Sobral, as quais fizeram o envio diretamente para os alunos. Com o intuito de ampliar a divulgação e a adesão dos estudantes, também foram afixados cartazes contendo o *link* da pesquisa, visível em um *QR-code*, nos espaços do Refeitório Universitário.

A taxa de retorno foi de 337 estudantes. Entretanto, seis disseram que não utilizavam o serviço do refeitório universitário; caso o participante respondesse que não utilizava o serviço, o questionário era encerrado. Sendo assim, ao final, participaram da pesquisa 331 estudantes dos oitos cursos de graduação do *Campus* de Sobral (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição de participantes por curso de graduação

Curso de graduação	Quantidade de participantes	
	n	%
Ciências Econômicas	17	5,1%
Engenharia da Computação	61	18,4%
Engenharia Elétrica	76	23,0%
Finanças	12	3,6%
Medicina	64	19,3%
Música - Licenciatura	14	4,2%
Odontologia	50	15,1%
Psicologia	37	11,3%
Total	331	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao finalizar o período de coleta de dados, deu-se início ao processo de análise e interpretação dos dados obtidos.

4.5 Análise e interpretação dos dados

A análise dos dados é feita de modo subsequente à coleta de dados. Nas pesquisas de método misto com delineamento convergente, os dados quantitativos e qualitativos são analisados de modo separado, adotando-se os procedimentos adequados segundo os objetivos da pesquisa (GIL, 2022).

Neste trabalho, após a coleta, os dados foram compilados no *Microsoft Office Excel* 365. Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se o *software Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS, versão 29, para realizar as estatísticas descritivas necessárias para atender ao propósito do trabalho, como frequências, média, desvio-padrão e medidas de associação, como o teste qui-quadrado de Person. A estatística descritiva trabalha com a organização e a apresentação dos dados obtidos numa pesquisa (AKANIME; YAMAMOTO, 2013).

Os dados qualitativos foram organizados com o auxílio do *software Atlas.ti*, versão 23, considerada como “[...] ferramenta que auxilia o pesquisador no processo de organização da análise dos dados, mas que o *software* não faz a análise sozinho. Todas as inferências e categorizações devem ser feitas pelo pesquisador, suportado pela sua base teórica” (SILVA JUNIOR; LEÃO, 2018, p. 716, grifo do autor). Os dados subjetivos foram categorizados e avaliados por meio da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016), ela não se trata especificamente de um único instrumento, mas de uma diversidade de técnicas de análises da comunicação, alternando entre dois núcleos: o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Para a classificação do nível de (in)segurança alimentar foram utilizados os pontos de corte da versão curta de oito questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar

Classificação	Quantidade de respostas positivas
Segurança alimentar	0
Insegurança alimentar leve	1 a 3
Insegurança alimentar moderada	4 a 5
Insegurança alimentar grave	6 a 8

Fonte: Brasil (2014b).

A EBIA é um instrumento adaptado da escala “*United States Department of Agriculture*” e é validado por meio de um estudo realizado em quatro cidades brasileiras com população urbana e cinco com população rural de diferentes estados do país. As populações participantes da pesquisa estavam nos estratos populacionais de renda média, média-baixa, baixa e muito baixa. Com base no estudo, constatou-se que a escala adaptada tinha excelente validade interna e elevado grau capacidade preditiva para medir os níveis de insegurança alimentar na população brasileira (BRASIL, 2014b).

A versão de curta de oito questões da EBIA utilizada neste estudo foi utilizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nos Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. A opção por essa versão se deu pelo fato de os oito itens da escala contemplarem a experiência do respondente com situações de restrição alimentar nos três meses anteriores à aplicação do questionário e por viabilizar a identificação de maneira rápida e direta da situação de segurança alimentar do estudante, além de permitir o diagnóstico dos níveis de gravidade da insegurança alimentar.

4.6 Aspectos éticos e legais

No que diz respeito aos aspectos éticos e legais, como disposto na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - CEP/UFC/PROPESQ, por meio do parecer nº 5.880.417 (ANEXO B).

O questionário foi aplicado somente após a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), respeitando os princípios éticos principalmente quanto ao consentimento esclarecido dos pesquisados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão expostos os principais resultados obtidos por meio do questionário eletrônico, contendo questões abertas e fechadas, aplicado com os estudantes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral. Após a coleta, os dados foram tabulados no *software* Microsoft Excel. Os dados quantitativos foram analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS. As questões abertas foram categorizadas com o auxílio do *software* Atlas.ti e analisadas por meio da análise de conteúdo. A sistematização dos dados encontrados na pesquisa é apresentada a seguir por meio de gráficos, quadros e tabelas; em conjunto, foram apresentadas as interpretações e discussões necessárias, visando alcançar os objetivos propostos neste estudo.

5.1 Perfil dos participantes

A maioria dos respondentes (60,7%) é vinculada aos três cursos com o maior número de estudantes matriculados no *Campus* de Sobral: Engenharia Elétrica, Medicina e Engenharia da Computação. Somados, os discentes desses cursos equivalem a 59,9% dos estudantes de graduação matriculados no semestre 2022.2, segundo os dados dos painéis estratégicos da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2023a).

Com relação ao semestre de ingresso, a maioria dos pesquisados assinalou que ingressou no curso, respectivamente, nos semestres 2020.1, 2019.1, 2021.1 e 2022.1, correspondendo juntos a 52,6% do total da amostra. Sendo assim, no momento da pesquisa, a maioria dos participantes tinha cursado pelo menos dois semestres da graduação.

A população estudada era composta, em sua maioria, por adultos jovens, entre 20 e 24 anos (68,0%), com média de idade de 22 anos e desvio padrão de 3,58 (Tabela 5). A idade mínima encontrada foi de 18 anos e a máxima de 45 anos. A faixa etária predominante é semelhante aos resultados encontrados na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, em que 49,3% estavam dentro da faixa etária acima citada (FONAPRACE, 2018).

Os dados do perfil sociodemográfico do público pesquisado estão dispostos na Tabela 5:

Tabela 5 - Dados sociodemográficos dos estudantes

Variáveis	n	%
Faixa etária		
Menor que 20	49	14,8%
De 20 a 24	225	68,0%
De 25 a 29	47	14,2%
Maior ou igual a 30	10	3,0%
Identidade de gênero		
Masculino	215	65,0%
Feminino	116	35,0%
Outro	0	0,0%
Cor/raça		
Amarela	5	1,51%
Branca	118	35,65%
Indígena	1	0,3%
Parda	179	54,1%
Preta	28	8,5%
Renda familiar mensal		
Abaixo de 1 salário-mínimo	83	25,1%
Entre 1 e 2 salários-mínimos	148	44,7%
Entre 2 e 3 salários-mínimos	50	15,1%
Entre 3 e 5 salários-mínimos	25	7,6%
Entre 5 e 10 salários-mínimos	16	4,8%
Acima de 10 salários-mínimos	9	2,7%
Tipo de escola em que cursou o ensino médio		
Escola pública	238	71,9%
Escola privada (bolsista)	35	10,6%
Escola privada (não bolsista)	55	16,6%
Mista (pública e privada)	3	0,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A maior parte dos pesquisados afirmou ser do gênero masculino (65,0%) e se autodeclarou pardo (54,1%). Os dados obtidos por meio da pesquisa se assemelham ao perfil da comunidade estudantil da UFC, disponibilizados no Painel do Censo da Educação Superior, referente ao ano de 2021. Segundo as informações do painel, a maioria do quadro discente da instituição era formada por pessoas do gênero masculino (55,3%), de cor/raça preta ou parda (63,4%) e com média de idade de 22 anos (BRASIL, 2023).

Santos (2016) e Vieira e Cavalcanti (2020), ao analisarem o perfil do público de RU's de universidades federais situadas na região Nordeste, também constataram que o público usuário era formado predominantemente por estudantes do gênero masculino.

Nunes (2021), ao realizar um levantamento a respeito dos beneficiários do Programa Auxílio Moradia no *Campus* da UFC em Sobral, evidenciou que a maioria do público do programa era composta por estudantes do gênero masculino, indo ao encontro do constatado

nesta pesquisa. A autora citou que um dos motivos para o público masculino utilizar mais os programas assistências do *campus* pode estar relacionado ao fato deles receberem menos ajuda dos familiares, quando comparados ao gênero feminino. Contudo, deve-se também levar em conta o fato deles constituírem a maior parte dos estudantes matriculados na instituição.

Com relação à renda bruta familiar mensal, a maioria dos discentes (44,71%) declarou estar na faixa de renda entre 1 e 2 salários-mínimos e 25,08% relatou ter renda abaixo de um salário-mínimo mensal. Os percentuais encontrados são superiores aos resultados da V Pesquisa do FONAPRACE, na qual 23,5% dos estudantes pesquisados relataram ter renda bruta mensal entre 1 e 2 salários-mínimos e 12,0% menor que um salário (FONAPRACE, 2018).

Ao comparar os dados, nota-se que, em todos os cenários, a renda bruta mensal dos estudantes foi menor do que o encontrado na pesquisa do FONAPRACE, feita em 2018. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, no ano de 2021, a renda média dos domicílios brasileiros foi a menor desde o início da série histórica, em 2012. As transformações políticas e econômicas vivenciadas nos últimos anos, o aumento dos índices de desemprego, a pandemia da COVID-19 e a redução da renda médias dos domicílios no país podem ter contribuído para encolher a renda bruta mensal das famílias dos discentes de graduação (FONAPRACE, 2018; IBGE, 2023).

A respeito do tipo de escola do ensino médio, a grande maioria dos pesquisados (71,9%) é proveniente da escola pública, o que pode estar relacionado à política de cotas adotada nas universidades federais após a Lei n. 12.177/2012. Ela destina metade das vagas dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior para os estudantes de escolas públicas de ensino médio, ampliando a presença destes no ensino superior público brasileiro.

5.1.1 Procedência e moradia atual dos estudantes

Visando dispor de melhores oportunidades educacionais, ao terminar o ensino médio, muitos jovens optam por migrar do seu local de origem para acessar o ensino superior, principalmente os oriundos de cidades de pequeno porte, os quais se mudam para cidades maiores, onde poderão encontrar mais possibilidades de cursos e instituições. A cidade de Sobral é considerada cidade polo da educação superior para o estado do Ceará, tendo em vista que o município conta com instituições de ensino superior públicas e privadas que disponibilizam cursos em todas as áreas de conhecimento (NUNES, 2021).

Desse modo, a Tabela 6 apresenta os dados referentes ao local de origem e de moradia atual dos estudantes participantes desta pesquisa.

Tabela 6 - Local de origem e moradia dos estudantes

Variáveis	n	%
Localidade de origem		
Sobral-CE	43	13,0%
Região Metropolitana de Sobral	43	13,0%
Região Metropolitana de Fortaleza	47	14,2%
Município fora da Região Metropolitana de Sobral ou Fortaleza, mas no Estado do Ceará	169	51,0%
Fora do Estado do Ceará	29	8,8%
Precisou mudar de cidade para fazer a graduação?		
Sim	260	78,5%
Não	71	21,5%
Mora na cidade sede do <i>Campus</i>?		
Sim	271	81,9%
Não	60	18,1%
Com quem mora atualmente?		
Colegas	193	58,3%
Cônjuge/companheiro(a)	10	3,0%
Pais ou parentes	89	26,9%
Sozinho	39	11,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os estudantes são procedentes de municípios do estado do Ceará, mas fora das regiões metropolitanas de Sobral e Fortaleza. Grande parte deles (78,5%) precisou mudar de cidade para cursar a graduação e 81,9% residem atualmente em Sobral. Convém destacar que, na UFC, o *Campus* de Sobral é o único situado fora da capital do estado considerado multiáreas, disponibilizando cursos em cinco áreas de estudo (saúde, humanas, sociais aplicadas, licenciatura e exatas), gerando interesse dos estudantes de todas as regiões do estado e de fora a optarem pelo *Campus* de Sobral para cursar a graduação.

De acordo com o estudo de Aguiar, Nunes e Abreu (2021), os estudantes universitários dos *campi* da UFC no interior compartilham a moradia para reduzir os custos de locação, geralmente altos, e as demais despesas geradas, como energia elétrica, água e internet. Os *campi* da UFC no interior não disponibilizam residências universitárias. Neles, uma pequena parcela de estudantes contemplados nos processos seletivos recebe um auxílio financeiro, o auxílio moradia, para custear os gastos com habitação. Nesta pesquisa, constatou-se que 58,3% dos estudantes dividem a moradia com colegas e 26,9% moram com pais ou parentes próximos.

A maioria dos estudantes pertencentes ao Programa Auxílio Moradia divide o domicílio com colegas (86,3%), seguida pelos usuários da categoria discente pagante (51,2%)

e isento (46,9%). Entre os que moram com os pais ou parentes, a maior parte é de estudantes beneficiados com a isenção da taxa de acesso (36,7%) e discentes pagantes (31,6%). Apenas 6,8% dos usuários do auxílio moradia vivem com pais ou parentes. Os percentuais de estudantes que moram sozinhos são relativamente baixos, sendo que a maioria é constituída de usuários pagantes (14,8%), auxílio moradia (6,8%) e isento (6,1%). Por fim, apenas os usuários das categorias isento (10,2%) e discente pagante (2,4%) relataram morar com cônjuge ou companheiro.

Os altos percentuais de estudantes do Programa Auxílio Moradia que dividem a residência com colegas provavelmente decorrem do principal critério para concessão do benefício: ter o núcleo familiar de origem (pai, mãe ou parentes de 1º grau) residindo fora da cidade sede do curso. Assim, os estudantes oriundos da cidade sede do curso e que ainda moram nela com seus pais ou parentes não estão aptos a receber o benefício (UFC, 2023b).

Completada a caracterização do perfil socioeconômico e origem dos estudantes usuários do Programa Restaurante Universitário, apresentaremos na próxima seção os significados e percepções da assistência estudantil e ainda a utilização dos programas assistenciais disponibilizados no *Campus* de Sobral.

5.2 Significados da Assistência Estudantil

O Plano Nacional de Assistência Estudantil visa garantir as condições de permanência dos jovens oriundos das camadas sociais mais baixas na educação superior pública federal. Entretanto, não se pode resumir somente a isso, mas é importante também oportunizar as condições ideais para que esses discentes participem integralmente da vida universitária, envolvendo-se nas mais diversas ações disponíveis, criando e fortalecendo a identidade com o ambiente acadêmico, decorrentes da redução da preocupação com os meios de subsistência no ensino superior (GANAM; PINEZZI, 2021).

Desse modo, ao perguntar o significado da assistência estudantil, os participantes da pesquisa a conceituaram como medidas de apoio visando à permanência estudantil e à consequente conclusão do curso.

Assistência fornecida pela universidade para amparar e favorecer a permanência do acadêmico no curso, seja financeira, alimentícia, psicológica ou de outra natureza (respondente 17).

Na minha concepção a assistência estudantil é um mecanismo que se propõe a atender os estudantes buscando assegurar seu acesso à educação. Ela terá como objetivo garantir ou pelo menos produzir meios que possibilitem ao estudante sua permanência nos estudos (respondente 148).

Serviços que buscam dar assistência e suporte aos estudantes durante a graduação, visto que a universidade possui um percurso complexo e difícil, e um apoio faz toda a diferença (respondente 141).

As respostas destacadas vão ao encontro do conceito de assistência estudantil instituído por Correio (2018, p. 48): “um conjunto de medidas tomadas pelas universidades que estão voltadas para garantir a permanência e a conclusão de curso do público-alvo que dela dependa”.

Outra parcela de respondentes compreende a assistência estudantil apenas como auxílios pecuniários destinados aos discentes em vulnerabilidade econômica: “projeto que busca viabilizar a continuação de estudantes de baixa renda na graduação universitária, através de bolsas/auxílios” (respondente 161); “ajuda financeira a estudantes com renda insuficiente para manter custos relacionados a faculdade ou moradia” (respondente 23).

No caso da UFC, os processos seletivos para bolsas e auxílios financeiros da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis são amplamente difundidos nos canais de comunicação institucional como ações de assistência estudantil, favorecendo o entendimento dessas ações apenas como repasse financeiro. Araújo (2018) reitera que há uma centralização no significado da política de assistência estudantil, focada apenas na destinação de bolsas/auxílios pecuniários, sendo esses sobrepostos aos demais serviços e programas ofertados pelas instituições.

Vale frisar que o fator econômico não é a única dificuldade encontrada para a permanência estudantil no ensino superior. Araújo *et al.* (2019) evidenciaram que a assistência estudantil não deve ser entendida apenas no seu caráter financeiro, devendo-se focar também em outros aspectos que busquem assegurar a qualidade de vida do estudante. A oferta de suporte pedagógico pela instituição também é um aspecto fundamental para o desenvolvimento do discente e conseqüente permanência na graduação (MATTOS; FERNANDES, 2019).

Os estudos de Branco, Nakamura e Araújo (2017), Nunes e Veloso (2015) e Cordeiro e Cordeiro (2015) citam ainda outros aspectos que interferem na decisão de permanecer no curso, como convicção do estudante quanto à escolha do curso e ao capital cultural adquirido antes da graduação, principalmente para os estudantes provenientes da rede pública de ensino básico.

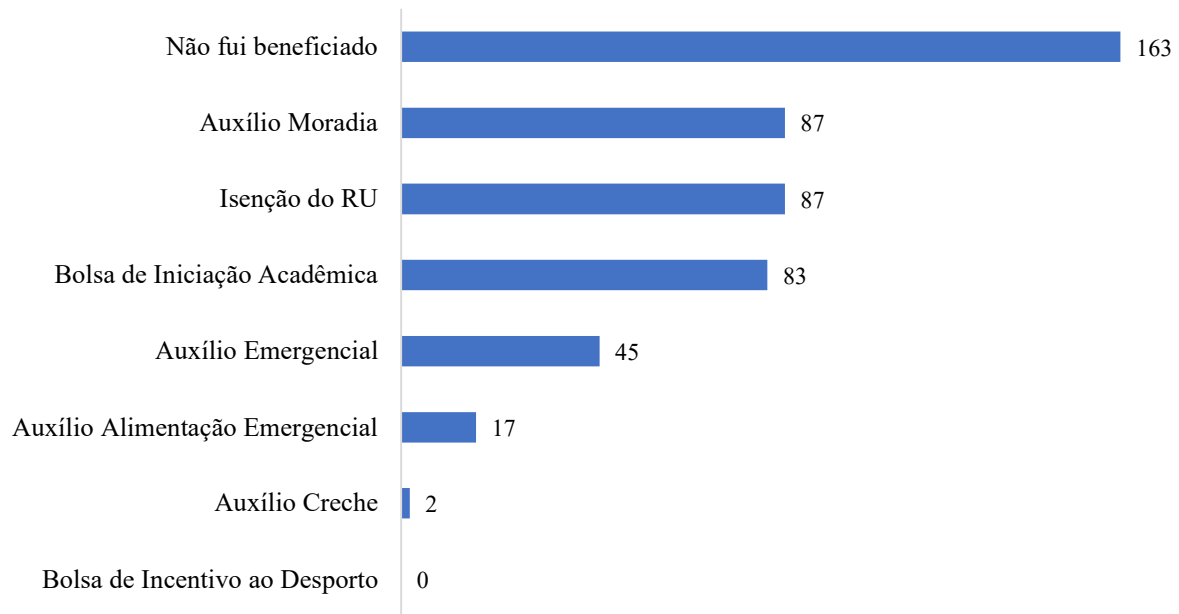
Uma pequena fração de respondentes ainda se referiu à assistência estudantil como um setor que teria por atribuição orientar e/ou esclarecer as dúvidas dos alunos nos mais diversos temas: “setor na UFC responsável por auxiliar os estudantes em qualquer assunto” (respondente 89). As equipes de assistência estudantil, de certa forma, também exercem esse papel de orientação. Quando não sabe a quem procurar, o público discente busca o setor com o intuito de pedir ajuda ou esclarecer dúvidas, uma vez que as equipes são multiprofissionais, formadas, geralmente, por assistentes sociais e psicólogos.

Ao serem indagados sobre conhecer os programas da assistência estudantil disponibilizados pela Universidade Federal do Ceará, a maioria dos pesquisados (81,0%) afirmou conhecer os programas. Questionados se, no momento da pesquisa, estavam recebendo algum tipo de auxílio financeiro da assistência estudantil, a maioria (69,5%) assinalou que não, demonstrando que, mesmo dentro do perfil do público do PNAES¹, nem todos recebem os benefícios.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, quase metade dos estudantes (49,2%) respondeu que não tinha sido beneficiado com auxílio e/ou bolsa da assistência estudantil na UFC. Dentre os que referiram ter sido beneficiados (50,8%), a maior parte mencionou ter feito ou fazer parte do Programa Auxílio Moradia, da isenção da taxa do RU e da bolsa de iniciação acadêmica. Nenhum participante relatou receber a bolsa de incentivo ao desporto no *campus*.

Destaca-se que, na UFC, os estudantes podem ser beneficiados com mais de uma ação ou auxílio da assistência estudantil, ao mesmo tempo ou em momentos diferentes, desde que atendam aos critérios estabelecidos em edital. Como mais de uma alternativa podia ser assinalada na questão, quase 60% dos alunos beneficiados fazem ou fizeram parte de mais de uma ação ou auxílio ofertado pela universidade.

¹ Decreto nº 7.234 de 2010, art. 5º: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio [...]” (BRASIL, 2010a).

Gráfico 1 - Utilização dos Programas da Assistência Estudantil

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

É necessário esclarecer que, para continuar recebendo os benefícios, os estudantes precisam satisfazer as especificações dispostas nos editais dos processos seletivos unificados. Na UFC, alguns dos critérios adotados para usufruir das ações e programas da assistência estudantil são: matricular-se na carga horária específica exigida pela grade curricular do curso e obter aprovação, de forma a concluir o curso no tempo padrão imposto pela Pró-Reitoria de Graduação; não ser reprovado em mais de 30% das disciplinas matriculadas por semestre e manter um rendimento satisfatório; não ter rendimento nulo; e não efetuar o trancamento total do curso. Caso o estudante não atenda a algum desses requisitos, poderá ter o auxílio suspenso ou até mesmo ser desligado totalmente do programa (UFC, 2023b).

Cabe informar, conforme consta no *site* da PRAE, que os estudantes beneficiados com o Programa Auxílio Moradia estão aptos a receber bolsas dos programas da UFC (monitoria, bolsa de iniciação acadêmica, iniciação científica, entre outras ofertadas), bolsas de agência de fomento ou estágios remunerados. Entretanto, caso possuam vínculo empregatício não poderão receber o auxílio (UFC, 2023b).

Nos próximos tópicos, serão apresentadas informações sobre a atuação do Programa Restaurante Universitário no *Campus* da UFC em Sobral.

5.3 Caracterização da utilização do Refeitório Universitário no *Campus* de Sobral

A maioria dos participantes da pesquisa assinalou pertencer à categoria de acesso discente (63,1%), os comensais que utilizam o refeitório mediante o pagamento da taxa de acesso. Os demais respondentes (36,9%) são os beneficiários do Programa Auxílio Moradia e da isenção, estudantes que fazem as suas refeições de modo totalmente gratuito. Nota-se uma similaridade com o encontrado por Medeiros *et al.* (2013), que, ao descrever o perfil de usuários de um restaurante universitário, observou que 70,0% do público usuário era pagante e 30,0% era beneficiado com a gratuidade da taxa.

No que diz respeito à assiduidade de utilização, a ampla maioria dos pesquisados (71,9%) almoça e janta no refeitório e 84,3% utilizam o serviço todos os dias da semana, resultado muito semelhante ao encontrado por Teixeira *et al.* (2016). Em sua uma pesquisa com os usuários de um refeitório da UFC situado na cidade de Fortaleza – CE, cerca de 75,0% do público pesquisado fazia as duas principais refeições (almoço e jantar), durante todos os dias da semana no refeitório universitário, atestando e reiterando a importância desse instrumento da assistência estudantil na garantia do acesso à alimentação para os estudantes de graduação na Universidade Federal do Ceará.

Os dados de utilização do Refeitório Universitário do *Campus* de Sobral estão detalhados na Tabela 7.

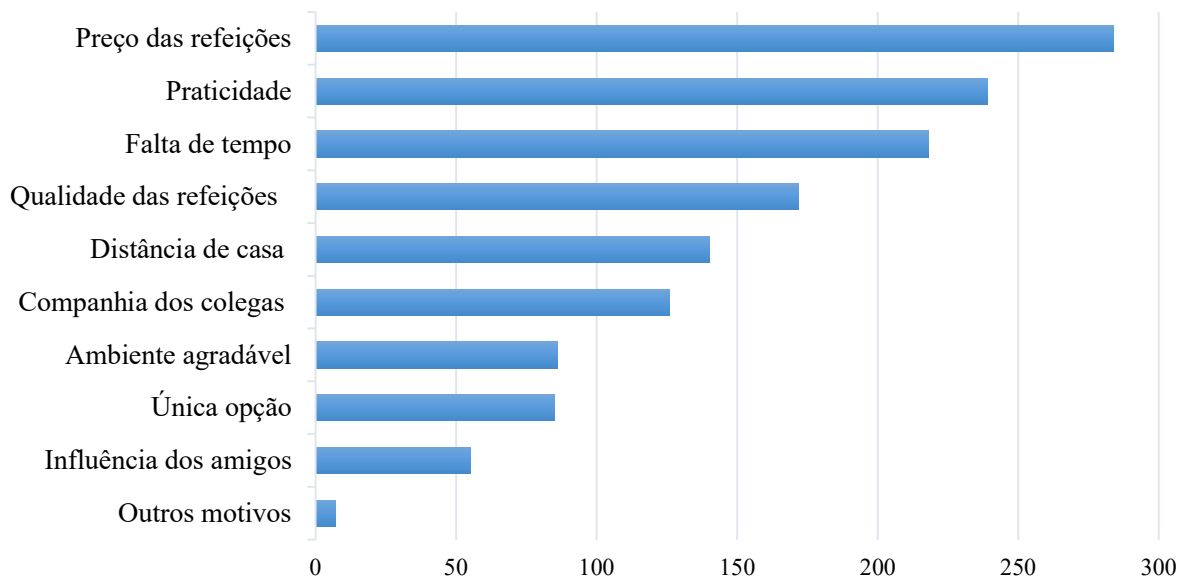
Tabela 7 - Perfil de utilização do Refeitório Universitário

Variáveis	n	%
Categoria de acesso		
Discente	209	63,1%
Auxílio moradia	73	22,1%
Isento	49	14,8%
Dias na semana que utiliza o RU		
1 dia	8	2,4%
2 dias	5	1,5%
3 dias	14	4,2%
4 dias	25	7,6%
5 dias	279	84,3%
Refeições que faz no RU		
Almoço	69	20,8%
Jantar	24	7,3%
Almoço e jantar	238	71,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quando questionados acerca das motivações para utilizar os serviços do refeitório universitário, dentre todos os fatores dispostos, os cinco principais motivos assinalados foram, respectivamente: preço das refeições, praticidade, falta de tempo, qualidade das refeições e distância de casa (Gráfico 2). Na pesquisa de Moreira Junior *et al.* (2015), esses fatores também foram apontados como determinantes para a realização de refeições no restaurante universitário.

Gráfico 2 - Motivos para utilizar o Refeitório Universitário



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O preço das refeições foi o motivo mais assinalado pelos respondentes. Com relação a isso, cabe lembrar que apenas os usuários da categoria de acesso “discente” pagam a taxa que, a depender do modo de recarga, pode variar entre R\$ 1,10 ou R\$ 3,00. A universidade subsidia a maior parcela do valor da refeição e esse subsídio pode chegar a cerca de 90% do valor pago para a empresa fornecedora das refeições.

O baixo preço também foi descrito como principal motivo para realizar as refeições no restaurante universitário nos estudos de Barbosa *et al.* (2019) e Bispo *et al.* (2019). Entretanto, essa compreensão do RU apenas como um “mecanismo de distribuição ou acesso às refeições a baixo custo” precisa ser superado, pois esse local precisa ser visto como um ambiente que traz segurança, afeto e socialização para o estudante, além de garantir o acesso a uma alimentação adequada em quantidade e qualidade (BISPO *et al.*, 2019, p. 60).

A praticidade, a falta de tempo e a distância de casa são outros fatores apontados como motivos para utilizar os serviços do restaurante universitário. Cabe informar que, dos oito

cursos de graduação ofertados no *Campus* de Sobral, cinco funcionam em tempo integral. Alguns cursos desenvolvem atividades também durante o período noturno, como projetos de extensão e monitorias, ou seja, os estudantes podem ter atividades nos três turnos, o que dificulta ou até mesmo impede que os graduandos tenham tempo para se deslocar para outros locais para fazer suas refeições.

Os estudantes universitários costumam relatar a falta de tempo como um dos maiores problemas em sua rotina diária. A alta demanda de disciplinas e as atividades curriculares e extracurriculares ocupam a maior parte do dia e a preocupação com a alimentação acaba ficando em segundo plano. Por isso, dispor de um refeitório dentro do *campus* otimiza o tempo e garante refeições de qualidade para um público que, muito provavelmente, não teria disponibilidade para preparar suas próprias refeições (ALVES; BOOG, 2007).

A qualidade das refeições também foi apontada como um dos motivos que levam os estudantes a utilizarem os serviços do restaurante universitário. Segundo o Relatório de Gestão da UFC 2022, o índice de satisfação com as refeições servidas nos refeitórios supera os 90,0%, atestando o bom nível da qualidade das refeições distribuídas nos RU's da instituição (UFC, 2023d).

Outros motivos apontados também foram a companhia dos colegas, o ambiente agradável, o fato de ser a única opção disponível no *campus* e a influência dos amigos. Vale informar que a quase totalidade dos respondentes assinalou mais de um motivo, demonstrando a multiplicidade de fatores que levam aos estudantes a utilizarem do serviço do restaurante universitário.

5.4 Percepções sobre o Programa Restaurante Universitário

O público estudantil que utiliza o Programa Restaurante Universitário é formado por discentes com diferentes perfis de idade, gênero, curso de graduação, local de origem, situação socioeconômica, entre outros aspectos, e cada um traz consigo diferentes expectativas, experiências e preocupações. Assim, foram elaboradas perguntas com o intuito de saber quais as percepções dos estudantes de graduação a respeito do equipamento restaurante universitário no *Campus* de Sobral, desde suas primeiras impressões até a importância do programa na alimentação diária e na mudança dos hábitos alimentares.

5.4.1 Primeiras impressões

O início de um curso de graduação geralmente é repleto de dúvidas, incertezas e questionamentos, e uma das principais inquietações dos recém-ingressos diz respeito às condições para sua manutenção no curso. Uma parcela de estudantes depende diretamente dos programas e ações promovidos pela assistência estudantil para atenuar as dificuldades diárias, assegurando a sua permanência na graduação. Por isso, foi solicitado que os pesquisados contassem qual foi a primeira impressão ao entrar na universidade e ter a experiência de usufruir do serviço do restaurante universitário.

Dentre todos os relatos, a impressão mais citada pelos estudantes foi que o serviço era a garantia de uma alimentação diária por um preço acessível, possibilitando a economia de tempo e dinheiro.

Muito feliz porque sem esse serviço seria impossível meus pais me manterem aqui devido aos gastos financeiros (respondente 114).

Foi muito boa, pois assim não tenho que me preocupar em ter todo o trabalho de ter que comprar comida (ainda tenho que comprar comida, porém bem menos do que eu compraria se não tivesse RU) e fazer almoço e janta. Com o RU economizamos tempo e dinheiro, dois recursos muito valiosos principalmente para estudantes de baixa renda (respondente 121).

Eu acho até hoje incrível. Uma comida de qualidade por um custo simbólico, e no meu caso, por nenhum custo. Uma alimentação balanceada, com fruta, suco e doce, e fora a praticidade de ter mais tempo pra estudar, descansar ou fazer trabalhos já que não nos preocupamos com fazer a alimentação (respondente 105).

Conforme dito anteriormente, a maioria dos estudantes precisou mudar de cidade para estudar, gerando aumento nas despesas familiares. Somado a isso, há também a alta carga de atividades dos cursos, o que deixa o aluno com pouco dinheiro e tempo para adquirir e preparar suas refeições de modo adequado, com alimentos ricos em nutrientes.

Assim, ter a possibilidade de almoçar e jantar diariamente, a um baixo preço ou de maneira gratuita, minimiza a preocupação dos estudantes e familiares. Conforme evidenciado por Nunes (2021), os estudantes que precisam mudar de cidade passam por um processo de preocupação e apreensão com relação à manutenção das despesas com moradia e alimentação, tendo em vista o impacto financeiro gerado, causando ainda mais dificuldades no quesito econômico.

Outra impressão também muito citada foi a sensação de alívio, acolhimento e segurança pela oferta de alimentação diária. O ambiente universitário causa uma “ruptura

abrupta”, despontando diversas preocupações na vida do graduando (BARDAGI; HUTZ, 2019, p. 101). Dessa forma, para muitos dos pesquisados, saber que, pelo menos nos dias úteis, não vão precisar se preocupar com o quê e onde comer, porque a sua instituição de ensino oferta as principais refeições do dia, acarreta sensações de alívio e de acolhimento institucional.

Foi muito boa, me senti mais acolhido pela universidade, pois com a oferta do almoço e jantar, me foi proporcionado estar mais presente no ambiente da universidade (respondente 253).

Foi de me sentir em casa. saber que tenho onde almoçar e jantar na semana me dá um alívio muito grande a mim e a meus pais (respondente 61).

Uma das preocupações que tinha ao me mudar era a questão da alimentação, então quando descobri a existência do RU e a qualidade fiquei bem contente e calma (respondente 47).

A melhor alimentação que tive em toda minha vida, no quesito constância (respondente 220).

Continuando ainda na mesma questão, outra impressão descrita foi que o RU era um serviço essencial para a permanência do estudante. Muitos relatos indicam que, sem esse serviço, dificilmente alguns alunos conseguiriam se manter no curso: “só consigo manter minha estadia tanto em Sobral, quanto continuar na graduação por causa do RU” (respondente 74); “acreditei que essa era a mais acertada e necessária política de permanência para os estudantes” (respondente 159); “oportunidades de permanência na faculdade” (respondente 238).

A decisão de permanecer ou abandonar o curso está ligada a múltiplos fatores. Um dos motivos constatados nos estudos de Quintino (2020) e Cordeiro (2008) foi o fato do *campus* ou da instituição não disponibilizar o restaurante universitário, comprovando a importância desse serviço na permanência estudantil.

Os restaurantes universitários existem há pelo menos sete décadas no Brasil, sendo ofertados em quase todas as universidades federais brasileiras. Ainda assim, alguns respondentes relataram “surpresa pela existência do serviço”, constatando que os aparelhos ofertados nos RUs precisam de maior divulgação nos *sites* institucionais, assim como atualização das páginas dos próprios restaurantes para que os discentes possam conhecer antecipadamente os serviços ofertados por este equipamento (MEC, 1984 apud VIDRIK, 2008; SOUZA, 2022; WOLFF, 2018).

Deslumbrado com o tamanho custo-benefício oferecido aos discentes; impressionado com a riqueza nutricional ofertado aos alunos (respondente 190).

Surpresa, não sabia que a Universidade possuía o restaurante e não tinha noção do tanto de pessoas que vinham de outros municípios e dependiam desse serviço (respondente 246).

A satisfação com o serviço ofertado também foi citada como uma das impressões, estando relacionada tanto com a qualidade das refeições servidas quanto com o atendimento por parte da equipe de colaboradores do refeitório: “muito satisfatória, algo vital para a Universidade” (respondente 99); “as refeições são bem satisfatórias e o atendimento na grande maioria das vezes é muito bom, tendo em vista que tenho deficiência visual” (respondente 329).

Segundo Vieira e Cavalcanti (2020, p.7), “a oferta de serviços de qualidade pelos RU’s configura um fator para aumento da responsabilidade institucional das universidades”. Cabe informar que frequentemente são feitas pesquisas de satisfação com os usuários, com o intuito tanto de avaliar quanto de aprimorar o serviço prestado pelo Refeitório Universitário do *Campus* de Sobral.

Uma pequena parcela de estudantes pesquisados relatou não ter tido uma boa primeira impressão do RU, manifestando insatisfação com a qualidade da refeição servida naquele momento e com o custo, pois havia a expectativa que serviço fosse totalmente gratuito para todos os comensais: “esperava que fosse 100% gratuito” (respondente 144); “de início não gostei da comida” (respondente 307). Opiniões semelhante também foram observadas no estudo de Haddad (2013), em que uma minoria dos estudantes pesquisados alegou que as refeições ofertadas pela universidade deveriam ser totalmente gratuitas, devido à alta taxa de impostos paga pela população.

Esses relatos comprovam que, para a maioria dos pesquisados, a primeira impressão ao utilizar o refeitório foi satisfatória, asseverando a relevância do Programa Restaurante Universitário na vida do estudante universitário do *Campus* de Sobral.

5.4.2 Dimensões da importância do Programa Restaurante Universitário na vida do estudante

Os restaurantes universitários são considerados “a base propulsora da assistência estudantil” nas Instituições Federais de Ensino Superior, tendo como finalidade a disponibilização de refeições nutricionalmente adequadas, tanto em qualidade quanto em

quantidade, a um baixo custo, para todos os atores da comunidade universitária (CARVALHO, 2022, p. 16).

O público usuário dos restaurantes universitários é formado, em sua maioria, por adultos jovens, muitos deles recém-saídos da adolescência e que, pela primeira vez, precisaram morar em um local diferente da família, assumindo responsabilidades que antes eram exercidas pelos seus pais ou responsáveis, como a escolha e o preparo da sua alimentação (MUSSIO, 2015).

Nesse período da vida, os jovens costumam desenvolver preocupações com a saúde física e mental e com a estética corporal. Essas inquietações acabam balizando a vontade de realizar mudanças nos hábitos de vida do jovem público universitário. Entretanto, a distância da família, a falta de tempo, dinheiro e equipamentos e utensílios para a aquisição e preparo de refeições nutricionalmente adequadas acabam fazendo os universitários se submeterem ao consumo de produtos de fácil preparo, com baixo valor nutricional e alto teor de açúcar, sódio e gordura.

Segundo Mussio (2015, p.76), a alimentação ofertada pelos RU's deve atuar em duas frentes: “uma assistencial, que reporta-se (*sic*) mais especificamente ao atendimento das necessidades fisiológicas de alimentar-se; e outra educacional, vinculada ao processo pedagógico, ou seja, educativo”.

Os restaurantes universitários devem ofertar refeições completas, que possibilitem e incentivem o consumo de uma alimentação nutricionalmente rica, com baixo grau de processamento e alto teor nutricional, tendo como consequência a melhoria dos hábitos alimentares e, conseqüentemente, da saúde de um público exposto a diversas vulnerabilidades.

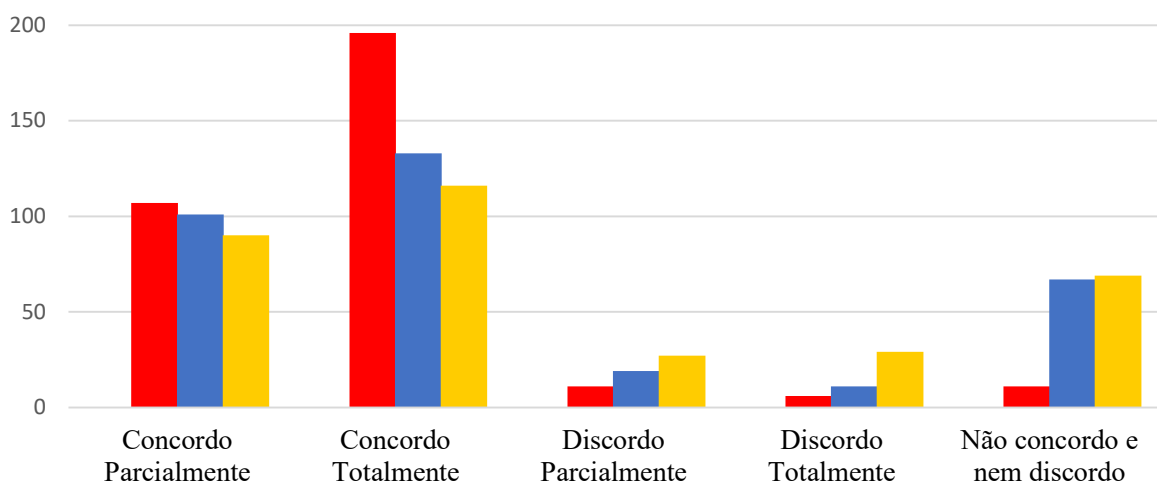
As refeições fornecidas nos restaurantes universitários apresentam potencial para incentivar a promoção da saúde e a formação de bons hábitos alimentares, pois o contato diário com frutas, hortaliças e leguminosas estimula o consumo destes produtos (BENVINDO; PINTO; BANDONI, 2017).

Conforme Busato (2015), a alimentação saudável é multifatorial e está ligada a fatores como a quantidade e qualidade das refeições consumidas. A ingestão frequente de produtos de origem vegetal, como legumes, verduras e frutas, além de produtos ricos em micronutrientes, como vitaminas e minerais, e em compostos bioativos, como fibras e carotenoides, é de fundamental importância no funcionamento adequado do organismo humano. Esses componentes desempenham ações metabólicas ou fisiológicas específicas no

organismo, auxiliando no aumento da imunidade e na prevenção de doenças crônicas, como câncer e obesidade (PIMENTEL; ELIAS; PHILLIPI, 2019).

Isso posto, ao observar os resultados da pesquisa (Gráfico 3), pode-se notar que a quase totalidade dos pesquisados concordou que o Programa Restaurante Universitário proporciona o acesso a uma alimentação saudável e variada, destacando ainda que, após começarem a fazer as refeições no RU, os seus hábitos alimentares melhoraram e o consumo de alimentos de origem vegetal aumentou.

Gráfico 3 - Benefícios do Programa Restaurante Universitário



- O Programa Restaurante Universitário proporciona o acesso a uma alimentação saudável e variada.
- Os meus hábitos alimentares melhoraram depois que comecei a fazer as refeições no RU.
- Passei a consumir mais alimentos de origem vegetal (frutas, verduras e legumes) por causa das refeições oferecidas no Refeitório.

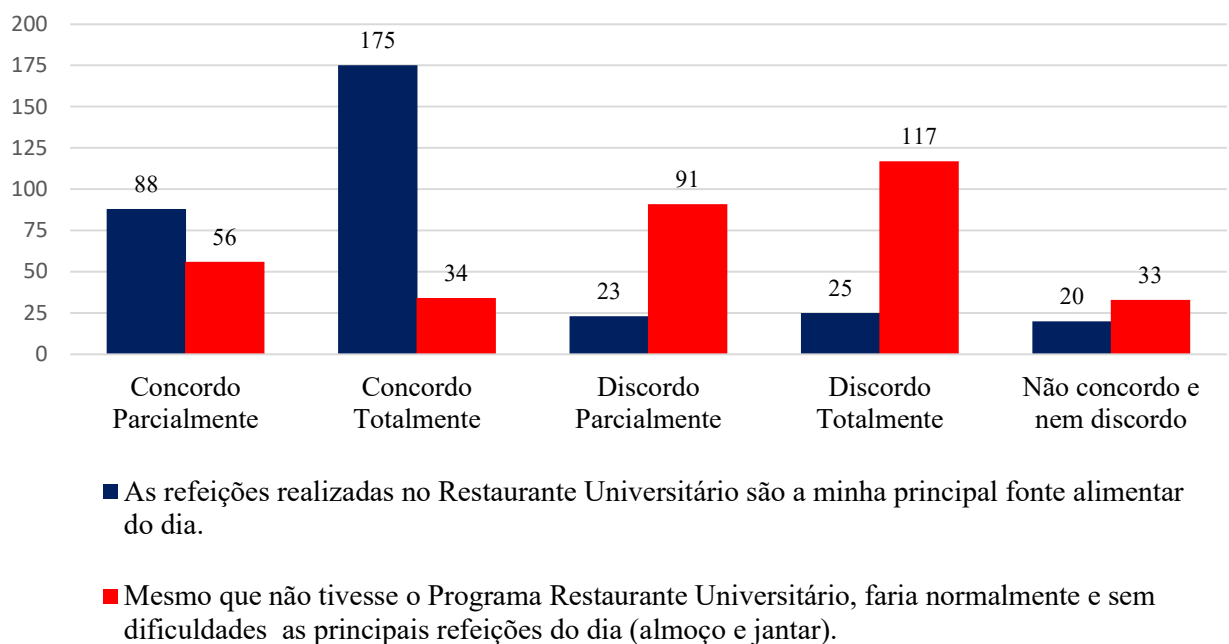
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Sendo assim, pode-se dizer que o Programa Restaurante Universitário, além de ser uma garantia de alimentação diária, exerce influência na mudança nos hábitos alimentares dos seus usuários, pela oferta de produtos que podem atuar na melhoria da saúde e da qualidade de vida dos estudantes, pois a ingestão de alimentos que são fontes de nutrientes e compostos bioativos é capaz de aprimorar a capacidade de aprendizagem, memória e controle do estresse e da ansiedade (PIMENTEL; ELIAS; PHILLIPI, 2019).

Os restaurantes universitários são os locais onde os estudantes, principalmente os economicamente vulneráveis, encontram a garantia de realizar as principais refeições do dia de modo adequado, podendo consumir uma refeição composta pelos mais diversos grupos de alimentos. Porém, quando esse equipamento, por algum motivo, não é disponibilizado pela instituição, nota-se um declínio na qualidade das refeições consumidas, ocorrendo a substituição por lanches com baixo valor nutricional (ARAÚJO, 2016; ALVES; BOOG, 2007).

Nesse estudo, a maioria dos pesquisados concordou que as refeições consumidas no refeitório são a principal fonte alimentar do dia (Gráfico 4), corroborando com o encontrado por Araújo (2016) e Alves e Boog (2007). Wolff (2018) também constatou resultados semelhantes, verificando inclusive que, após começarem a realizar as principais refeições no RU, alguns comensais relataram ganho de peso.

Gráfico 4 - Programa Restaurante Universitário e a garantia do acesso à alimentação diária



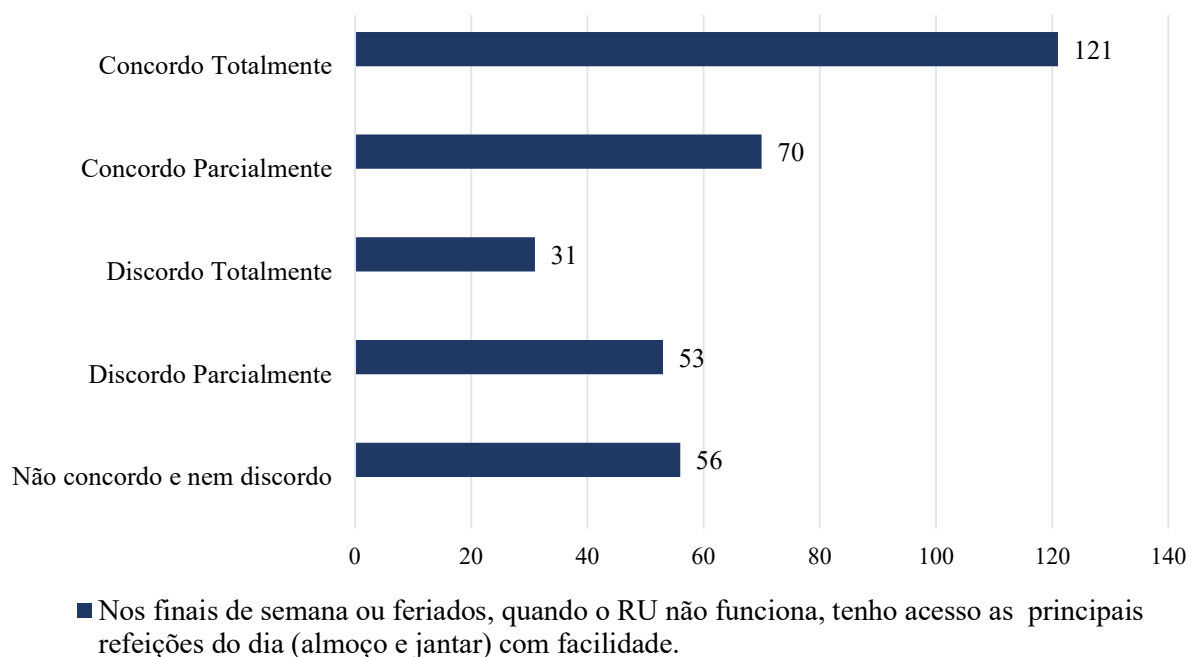
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quando indagados se ainda fariam o almoço e jantar sem dificuldades (Gráfico 4), mesmo sem o refeitório no *Campus*, as opções discordo total e parcialmente foram as mais assinaladas. Sem o restaurante universitário, alguns discentes encontrariam maior dificuldade para acessar as principais refeições e acabariam substituindo por opções mais rápidas e baratas, como salgados e produtos industrializados, alimentos com baixo valor nutricional. Todavia, os

estudantes beneficiados com a gratuidade da taxa poderiam encontrar maior dificuldade na aquisição de alimentos, por causa do baixo poder aquisitivo, podendo até mesmo deixar de fazer alguma refeição no dia. Desse modo, pode-se confirmar a importância desse programa na garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes universitários (HADDAD, 2013).

O Refeitório Universitário do *Campus* de Sobral funciona apenas em dias úteis. Nos finais de semana e feriados, os estudantes ficam responsáveis pela aquisição e/ou preparo do almoço e do jantar. Destarte, o questionário continha a seguinte afirmação: “Nos finais de semana e feriados, quando o RU não funciona, tenho acesso as principais refeições do dia (almoço e jantar) com facilidade”. Ao observar o Gráfico 5, percebe-se que a maioria dos estudantes relatou não encontrar dificuldades para acessar refeições do dia nesses períodos.

Gráfico 5 - Refeições nos finais de semana e feriados

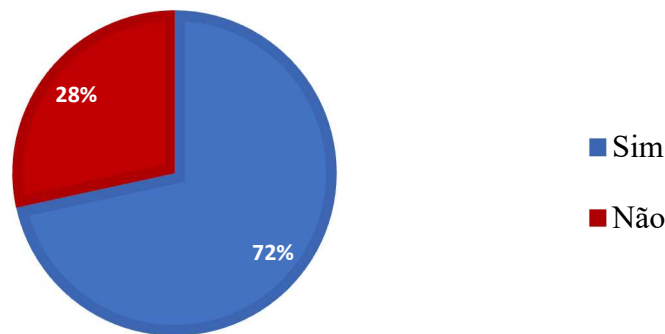


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Dentre os fatores que podem explicar essa facilidade de acesso às refeições aos finais de semana e feriados, podem-se citar duas possibilidades: os estudantes frequentemente voltam para a casa dos seus pais ou familiares nos finais de semana, não sendo os responsáveis por prover a alimentação; por causa do baixo valor das refeições disponibilizadas pelo refeitório universitário, os estudantes economizam durante a semana e assim conseguem adquirir os gêneros alimentícios sem tantas dificuldades nos dias em que o refeitório não funciona.

Ao serem questionados se ainda teriam escolhido o *Campus* de Sobral para cursar a graduação, mesmo se não existisse o equipamento do refeitório universitário, a maioria (72,0%) afirmou que ainda teria escolhido (Gráfico 6). No entanto, foi apontado que esse fato causaria mudanças na rotina diária e que o caminho até a conclusão do curso ficaria ainda mais difícil e complexo. Ressalta-se que a dificuldade de acesso às ações e programas da assistência estudantil, como os programas relacionados com a alimentação e os aspectos financeiros do estudante e da sua família, são fatores relacionados à evasão universitária (GOETZ, 2020; COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021).

Gráfico 6 - Se não tivesse o Refeitório Universitário, você ainda teria escolhido o *Campus* de Sobral para fazer sua graduação?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para complementar a questão anterior, efetuou-se a seguinte pergunta subjetiva: “Sem o Refeitório Universitário no *Campus* de Sobral, como você faria/custearia as suas refeições?”. A saída dada pela maioria dos respondentes era realizar as refeições em casa. Contudo, os estudantes citaram que algumas modificações seriam necessárias, como reorganizar o tempo disponível e até mesmo deixar de cursar alguma disciplina para conciliar os estudos com o preparo das refeições e o deslocamento até a sua moradia, o que poderia elevar os índices de retenção universitária (EVANGELISTA, 2020). Outro problema em fazer as refeições nas suas casas seria o aumento dos gastos financeiros, gerados pela aquisição dos gêneros alimentícios, conforme os relatos a seguir:

Infelizmente teria que optar por um único turno para cursar as disciplinas e conseguir voltar para casa no ônibus universitário disponibilizado pelo

município da minha cidade de origem, o que por consequência atrasaria sem sombra de dúvidas a conclusão da graduação (respondente 21).

Teria de reajustar horários para me deslocar e realizar refeições em casa (respondente 110).

Seria algo completamente difícil para mim, provavelmente teria que fazer marmitas diariamente. (respondente 179).

A única forma seria fazer feira e arranjar tempo para preparar as refeições (respondente 64).

Outra solução apontada seria pedir a ajuda aos pais, parentes ou amigos, pois geralmente os estudantes não têm condições financeiras para custear as próprias refeições. Vale frisar que, em geral, os familiares dos discentes já os auxiliam financeiramente. Sendo assim, os custos para manutenção, que normalmente são altos, aumentariam ainda mais, causando sérios impactos para as famílias que possuem uma renda familiar baixa, conforme citado anteriormente.

Teria que pedir ajuda meus pais, pois não tenho condições de custear (respondente 128).

Com o auxílio financeiro da família (respondente 158).

Necessitaria de ajuda financeira por parte de familiares para conseguir financiar minhas refeições sem que afetasse minha saúde (respondente 217).

Alguns discentes relataram que caso, não tivesse o RU, iriam procurar emprego ou alguma bolsa ou auxílio disponibilizados pela universidade para arcar com os gastos com alimentação. Os estudos apontam que, em geral, os índices de retenção e evasão nos cursos de graduação são mais elevados quando os alunos precisam trabalhar durante o período do curso, dada a dificuldade em conciliar estudo e trabalho (EVANGELISTA, 2020; BARDAGI; HUTZ, 2009).

Provavelmente teria que arranjar um emprego de período integral, para custear minha alimentação. (respondente 90).

Diminuiria a qualidade e arrumaria um trabalho de meio período (respondente 153).

Se meus pais não conseguissem arcar com as despesas teria que buscar algum emprego (respondente 228).

Tentaria conseguir uma renda por meio de trabalhos (respondente 240).

Eu teria que procurar um trabalho melhor, que conversasse com os horários das aulas, para conseguir custear principalmente o meu almoço durante a

semana, visto que moro um pouco distante da faculdade para fazer minha refeição em casa. (respondente 253).

Tentaria alguma bolsa, sem isso seria inviável a permanência. (respondente 277).

Teria que pedir ajuda e trabalharia a noite. (respondente 320).

A ingestão de lanches rápidos, como salgados e biscoitos, a compra de quentinhas e o consumo das refeições em restaurantes comerciais também foram retratados como alternativas para substituir a falta do refeitório universitário. Todavia, vale destacar que alimentos de baixo valor nutricional, como salgados e biscoitos, podem apresentar altos índices de sódio, gordura, conservantes e outros produtos que causam sérios danos à saúde. Por outro lado, adquirir diariamente as refeições em estabelecimentos comerciais elevaria muito as despesas de manutenção dos estudantes na cidade do *campus*.

Quando indagados a responder se, “sem as refeições ofertadas pelo Refeitório Universitário, você ainda teria condições de permanecer no curso?”, a maioria dos pesquisados, cerca de 70,0%, respondeu que teriam condições de permanecer, mas apontaram diversas mudanças que poderiam impactar diretamente no desempenho e na permanência, como conciliar o tempo das atividades com o preparo de refeições, voltar diariamente para casa dos pais, optar por cursar menos disciplinas, deixar de fazer alguma refeição ou procurar empregos de meio período ou noturno.

Sim, mas com muitas dificuldades. Porque além de não ter tido condições de arcar com alimentação paga o mês todo, ainda teria dificuldades em fazer, pois tenho problemas que me dificultam na organização (respondente 04).

Sim, mas com alimentação de má qualidade e pulando refeições (respondente 13).

Sim, mas não conseguiria morar em Sobral (respondente 42).

Acredito que sim, pelo menos a curto prazo. Mas com um curso de 5 anos, eventualmente eu teria que pensar em um trabalho de meio período (respondente 147).

Sim, em questões financeiras sim, porém, em questão de tempo, não seria muito viável ter aula de manhã e tarde e ainda ter que ir em casa fazer comida, e isso impactaria na minha escolha de disciplinas com certos horários, o que poderia me atrasar no curso. Então costumo até dizer aos meus amigos com um tom de brincadeira, mas de verdade também "o RU salva vidas" (respondente 182).

Os demais pesquisados alegaram que não teriam condições de continuar no curso, por fatores como: o alto custo de vida em Sobral, a falta de condições financeiras da família, a falta de equipamentos e utensílios básicos para cozinhar e a incompatibilidade de tempo com a exigência do curso.

Não, pois pelos preços hoje dos alimentos juntamente com o custo de moradia aqui em Sobral, ficaria inviável se manter aqui (respondente 73).

Infelizmente não. Alimentação é muito caro, se tivesse o café da manhã na ufc eu também faria ele lá, por que, até pão se tornou caro de comprar todo dia. É muito difícil se manter sem uma alimentação equilibrada e de qualidade, por que afeta na vida da gente como um todo (respondente 105).

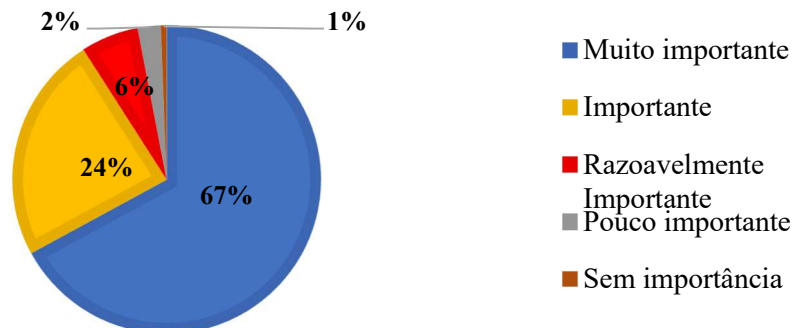
Não teria condições, pois sou de baixa renda e beneficiada do programa auxílio moradia da universidade. Sem o RU meus pais não teriam condições de custear alimentação para mim (respondente 114).

Não, pois meu curso é integral e posso ter até três turnos no dia (respondente 174).

Conforme visto nos trechos elencados, o Programa Restaurante Universitário exerce um notável papel na vida do estudante do *Campus* de Sobral, viabilizando a sua permanência na graduação.

Dessa forma, ao averiguar o grau de importância do referido programa na trajetória acadêmica do público-alvo da pesquisa (notas, frequência, aprovações em disciplinas, participação em projetos e atividades acadêmicas e extracurriculares), pode-se constatar que o programa foi considerado pelos respondentes como muito importante e importante na trajetória acadêmica para 90,0% dos estudantes que participaram da pesquisa (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Importância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica

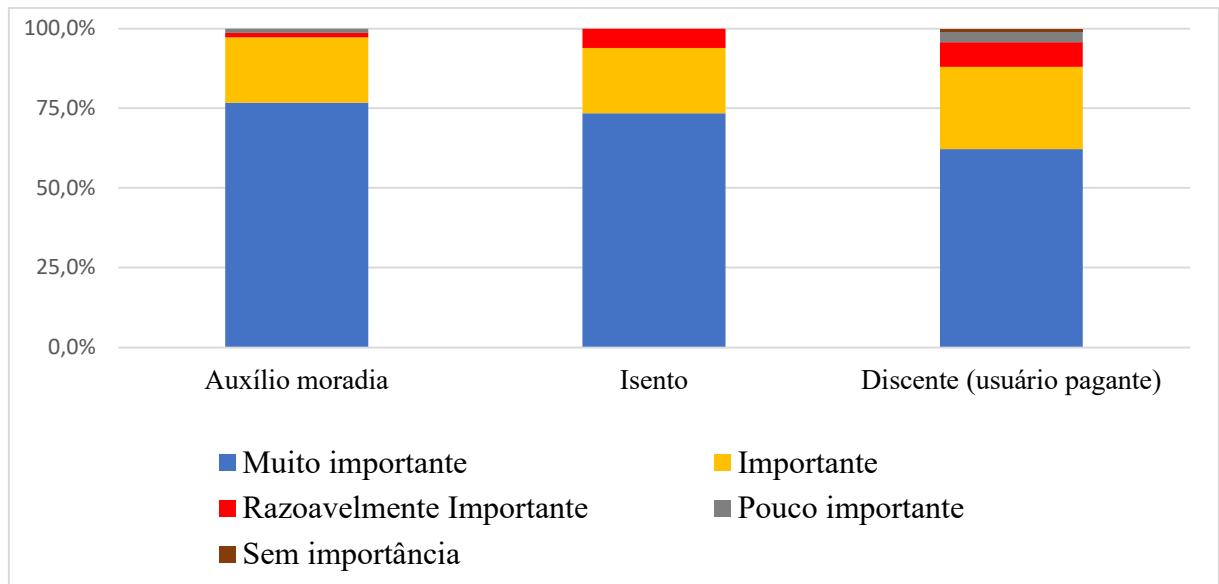


Pergunta: Como você avalia a importância do Programa Restaurante Universitário na sua trajetória acadêmica (notas, frequência, aprovações em disciplinas, participação em projetos e atividades acadêmicas e extra-curriculares)?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ainda na mesma questão, ao analisar as respostas por categorias de acesso, percebe-se que os percentuais assinalados são muito semelhantes (Gráfico 8), sendo que, para as categorias beneficiadas com a gratuidade, o item “muito importante” foi levemente assinalado em maior frequência. A associação do grau de importância na trajetória acadêmica com a categoria de acesso não foi estatisticamente significativa ($p= 0,269$). Dessa maneira, pode-se afirmar que, independentemente da categoria de acesso, o Programa Restaurante Universitário influencia a trajetória acadêmica dos estudantes de graduação.

Gráfico 8 – Importância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica por categoria de usuário



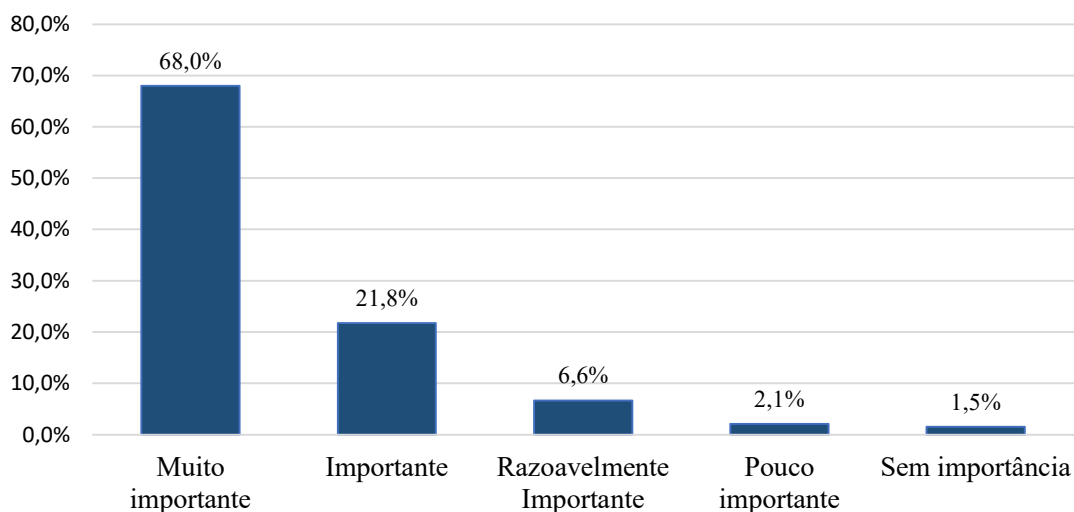
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Outro ponto de destaque são os percentuais extremamente baixos ou quase nulos dos demais itens. Nenhum usuário das categorias auxílio moradia e isenção marcaram a opção “sem importância”; apenas dois estudantes da categoria pagante assinalaram o item, reafirmando a relevância desse instrumento no percurso estudantil.

Dando continuidade à exposição dos resultados, para quase 90,0% dos estudantes (Gráfico 9), o Programa Restaurante Universitário representa um importante instrumento para a permanência no ensino superior, podendo-se apontar que esse equipamento da assistência estudantil, considerado como atividade de apoio ao ensino, tornou-se tão relevante na vida do estudante a ponto de sua existência na instituição influenciar na decisão em permanecer ou não no curso.

Gráfico 9 – Importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil

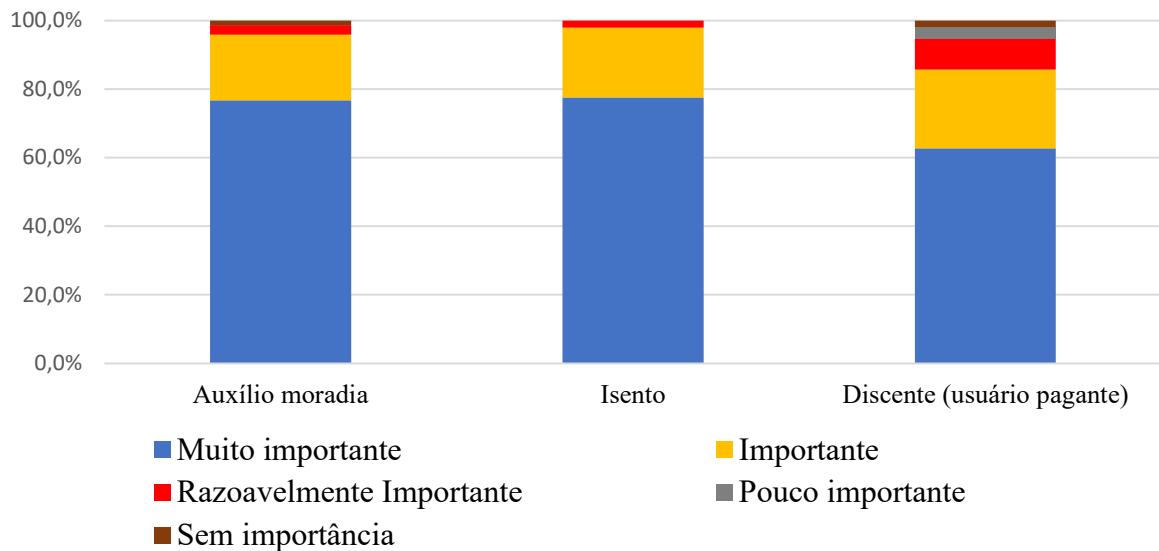
Pergunta: Como você avalia a importância do Programa Restaurante Universitário no *campus* de Sobral para sua permanência no ensino superior?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com a intenção de verificar se existia diferença na percepção de importância do programa entre as categorias de acesso, efetuou-se o cruzamento das variáveis e o resultado obtido demonstrou que o nível de importância é similar entre os usuários, sendo razoavelmente maior para os que detêm a gratuidade, o item “pouco importante” foi assinalado apenas pelos discentes pagantes e a opção “sem importância” obteve porcentagens parecidas para os comensais da categoria auxílio moradia e discente pagante (Gráfico 10). O grau de importância não foi estatisticamente associado à categoria de acesso ($p= 0,114$).

Gráfico 10 – Importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil por categoria de usuário



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar a importância do Programa Restaurante Universitário, tanto na trajetória acadêmica quanto na permanência estudantil, observa-se que esse programa detém um alto grau de importância para a maioria dos pesquisados, constatando-se que o serviço criado com o intuito de auxiliar os estudantes na manutenção dos estudos conquistou uma substancial relevância para o público universitário, tornando-se um meio de apoio para que os discentes tenham oportunidade e tempo para vivenciar o ambiente universitário de modo integral. Outro ponto a ser apontando são as similaridades encontradas na percepção de importância entre as diferentes categorias de usuário, comprovando que o equipamento restaurante universitário é um serviço de notável relevância para todos os seus usuários (MEC, 1984 *apud* VIDRIK, 2008).

O subsídio oferecido pelas instituições e as isenções das taxas de acesso permitem aos estudantes, sobretudo aos mais vulneráveis, a realização das principais refeições do dia nos restaurantes universitários, assegurando o direito constitucional à alimentação, pois as refeições servidas nesses equipamentos devem estar adequadas em termos quantitativos e qualitativos para o seu público usuário. Caso o preço das refeições nos RU's não fosse parcialmente ou totalmente subsidiado, muitos discentes não teriam condições se alimentar adequadamente ou até mesmo de continuar os estudos na educação superior (HADDAD, 2013).

Dessa maneira, foi solicitado que os estudantes apontassem, numa escala de cinco itens (Tabela 8), com qual frequência tem ou tiveram dificuldades para pagar taxa de acesso ao restaurante universitário. Os itens iam de 1 a 5, cada número correspondendo a uma determinada frequência, conforme pode ser visualizado a seguir:

Grau de frequência					
1 - Muito frequente	2 – Frequentemente	3 – Eventualmente	4 – Raramente	5 – Nunca	

Tabela 8 - Dificuldade para pagar a taxa de acesso

Discentes pagantes	Frequência (n)					
	1	2	3	4	5	Total
Com que frequência você tem dificuldades financeiras para pagar a taxa de acesso ao RU?	6	13	44	70	76	209
Com que frequência você já ficou sem fazer alguma refeição no RU por não ter o dinheiro para fazer a recarga ou comprar o tíquete?	1	4	26	69	109	209
Discentes com gratuidade	Frequência (n)					
	1	2	3	4	5	Total
Antes de ser beneficiado (a) com a gratuidade, com que frequência você tinha dificuldade financeira para pagar a taxa de acesso ao Restaurante Universitário?	20	31	42	21	8	122
Sem a gratuidade, com que frequência você conseguiria pagar a taxa de acesso ao Restaurante Universitário sem que isso comprometesse sua renda?	11	39	51	20	1	122
Antes da gratuidade, com que frequência você já deixou de fazer alguma refeição no RU por não ter o valor da recarga e/ou do tíquete?	4	14	42	30	32	122

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com o intuito de obter um quadro de frequência de todos os respondentes, as perguntas foram direcionadas de acordo com a categoria de usuário assinalada no questionário. Para os estudantes pagantes, as questões diziam respeito ao momento atual em que estava acontecendo a pesquisa. Por outro lado, os beneficiados com a gratuidade responderam

perguntas relativas ao período em que ainda não haviam sido contemplados com as ações da assistência estudantil. Cabe informar que o direcionamento das perguntas era realizado automaticamente pelo questionário quando o participante marcava a categoria de acesso.

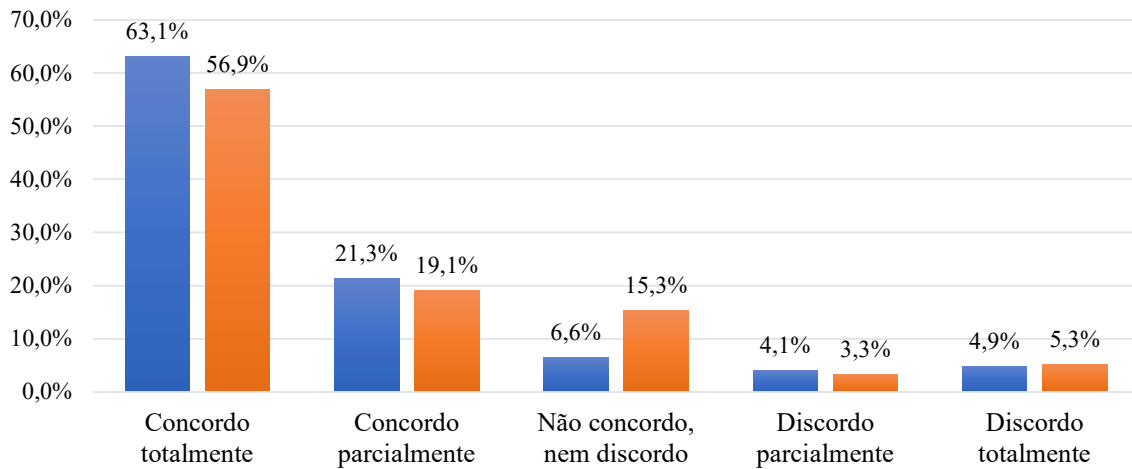
Os discentes pagantes, em sua maioria, alegaram não ter dificuldades para pagar a taxa de acesso ao RU, sendo que a maioria nunca precisou deixar de fazer alguma refeição por não ter o dinheiro para fazer a recarga ou comprar o tíquete. Quanto aos comensais beneficiados com a gratuidade, a maioria alegou que “eventualmente” teve dificuldades para arcar com o valor da taxa. Ao serem perguntados sobre a frequência em que conseguiriam pagar a taxa de acesso sem comprometer sua renda, os itens mais assinalados foram o “eventualmente”, seguido do “frequentemente” (Tabela 8).

Ao analisar a Tabela 8, um dado que desperta a atenção é o percentual de estudantes que, antes de serem contemplados com a gratuidade, não fizeram alguma refeição por não ter o valor da taxa de acesso. Nota-se que quase metade (49,2%) desse público assinalou um dos itens 1, 2 ou 3, indicando um nível de frequência considerável. Por outro lado, o público pagante que marcou um desses itens corresponde a 14,9%. Assim, percebe-se que, apesar do valor da refeição ser quase totalmente subsidiado pela universidade, uma parte considerável dos estudantes em vulnerabilidade, em alguma ocasião, já deixou de se alimentar no refeitório por não ter o dinheiro para arcar com a taxa de acesso.

Cabe informar que os processos seletivos da PRAE, que disponibilizam vagas para os Programas Auxílio Moradia e Isenção da taxa de acesso ao restaurante universitário, ocorrem somente após o início do semestre letivo, levando algumas semanas para finalizar. Assim, até a conclusão do processo, os estudantes que se inscreveram precisam arcar com os gastos no restaurante universitário. Dessa forma, os processos seletivos da assistência estudantil deveriam ter maior celeridade nos resultados, reduzindo as possibilidades de os estudantes ficarem sem fazer alguma refeição por falta de dinheiro para arcar com a taxa de acesso ao refeitório.

Com o intuito de avaliar se o valor da taxa de acesso ou a gratuidade possui alguma relação com a permanência na graduação, pode-se notar no Gráfico 11 que, independentemente do perfil de usuário, os pesquisados concordaram totalmente que esses fatores contribuem na permanência estudantil, constatando que as refeições ofertadas pelos restaurantes universitários precisam ter o valor acessível a todos os estudantes e a gratuidade deve ser uma opção para aqueles mais vulneráveis socioeconomicamente.

Gráfico 11 - Gratuidade e valor da taxa de acesso como motivadores para a permanência estudantil



- Um dos fatores que contribui para a sua permanência na graduação é o fato de ser beneficiário da gratuidade das refeições.
- Um dos fatores que contribui para a sua permanência na graduação é a possibilidade de pagar um valor baixo pelas refeições no RU.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O ensino, a pesquisa e a extensão são as atividades fim das universidades, sendo considerados o pilar de sustentação dessas instituições. Contudo, os equipamentos dos restaurantes universitários, compreendidos como atividade de apoio, adquirem cada vez mais relevância na trajetória acadêmica e na permanência dos estudantes. Assim, a disponibilização desse serviço nas IFES se torna cada vez mais necessária e essencial, principalmente como instrumento garantidor da segurança alimentar e nutricional dos estudantes universitários.

5.5 Grau de Insegurança Alimentar e Nutricional dos estudantes de graduação

A insegurança alimentar é um problema constante no país. A FAO, em 2014, anunciou a saída do Brasil do mapa da fome. Contudo, a redução do investimento e a descontinuidade de ações e políticas de combate à fome e a desigualdade social, somados à pandemia da COVID-19, provocaram um retrocesso no cenário nacional, reinscrindo o país novamente no mapa da fome, tendo em vista que os níveis de insegurança alimentar e

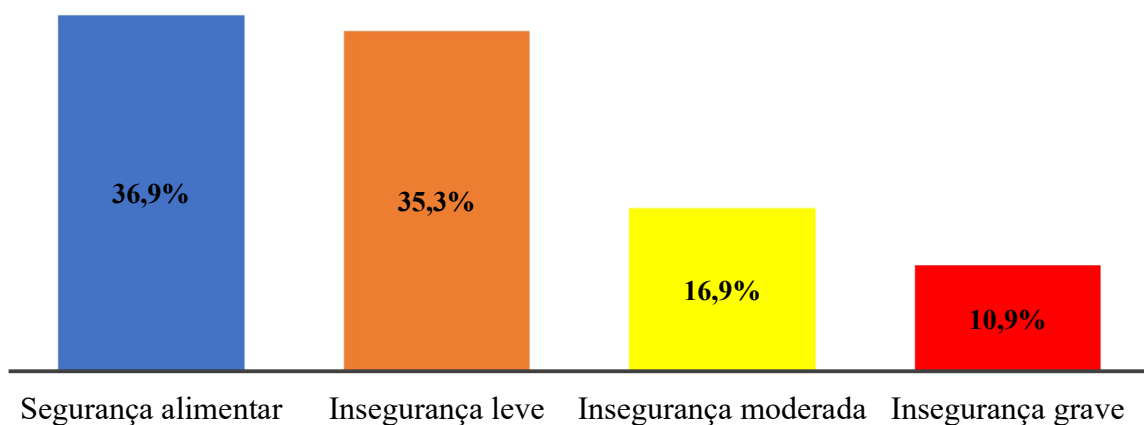
nutricional atuais se assemelham ao encontrado no início dos anos 2000 (REDE PENSSAN, 2022; MACHADO; FRANÇA; RANGEL, 2021; IBGE, 2020).

Os estudantes universitários podem ser considerados como “altamente vulneráveis à insegurança alimentar”. Estudos apontam que os escassos recursos financeiros, a dependência da família, os elevados gastos com moradia e alimentação e a falta de habilidade para gerenciar o dinheiro disponível são fatores que favorecem essa alta vulnerabilidade. A insegurança alimentar, além de causar deficiências nutricionais e, conseqüentemente, favorecer o desenvolvimento de problemas de saúde, pode ainda ser associada ao baixo desempenho acadêmico do estudante universitário (ANGOTTI; ZANGIROLANI, 2022, p. 2; ARAUJO *et al.*, 2021).

Na pesquisa de Angotti e Zangirolani (2022), feita em uma universidade federal do estado de São Paulo, antes da pandemia, constatou-se que cerca de 64,0% dos universitários pesquisados apresentavam algum grau de insegurança alimentar. Desses, 13,1% tinham convivido com a insegurança alimentar grave. Os níveis mais alarmantes de IA foram encontrados nos estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente.

Os resultados da aplicação da EBIA nos estudantes do *Campus* da UFC em Sobral (Gráfico 12) constataram que 63,1% dos estudantes se encontram em algum grau de insegurança alimentar, sendo que 16,9% estavam em IA moderada e 10,9% em insegurança alimentar grave. Os dados anteriormente citados revelam uma situação preocupante, pois, pelo menos nos três meses anteriores à aplicação da escala, uma porcentagem considerável dos estudantes pesquisados havia passado por sérias situações de restrição alimentar.

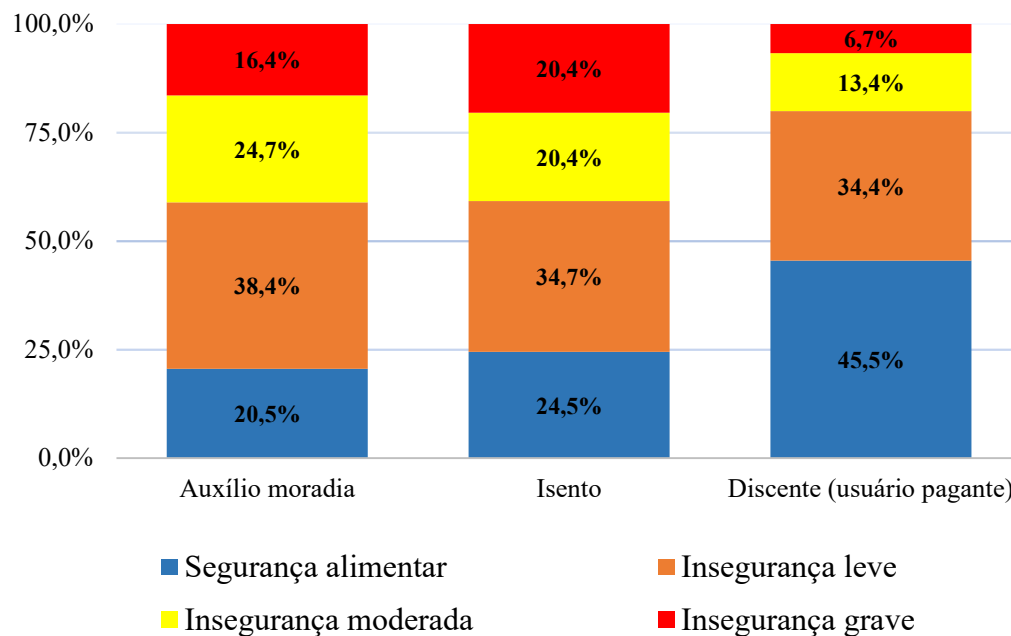
Gráfico 12 - Grau de insegurança alimentar dos estudantes do *Campus* de Sobral



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Martins (2021), ao analisar o grau de insegurança alimentar em estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, durante o período do isolamento social, observou que os alunos beneficiados com os auxílios da assistência estudantil apresentavam um nível maior de insegurança alimentar moderada e grave, corroborando com o encontrado por Angotti e Zangirolani (2022), podendo-se deduzir que, caso não recebessem os auxílios financeiros, a situação alimentar e nutricional desses estudantes poderia ser pior do que a encontrada no momento do estudo.

Gráfico 13 - Grau de insegurança alimentar por categoria de acesso



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para avaliar e comparar o grau de insegurança alimentar entre o público beneficiado com as ações de assistência estudantil (auxílio-moradia e isenção) e os usuários (discentes) que pagam as refeições, realizou-se um cruzamento dos dados e os resultados obtidos (Gráfico 13) se mostraram estatisticamente significativos ($p < 0,01$), constatando que o fato de ser beneficiário dos programas de assistência estudantil está relacionado com os maiores índices de insegurança alimentar.

Os discentes pagantes apresentam índices de segurança alimentar superiores quando comparados às demais categorias de usuários do refeitório de Sobral, tendo mais que o dobro da porcentagem de usuários em segurança alimentar. Para ser classificado em situação

de segurança alimentar, o pesquisado não deve ter assinalado positivamente nenhuma das oito questões da escala, podendo-se assim inferir que o acesso aos alimentos não foi uma das principais preocupações do pesquisado ou da sua família nos três meses anteriores a pesquisa (IBGE, 2020).

Os níveis de insegurança alimentar leve foram semelhantes nas três categorias de acesso. Para ser classificado nesse nível de insegurança, o estudante devia ter respondido no máximo três questões da EBIA de modo afirmativo. A insegurança leve pode ser compreendida quando o pesquisado, nos últimos três meses, não teve a segurança em saber se teria condições favoráveis para os obter alimentos (MARTINS *et al.*, 2022).

Ao avaliar a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave, pode-se observar que os maiores índices desse problema foram encontrados nos estudantes contemplados com a gratuidade (Gráfico 14). Cerca de 40,0% dos usuários desse benefício e seus familiares foram expostos a situações em que passaram por restrições alimentares mais drásticas, podendo inclusive ter tido contato com a fome nos três meses que antecederam a pesquisa. Corroborando com o encontrado por Martins (2021) e Angotti e Zangirolani (2022), neste estudo, os usuários beneficiados com ações da assistência estudantil também apresentam maiores índices de insegurança alimentar e nutricional

Outro ponto a ser destacado é que os índices de IA grave são um pouco maiores entre os usuários contemplados com a isenção da taxa de acesso. Ressalta-se que as ações da assistência estudantil são destinadas aos estudantes que comprovam vulnerabilidade econômica. Diferentemente do auxílio moradia, a isenção da taxa de acesso não destina recursos pecuniários aos estudantes, fazendo todos os gastos com manutenção, como, por exemplo aluguel, serem de responsabilidade do discente ou da sua família, reduzindo um orçamento familiar que já é considerado baixo, impactando diretamente na qualidade de vida e alimentação tanto do aluno quanto do seu núcleo familiar.

A renda mensal está diretamente associada ao acesso adequado à alimentação. Quando considerada insuficiente para suprir os gastos mensais, os níveis de insegurança alimentar e nutricional geralmente são mais elevados, tendo em vista que há maior dificuldade em adquirir os gêneros alimentícios adequados, em quantidade e qualidade, ocorrendo assim o descumprimento ao direito humano à alimentação adequada, dever constitucional do Estado brasileiro (REDE PENSSAN, 2022; MACHADO; FRANÇA; RANGEL, 2021).

Isso posto, ao relacionar a renda mensal bruta dos pesquisados com o nível de IA, percebe-se que, quanto menor a renda declarada, maior o grau de insegurança alimentar

($p < 0,01$). Os estudantes que declararam ter renda mensal abaixo de um salário-mínimo são os que mais conviveram com a insegurança alimentar e nutricional, situação presente em mais de 80,0% dos respondentes dessa faixa de renda. Desses, 25,3% foram classificados em insegurança alimentar grave (Tabela 9), quando ocorre de ficar um dia inteiro ou mais sem consumir nenhum alimento (MARTINS *et al.*, 2022).

Tabela 9 - Insegurança alimentar e a renda mensal

Renda mensal bruta	Classificação da (in)segurança alimentar			
	Segurança alimentar	Insegurança leve	Insegurança moderada	Insegurança grave
Abaixo de 1 salário-mínimo	19,3%	32,5%	22,9%	25,3%
Entre 1 e 2 salários	31,8%	39,9%	20,3%	8,1%
Entre 2 e 3 salários	52,0%	34,0%	8,0%	6,0%
Entre 3 e 5 salários	56,0%	36,0%	8,0%	0,0%
Entre 5 e 10 salários	75,0%	18,8%	6,3%	0,0%
Acima de 10 salários	77,8%	22,2%	0,0%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em contrapartida, os que afirmaram ter renda maior do que cinco salários-mínimos estavam menos expostos a situações de restrição alimentar. Nesta pesquisa, foi observado que 77,8% dos estudantes que estavam nessa faixa de renda não marcaram a opção “sim” em nenhuma das questões da escala de insegurança alimentar aplicada, comprovando o que a Rede Penssan havia constatado anteriormente, que a desigualdade de renda é o fator que mais interfere nas condições de segurança e insegurança alimentar na população brasileira (REDE PENSSAN, 2022; IBGE, 2020).

A associação da fome com a renda não é algo recente. Josué de Castro tinha apontado essa relação há várias décadas, admitindo que uma das causas para a constante fome no Brasil era a má distribuição de renda, fruto de um gigantesco abismo social entre as classes econômicas brasileiras, situação vivenciada a séculos e que até os dias atuais nenhum governo ou política conseguiu efetivamente superar (CASTRO, 1984).

O Programa Alimentação é executado em quase todas as universidades federais brasileiras por meio do Restaurante Universitário. Essa é a ação da assistência estudantil que

atende ao um maior número de estudantes, pois a maioria das instituições não estabelece critérios de acesso ao serviço e os processos seletivos, quando realizados, visam, na maioria das vezes, categorizar o público usuário e determinar o tipo de subsídio que será disponibilizado àquele estudante. Os processos seletivos, geralmente, não têm como finalidade impedir acesso ao serviço de distribuição de refeições.

Dessa forma, o restaurante universitário se tornou um serviço de alta relevância nas instituições públicas de ensino superior, desempenhando múltiplos papéis na vida estudantil, como o de ser um espaço garantidor ao direito à alimentação adequada e um local onde os comensais podem se integrar e conviver na comunidade acadêmica, viabilizando a permanência e a redução da evasão estudantil (SOUZA, 2022; FONAPRACE, 2018; FROES, 2010).

Ao fazermos um apanhado geral dos resultados obtidos nesta pesquisa, podemos inferir que o Programa Restaurante Universitário do *Campus* de Sobral exerce um notável papel na vida do estudante de graduação, tendo considerável importância na trajetória acadêmica dos discentes. Seu papel é o de viabilizar que a permanência na graduação seja percorrida por um caminho mais tranquilo, em que a alimentação não seja mais um fator de preocupação na vida desse público que, diariamente, precisa lidar com diversos anseios e incertezas no decorrer da vida universitária e pessoal para conseguir o objetivo maior do graduando: a conclusão do curso e a diplomação no ensino superior.

Os achados deste estudo poderão auxiliar os gestores responsáveis pelas coordenações dos restaurantes universitários e da assistência estudantil no *Campus* de Sobral e nos demais *campi* da UFC a planejar e direcionar as ações e intervenções a serem desenvolvidas por esses setores, tendo em vista que os resultados desta pesquisa podem contribuir para compreender melhor o perfil e as condições de vida do público usuário, além de conhecer os significados, impressões e sensações acerca desses equipamentos de apoio ao estudante.

6 CONCLUSÃO

O estudo apresentado teve como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil com a finalidade de identificar a sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral. Para alcançá-lo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar a visão dos discentes acerca do Programa Restaurante Universitário; discutir as diferentes percepções da importância do programa entre os alunos pagantes e os beneficiários da gratuidade da taxa de acesso; avaliar a forma como este programa tem atuado na trajetória acadêmica dos discentes de graduação; e analisar o grau de (in)segurança alimentar e nutricional dos estudantes de graduação do *Campus* de Sobral.

Os achados da pesquisa mostraram que o público participante foi constituído, em sua maioria, por adultos jovens, do gênero masculino, autodeclarados pardos, oriundos da escola pública, com renda mensal familiar entre um e dois salários-mínimos, que mudaram da cidade de origem para cursar a graduação e, atualmente, moram na cidade sede do *campus*, dividindo a moradia com colegas. Dentre os pesquisados, metade já tinha sido beneficiado com algum programa ou ação da assistência estudantil disponibilizado pela universidade.

A maioria dos respondentes acessava o restaurante na categoria discente pagante e fazia as duas refeições no RU diariamente. Ao serem perguntados a respeito dos motivos que os levavam a utilizar os serviços do restaurante universitário, alegaram como principais fatores o preço das refeições, a praticidade, a falta de tempo, a qualidade das refeições e a distância de casa.

Quando solicitados a relatarem sua primeira impressão ao utilizar o serviço do restaurante universitário, a maioria o descreveu como um local onde teriam a garantia da oferta de uma alimentação com qualidade, por um preço acessível, gerando economia de tempo e dinheiro. Outra parcela expressou que sentiu uma sensação de alívio e segurança pela oferta da alimentação diária e ainda que o restaurante era um serviço essencial para a permanência do estudante no curso de graduação.

O restaurante universitário foi considerado ainda como um espaço influenciador nos hábitos alimentares, sendo visto como local que proporciona uma alimentação saudável. Além disso, segundo os pesquisados, após começarem a fazer suas refeições no RU, o consumo de alimentos de origem vegetal aumentou e os hábitos alimentares melhoraram. Tais fatos

demonstram que o restaurante universitário está cumprindo um dos seus principais objetivos: ser um local destinado a oferta de refeições de qualidade para o seu público usuário.

As refeições realizadas no restaurante universitário foram consideradas a principal fonte alimentar do dia. Sem esse equipamento, o acesso às refeições seria mais difícil. Apesar disso, a maioria relatou não encontrar dificuldade para fazer as refeições aos finais de semana e feriados, dias em que o RU não funciona. Constataram-se duas possíveis causas para essa facilidade de acesso nesses momentos: a volta dos estudantes nos finais de semana para a casa dos seus pais ou familiares, onde geralmente não são os responsáveis pela aquisição dos alimentos; e a economia gerada durante a semana, por causa do baixo preço da taxa do restaurante, moderando aos estudantes os recursos financeiros disponíveis para adquirir a sua alimentação nos dias em que o refeitório não funciona.

Segundo os respondentes, caso o serviço do restaurante universitário não fosse ofertado, ainda teriam optado pelo *Campus* de Sobral para cursar a graduação. Entretanto, eles expressaram que o percurso até a conclusão do curso seria mais complexo e algumas adaptações na rotina seriam necessárias, tais como consumir lanches rápidos, voltar diariamente para a casa dos pais em outras cidades, trancar disciplinas para ter tempo disponível para preparar suas refeições e até procurar emprego no contraturno do curso. Salienta-se que todas essas adaptações na rotina gerariam aumento do cansaço físico e mental dos estudantes e poderiam retardar a conclusão da graduação.

Concluiu-se que o Programa Restaurante Universitário desempenha um importante papel na trajetória acadêmica dos estudantes pesquisados. Ao comparar se havia diferença na percepção entre os estudantes pagantes e os beneficiados com a gratuidade, percebeu-se que não existia distinção considerável no grau de importância, sendo considerada como muito importante para as diversas categorias de usuário (discente pagante, auxílio-moradia e isenção).

De modo semelhante, tanto para os usuários pagantes como para os beneficiados com a gratuidade, o Programa Restaurante Universitário também desempenha um papel de muita importância na permanência estudantil, sendo mais uma vez observado que os níveis de importância são similares entre as categorias de acesso, não sendo constatada diferença estatisticamente significativa na associação de importância com o tipo de usuário.

Assim, pode-se inferir que o restaurante é visto pelos estudantes pesquisados como instrumento de muita importância tanto na trajetória acadêmica quanto na permanência estudantil, independentemente da categoria de usuário do programa.

Na avaliação da forma como esse programa tem atuado na trajetória acadêmica dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral, pôde-se constatar que esse instrumento auxilia o estudante a ter condições de vivenciar o ambiente universitário, pois o auxilia a otimizar seu tempo e se dedicar às atividades extraclasse, uma vez que não precisam se deslocar ou preparar suas refeições, além de proporcionar que os comensais tenham um período maior de descanso entre as atividades, beneficiando a saúde física e mental e favorecendo a permanência do estudante na graduação.

Outro ponto pesquisado foi a influência da gratuidade e do baixo valor da refeição na permanência estudantil, asseverando que esses fatores influenciam na continuidade no curso. Apesar disso, despertou atenção a porcentagem de estudantes com gratuidade que, antes de receberem o benefício, ficaram sem fazer alguma refeição no RU por não ter o valor da taxa de acesso, mostrando que, embora a taxa seja quase totalmente subsidiada e o preço ser relativamente baixo, o público mais vulnerável encontrou, em determinadas situações, dificuldades para arcar com estes valores.

Ao analisar o grau de insegurança alimentar e nutricional, ficou evidente que a insegurança alimentar é um problema prevalente para a maioria dos discentes, sendo que os mais vulneráveis economicamente estão mais expostos a situações de insegurança, principalmente nos seus níveis mais alarmantes: o moderado e o grave. Pode-se inferir ainda que, provavelmente, sem a alimentação distribuída pelo Programa Restaurante Universitário, os estudantes estariam em uma situação ainda mais preocupante do que a constatada, o que poderia causar sérios danos ao desempenho acadêmico e à saúde dos universitários.

Assim, pode-se considerar que a pergunta norteadora do trabalho (“Qual a influência do Programa Restaurante Universitário na permanência do discente de graduação do *campus* da UFC em Sobral?") foi respondida e que o programa desempenha um papel essencial na garantia de permanência estudantil. Como pôde ser visto, pelos relatos dos estudantes, sem esse serviço, a vida acadêmica se tornaria ainda mais complicada e diversas adaptações precisariam ser feitas na rotina, tornando o caminho até a conclusão do curso mais árduo e demorado, o que poderia elevar os índices de retenção universitária. Em algumas situações, caso não recebessem ajuda alguma, a evasão do curso seria uma decisão a ser tomada.

Desse modo, pode-se dizer que o objetivo geral desta pesquisa – “analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil com a finalidade de identificar a sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral” – foi alcançado. Constatou-se que o Programa Restaurante Universitário

do *Campus* de Sobral exerce um papel essencial na permanência estudantil, uma vez que as refeições ofertadas garantem a ingestão diária de uma alimentação adequada em quantidade e qualidade, amenizando a preocupação do estudante e dos seus familiares quanto a essa questão, proporcionando que o discente tenha condições de vivenciar o ambiente acadêmico e as aproveitar as oportunidades oferecidas no meio universitário, como participar de projetos de pesquisa, de extensão, monitorias, ações que enriquecem a formação universitária do graduando.

De maneira semelhante, infere-se que os objetivos específicos também foram atingidos, uma vez que foi possível constatar que, na visão dos pesquisados, o Programa Restaurante Universitário é considerado como serviço garantidor de alimentação diária, ofertada a um preço acessível e que possibilita economia de tempo e dinheiro, despertando sensação de alívio e segurança, principalmente para os estudantes que precisaram mudar de cidade para cursar a graduação.

Notou-se também que não havia diferença na percepção de importância do Programa entre os estudantes pagantes e os beneficiados com a gratuidade da taxa de acesso, uma vez que para ambos (pagantes e não pagantes), o Restaurante Universitário é um equipamento da assistência estudantil que apresenta muita importância na vida do discente de graduação.

Além disso, constatou-se que o Programa Restaurante Universitário tem atuado diretamente na trajetória acadêmica dos alunos de graduação do *Campus* da UFC em Sobral, contribuindo para que os alunos possam vivenciar a universidade de maneira ampla, possibilitando que eles tenham tempo disponível para se dedicar às atividades extracurriculares disponibilizadas pelos cursos de graduação, já que os discentes não precisam se deslocar para casa ou outros locais para fazer as principais refeições, contribuindo para a melhoria da saúde física e mental e favorecendo a permanência no curso de graduação.

Quanto ao nível de insegurança alimentar e nutricional, verificou-se que a maioria dos discentes (pagantes e não pagantes) se encontram em algum grau de insegurança alimentar. Entretanto, os estudantes beneficiados com a gratuidade (auxílio moradia e isenção) estão mais expostos a situações de insegurança alimentar moderada e grave. O fator renda é um dos principais influenciadores nesse resultado, pois, quanto menor a renda, maior a porcentagem de estudantes que relataram passar por situações graves de restrição alimentar. Pode-se inferir que o Programa Restaurante Universitário pode contribuir na amenização desse problema, pois a

situação poderia ser mais difícil caso não pudessem contar com esse programa para realizar as refeições diárias.

Cabe enfatizar que, sem as refeições ofertadas pelo restaurante universitário, muitos discentes estariam mais propensos a passar por circunstâncias que poderiam aumentar os níveis de retenção acadêmica e, conseqüentemente, elevariam as chances de evasão da educação superior, como reduzir o número de disciplinas cursadas no semestre para trabalhar e assim conseguir os recursos financeiros para custear as refeições. Outro problema seria o aumento dos níveis de insegurança alimentar, pois uma parcela de estudantes ficaria exposta a sérias situações de restrição alimentar, principalmente aqueles com menor renda familiar. Ademais, sem a disponibilização do restaurante universitário no *campus*, alguns estudantes alegaram que não teriam sequer condições de ingressar na educação superior.

Os resultados obtidos com esta pesquisa poderão colaborar para que os servidores responsáveis por gerir os restaurantes universitários e os demais setores da assistência estudantil conheçam o perfil do público usuário, além de entender os significados e sentimentos dos estudantes acerca desses serviços. Dessa maneira, as equipes gestoras terão mais embasamento para direcionar o desenvolvimento de atividades e intervenções de maneira mais assertiva, com o objetivo de fortalecer e garantir a continuidade desses equipamentos de apoio que passaram a desempenhar um importante papel na permanência dos estudantes de graduação.

Finalizando, os resultados apresentados nesta pesquisa não findam a discussão sobre o tema apresentado. Sugere-se que outros estudos mais aprofundados sobre as questões expostas sejam realizados, tanto nos demais *campi* da Universidade Federal do Ceará quanto em outras instituições de ensino, com a finalidade de corroborar, complementar ou questionar os resultados obtidos e ainda analisar se os resultados da pesquisa se aplicam a outras realidades encontradas nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. 5ª ed. São Paulo: Editora Metha, 2013. 378 p.
- AGUIAR, Rafaela Silveira de; NUNES, Ilanna Teixeira; ABREU, Domingos Sávio. Sentidos da assistência estudantil no ensino superior: o que pensam os universitários em situação de pobreza. *In*: LOPES, Valmir; ABREU, Domingos Sávio; RIOS, Genilria (org.). **Quando gira a roda da história: o Programa Bolsa Família e seus beneficiados**. 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2021, 252 p.
- AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 121-139, jan./abr. 2022.
- AKANIME, Carlos Takeo.; YAMAMOTO, Roberto Katsuhiko. **Estudo Dirigido de Estatística Descritiva**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517780/>. Acesso em: 17 mai. 2023.
- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 182f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, UFPB, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9919>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ALMEIDA, Luciana Oliveira de. **Práticas alimentares de usuários de um Restaurante Universitário**. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12745/1/d.pdf> Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSu no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 26, p. 24-44, 2021.
- ALVES, Hayda Josiane; BOOG, Maria Cristina Faber. Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, p. 197-204, 2007.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, p. 512-528, jul. 2017.
- ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, outubro de 2011. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/7284> Acesso em: 10 de setembro de 2021.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ANDRIOLA, Cristiany Gomes; MOURA, Cristiane Pascoal.

Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 365-382, jul./set. 2006.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ARAÚJO, Adriana Castro. Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, p. 437-464, maio/ago. 2021.

ANGOTTI, Alanis Amorim; ZANGIROLANI, Lia Thieme Oikawa. Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in southeastern Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 35, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/5bsmmWQs9T4nQ5FLWKtZnmc/?lang=en>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ARAÚJO, Ana Cléssia Pereira Lima de; MARIANO, Francisca Zilania; OLIVEIRA, Celina Santos de. Determinantes acadêmicos da retenção no Ensino Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, p. 1045-1066, 2021.

ARAÚJO, Anne Caroline Costa. **A Percepção Discente sobre a Residência Universitária no Brasil e o Programa Auxílio Moradia no Campus da UFC em Sobral**. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17044/1/2016_dis_accaraujo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor. **Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior**. 2018. 210f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40439>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor *et al.* Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, p. 722-743, 2019.

ARAÚJO, Tânia Aparecida *et al.* (In)segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia durante a pandemia do covid-19. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-9, 2021.

ARAÚJO, Adriana Castro; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; COELHO, Afrânio de Araújo. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): desempenho de bolsistas versus não bolsistas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

ASSIS, Anna Carolina Lili *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação

institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 16, p. 355-374, jul. 2011.

BARBOSA, Marcelo Correa Cavadinha. **Permanência dos estudantes no ensino superior: uma análise a partir das pertencas raciais**. 2021. 138f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=11430128>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BARBOSA, Mariana Vieira *et al.* Descritores da qualidade do serviço de restaurantes universitários com foco na percepção dos clientes. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 33193, 2019.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. “Não havia outra saída”: percepção de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 95-105, jan./abr. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENVINDO, Joyce Larissa da Silva; PINTO, Ana Maria de Souza; BANDONI, Daniel Henrique. Qualidade nutricional de cardápios planejados para restaurantes universitários de universidades federais do Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 447-464, 2017.

BEZERRA, Islândia Costa; ISAGUIRRE, Kátya Regina. Direito humano à alimentação adequada (DHAA): a discussão da “geografia da fome” à sua proteção jurídica no Brasil. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 18, n. 3, p. 675-692, set./dez. 2014.

BISPO, Amanda Santos *et al.* A percepção dos comensais de um restaurante universitário como equipamento de segurança alimentar e nutricional. **Higiene Alimentar**, v. 33, n. 288/289, p. 57-61, abr./maio 2019. Disponível em: https://higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Anais-Higienistas-2019_VERS%C3%83O-ATUALIZADA-FINAL_compressed.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; NAKAMURA, Paulo Hideo; ARAÚJO, Edineide Jezine Mesquita. Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 25, 2017, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2017. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/fatores-que-influenciam-na-permanencia-de-alunos-em-instituicoes-superiores-estudo-piloto-na-ufpb.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010b**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 6.096**, de 24 abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Painel do Censo da Educação Superior**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjUzZjU2YzItY2VIZC00MzcxLTk4OWYtODMzNWEyNzJkM2ZlIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWVtNGIxZS05NzhmLVVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.234**, de 19 de julho de 2010a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 09 jan 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.154**, de 1º de janeiro de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2014b. 15 p.

Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>

Acesso em: 20 mar. 2022.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010, 204 p. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/dhaa_no_contexto_da_san.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

BUSATO, Maria Assunta *et al.* Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de estudantes universitários. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 36, n. 2, p. 75-84, 2015.

CAMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional – PLANSAN 2016 – 2019**. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CATTAFESTA, Monica *et al.* Condições higiênico-sanitárias de um restaurante universitário e as práticas alimentares de seus usuários. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 14, n. 4, p. 36-43, out./dez., 2012.

CARVALHO, Vera Lúcia de Fátima Pereira. **Terceirização ou autogestão?** Estudo de caso do restaurante universitário do IFMG – Campus Bambuí. 2022. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3145/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o_2022036.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 ago. 2022.

CEARÁ. Lei Complementar nº 168, de 27 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Sobral, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana de Sobral. **Diário Oficial do Estado**, série 3, ano VIII, nº 245, Fortaleza, 28 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/LC-168-2016-Regi%C3%A3o-Metropolitana-de-Sobral.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CESPEDES, Juliana Garcia *et al.* Evaluación de impacto del programa de permanencia estudiantil de la Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1-25, 2021.

CISLAGHI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 2008. 273f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91544/250753.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 set. 2022.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Como criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/conferencias-municipais-como-fazer>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. **Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. 2008. 260f. Tese (Doutorado em Educação-Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10055/1/Maria%20Jose%20de%20Jesus%20Alves%200Cordeiro.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS / BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A expansão privado-mercantil em questão, 23, Belém. **Anais eletrônicos** [...] Belém: PA, 2015. p. 831-851. Disponível em: <http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CORREIO, Larissa Cavalcanti de Albuquerque. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2018.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior**: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2022.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17/18, p. 51 – 60, 2016.

CRISTINO FILHO, Gerardo. **Memorial Descritivo**. Disponível em: <https://gerardocristino.com.br/memorial>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, Porto Alegre, n. 12, dez. 2018.

DAL BOSCO, Simone Morelo *et al.* Gestão do espaço físico em unidades de alimentação e nutrição. *In*: ANTUNES, Maria Terezinha; DAL BOSCO, Simone Morelo. **Gestão em Unidades de Alimentação e Nutrição da Teoria à Prática**. Editora Appris, 2020. p. 182-196.

DIAS, Ionara Silva Chaves. **Avaliação Da Política De Assistência Estudantil: o auxílio alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas.** 2015. 90f. Dissertação (Mestrado em Gestão das Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/100/1/Ionara%20Silva%20Chaves%20Dias%20-%20Disserta%20c3%a7%20c3%a3o.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, 2014.

EVANGELISTA, Leilane Lima Almeida. **Retenção discente em cursos de educação: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).** 2020. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – POLEDUC, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54208/3/2020_dis_llaeangelista.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. REUNI: política para a democratização da educação superior?. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 2014. **The state of food security in the world 2014.** Roma. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos Olhares.** Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Coordenação: ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 15 jan 2022.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

FROES, Ana América Gonçalves. **Os aprendizes da casa verde: um estudo sobre a comensalidade.** 2010. 77f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9584/1/Dissertacao%20Ana%20America%20Froes01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GAMBA, Juliana Caravieri Martins; MONTAL, Zélia Maria Cardoso. O direito humano à alimentação adequada: revisitando o pensamento de Josué de Castro. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 11, n. 95, p. 52-81, out./2009 - jan./2010.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. *In*: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez (org.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GOETZ, Jackson Éder. **Evasão discente no ensino superior: estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Campus de Sinop**. 2020. 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – POLEDUC, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/56744/7/2020_dis_jegoetz.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HADDAD, Mariana Rebello. **O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo**. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6311/1/Mariana%20Rebello%20Haddad.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares, (POF) 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 59 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia do Trabalho Científico**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2022. *E-book*.

LEÃO, Marília Mendonça; RECINE, Elisabetta. O Direito Humano à Alimentação Adequada. *In*: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011, p. 73-97.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiarajú Alves de. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho

acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 55, p. 27-59, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1091/550>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MACHADO, Albert Lima; FRANÇA, Alice Bartholazi; RANGEL, Tauã Lima Verdan. Carestia, mapa da fome e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional em tempos de pandemia: o retrocesso brasileiro na política de combate à fome. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 8, n. 24, p. 87-101, 2021.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MAIA, Tania Maria Lacerda. **Planejamento e gestão estratégica para o restaurante universitário da UFC em um cenário de expansão do número de alunos**. 2008. 107f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2857>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MARTINS, Felipe *et al.* **Insegurança alimentar e volta do Brasil ao Mapa da Fome**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22762>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MARTINS, Natália Caldas. **Avaliação da situação de (in)segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários em tempos de pandemia (Covid-19)**. 2021. 75f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F10663420210217125137077703/Dissertacao.pdf>. Acesso em: 30 jul 2022.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo; SILVA, Eder Gama da; MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. A história da assistência estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n.6, p. 886-911, out. 2019.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 156-174, jan./abr. 2019.

MEDEIROS, Lara Gabriele Ferreira *et al.* A gestão de processos como fonte de melhorias: aplicação de técnicas de mapeamento de processos em um restaurante universitário. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 9, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: https://www.inovarse.org/artigos-por-edicoes/IX-CNEG-2013/T13_0634_3479.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2013. *E-book*.

MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus *et al.*. Satisfação dos usuários do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Santa Maria: uma análise descritiva. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v.28, n.2, p. 83-108, mai/ago. 2015.

MUSSIO, Bruna Roniza. **A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior**: uma análise das Universidades Federais Brasileiras. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/721>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NUNES, Ilanna Teixeira. **Acesso à política de assistência estudantil: uma análise do impacto do auxílio moradia nas trajetórias de estudantes da UFC no Campus Sobral**. 2021. 166f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/60857>. Acesso em: 13 abr. 2023.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Elementos que interferem na permanência do estudante na educação superior pública. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/BR / REDE UNIVERSITAS/BR, 23., Universidade Federal do Pará. **Anais** [...] Instituto de Ciências da Educação. Belém, 2015, p. 815-830. Disponível em: <http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comentário Geral No. 12: O Direito Humano a Alimentação Adequada**. 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Coment%C3%A1rio-Geral-12.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. 1ª ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.

PEREIRA, Marcelo Henrique. **Gestão do recurso da assistência estudantil destinado à alimentação em uma Instituição de Ensino Superior**. 2018. 86f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/707/5/Dissert%20Marcelo%20H%20Pereira.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PIMENTEL, Carolina Vieira de Mello B.; ELIAS, Maria F.; PHILIPPI, Sonia T. **Alimentos funcionais e compostos bioativos**. Barueri: Editora Manole, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761955/>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa *et al.* Cenário e perspectivas do sistema alimentar brasileiro frente à pandemia de Covid-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 55953, 2021.

QUINTINO, Eliana Maria. **Evasão discente no ensino superior**: estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Pontes e Lacerda. 2020. 116f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57469/5/2020_dis_emquintino.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROHR, André Rath; MASIERO, Miguel Slomp; KLIEMAN NETO, Francisco José. Proposta de um sistema de gestão de custos para o restaurante universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *In.*: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 30, 2010, São Carlos. **Anais [...]** Rio de Janeiro, RJ: ABEPRO, 2010. 14 p.

SANTANA, Elis Virginia da Silva. A segurança alimentar e nutricional no governo Lula (2002-2010): a agenda de combate à fome como instrumento de projeção internacional. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, João Pessoa, v. 7, n.14, p.110-134, 2020.

SANTOS, Bettina Steren *et al.* Educação superior: processos motivacionais estudantis para a evasão e permanência. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 073-094, jan./abr. 2017.

SANTOS, Vanessa Marinho dos. **Qualidade percebida e satisfação do consumidor quanto à prestação de serviços do restaurante universitário da UFPE**. 2016. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – UFPE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26896>. Acesso em: 02 maio 2023.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 641-659, set./dez. 2007.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência & Educação**, v. 24, n. 3, p. 715-728, 2018.

SOBRAL. **História**. Disponível em: <https://www.sobral.ce.gov.br/a-cidade/historia>. Acesso em: 16 no. 2021.

SOUZA, Ariadne Marra *et al.* Proposta de reajuste de valor do restaurante universitário da UFES *Campus Alegre* com base na análise de custo. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, Rio de Janeiro, v.2., n.2, p. 4-22, jul/dez. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Elaine Cristina de Melo Pereira. **Alimentação como cerimônia indispensável do convívio humano**. 2012. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em gestão de projetos culturais e organização de eventos) – Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/399-1135-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, Gabriel Viana de. Restaurantes universitários nas instituições de ensino superior brasileira: um olhar nos modelos de gestão. **Administração de Empresas em Revista**, Curitiba, v. 2, n. 28, p. 24-53, 2022.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.3, n.3, p.515-538, set./dez. 2017.

SOUZA, Francisca Aparecida de; SILVA, César Augusto Tiburcio. Análise dos recursos públicos aplicados no restaurante universitário de uma instituição federal de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-28, maio/ago.2011.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Editora Harbra, 1981.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. *In.*: ARANHA, Adriana Veiga (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010, p. 190. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

TEIXEIRA, Linnik Israel Lima *et al.* Satisfação de comensais do restaurante universitário da Universidade Federal do Ceará: avaliação e perspectivas. 2016. *In.*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA, 16., Arequipa, Peru. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/172082/OK%20-%20102_00522%20-%20OK.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 maio 2023.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda *et al.* Direito humano à alimentação adequada: percepções e práticas de nutricionistas a partir do ambiente escolar. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, p. 245-267, jan./abr. 2017.

TREMÉA, Elizângela; SCHAURICH, Amanda Caroline Schallenberger; SILVA, Emanuele Kelli Samaia. O direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional no contexto das políticas alimentares brasileiras. **Revista Quero Saber**, v. 1, n. 2, p. 13-33, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Painéis estratégicos da UFC**. Fortaleza: UFC, 2023a. Disponível em: <https://paineis.ufc.br/>. Acesso em: 02 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Fortaleza: UFC, 2023b. Disponível em: <https://prae.ufc.br>. Acesso em: 03 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (UFC- SIPAC)**. Fortaleza: UFC, 2023c. Disponível em: <https://si3.ufc.br/sipac/login.jsf>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Relatório de gestão UFC 2022**. Fortaleza: UFC, 2023d. Disponível em: <https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2023/04/relatorio-de-gestao-2022-2023-4-20-revisao-textual-compressed.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez.2010.

VIDRIK, Klaus Negrão. **Indicadores de qualidade do restaurante universitário da Universidade Sagrado Coração – Bauru, SP: um estudo de caso**. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade) – Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://portal.anhembibauru.br/wp-content/uploads/2022/05/Klaus-Negrao-Vidrik.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

VIEIRA, Lorena Almeida. **Segurança alimentar e alimentação saudável na percepção de acadêmicos da Universidade Federal do Oeste do Pará**. 2022. 106f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/820>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VIEIRA, Valéria Gonçalves; CAVALCANTI, Elmano Pontes. Análise dos serviços de um restaurante universitário na perspectiva dos usuários. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 10, p. e4519108715-e4519108715, 2020.

WOLFF, Luciano. **Satisfação do usuário como ferramenta administrativa voltada para a qualidade nos RUs das Universidades Federais brasileiras**. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/994/1/LucianoWolff.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. *E-book*.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 19, n. 27, p. 145-169, jan./abr. 2016.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) por Laiana Paula Severo de Sousa, discente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Elias Soares, a participar da pesquisa intitulada “**O PAPEL DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS DA UFC EM SOBRAL-CE**”.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil com a finalidade de identificar a sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral. O questionário contém 49 questões, será aplicado por meio de um formulário eletrônico e está dividido em três partes, conforme disposto abaixo:

- a. **Caraterização do perfil do respondente:** composto por 12 questões a respeito do gênero, cor, idade, curso, semestre de ingresso, renda familiar, local de origem e moradia, entre outras relevantes para o estudo;
- b. **Percepção acerca do Programa Restaurante Universitário:** a segunda parte do questionário contém 29 questões objetivas e subjetivas com o intuito de mensurar e avaliar o conhecimento e a utilização dos programas de assistência estudantil da UFC, dando maior ênfase ao Programa Restaurante Universitário, conhecer a percepção discente sobre a importância deste Programa na sua trajetória acadêmica e da relevância do RU para os discentes dos cursos de graduação. As questões 23, 24 e 25 são destinadas apenas aos estudantes que assinalarem a categoria de acesso Discente (pagante). Já as questões 26, 27, 28 e 29 são destinadas apenas aos estudantes que assinalarem a categoria de acesso Auxílio moradia ou Isento.
- c. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA):** este instrumento consiste em uma escala psicométrica, utilizada para avaliar de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome nos últimos três meses (BRASIL, 2014b). Nesse estudo será aplicada a versão de oito perguntas da EBIA (REDE PENSSAN, 2022).

O questionário leva cerca de 15 minutos para ser respondido. Suas respostas serão utilizadas única e exclusivamente para a consecução deste estudo e a sua identidade será preservada.

O benefício desta pesquisa refere-se à colaboração da comunidade acadêmica, mais especificamente os estudantes de graduação, principal público usuário do serviço, para um aprimoramento do planejamento, direcionamento e estabelecimento de ações e intervenções prioritárias a serem desenvolvidas no Refeitório Universitário e também na Assistência Estudantil. Além de contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre o tema proposto, com o intuito de potencializar os resultados e garantir a continuidade do Programa Restaurante Universitário na Universidade Federal do Ceará.

A sua participação no estudo é espontânea e os riscos são mínimos, referentes ao tempo dedicado para responder o questionário e a possíveis desconfortos gerados ao responder algumas questões pessoais sobre as suas condições socioeconômicas e de acesso à alimentação. Os riscos de responder a um formulário online são os mesmos de um acesso comum à internet. Os dados coletados serão tratados com a máxima confidencialidade pelo pesquisador. Este se compromete a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa. O número da matrícula foi solicitado apenas para evitar duplicidade dos dados e em nenhum momento está será divulgada, somente as respostas do questionário serão compiladas. Apenas a pesquisadora, Laiana Paula Severo de Sousa, e a sua respectiva orientadora, Prof^a Dr^a. Maria Elias Soares, terão acesso aos dados coletados. Além disso, o resultado desta pesquisa será utilizado em produções acadêmicas. Os participantes que demonstrarem interesse poderão ter acesso ao relatório final da pesquisa. Cabe esclarecer que, uma vez concluída a pesquisa, os dados poderão ser divulgados em Encontros Científicos (Congressos, simpósios etc.) e/ou periódicos, mas sempre preservando informações que levem à identificação pessoal do participante, de acordo com o sigilo previsto pela ética profissional.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e sem nenhuma remuneração. Se você aceitar participar, saiba que está totalmente livre para abandoná-la, mesmo após o preenchimento do questionário. Para tanto, basta solicitar por e-mail ao pesquisador, a exclusão de suas respostas. Isso não lhe acarretará prejuízo algum.

A pesquisadora se coloca à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre sua participação, a qualquer momento. Caso tenha dúvidas durante sua participação na pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá esclarecê-las com a mestrandia LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA, pelo e-mail laianasevero@ufc.

Endereço da responsável pela pesquisa:

Nome: Laiana Paula Severo de Sousa

Instituição: Universidade Federal do Ceará - *Campus* de Sobral

Endereço: Rua Estanislau Frota, 563, Centro, Sobral-CE

Telefone para contato: (88) 3695 - 4628

E-mail: laianasevero@ufc.br

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Tendo ciência da existência do TCLE e dos termos estabelecidos para a sua participação na presente pesquisa, você concorda em participar da pesquisa?

() Concordo, de minha livre e espontânea vontade, em participar do estudo sobre **“O papel do Programa Restaurante Universitário na permanência dos discentes de graduação do *Campus* da UFC em Sobral-CE”** e declaro, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido(a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a mim. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

() Não concordo em participar da pesquisa.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Parte I - Caracterização do perfil do estudante

Número da matrícula: _____ (Pergunta feita para evitar duplicidade de dados)

Qual o seu curso?

- Ciências Econômicas Engenharia da Computação Engenharia Elétrica
 Finanças Medicina Música Odontologia Psicologia

Semestre de ingresso no curso: _____

Qual a sua identidade de gênero?

- Feminino Masculino Não-binário Sem declaração Outro

Qual a sua idade? _____

A sua cor ou raça é?

- Amarela Branca Indígena Parda Preta

Indique a sua renda familiar mensal?

- Abaixo de 1 salário mínimo Entre 1 e 2 salários mínimos
 Entre 2 e 3 salários mínimos Entre 3 e 5 salários mínimos
 Entre 5 e 10 salários mínimos Acima de 10 salários mínimos

Atualmente, você mora na cidade sede do *Campus*?

- Sim Não

Você precisou mudar de cidade para fazer sua graduação?

- Sim Não

Com quem você mora atualmente?

- Sozinho Pais ou parentes Cônjuge/companheiro (a) Filhos Colegas

Qual o tipo de Escola em que cursou o Ensino Médio?

- Escola Pública Escola Privada (bolsista)
 Escola Privada (não bolsista) Mista (pública e privada)

Qual o seu local de Origem?

- Sobral-CE Região Metropolitana de Sobral Região Metropolitana de Fortaleza
 Município fora da Região Metropolitana de Sobral e/ou Fortaleza, mas no Estado do Ceará
 Fora do Estado do Ceará

Parte II - Conhecimento acerca da Assistência Estudantil na UFC

Diga o que você entende por assistência estudantil?

Você conhece os Programas de Assistência Estudantil da UFC?

Sim Não

Já foi beneficiado com algum auxílio e/ou bolsa da Assistência Estudantil na UFC. Se sim qual (is)? (Você pode assinalar mais de uma alternativa)

<input type="checkbox"/> Não fui beneficiado	<input type="checkbox"/> Auxílio Alimentação Emergencial
<input type="checkbox"/> Auxílio Creche	<input type="checkbox"/> Auxílio Emergencial
<input type="checkbox"/> Auxílio Moradia	<input type="checkbox"/> Bolsa de Iniciação Acadêmica
<input type="checkbox"/> Bolsa de Incentivo ao Desporto	<input type="checkbox"/> Isenção da Taxa do Restaurante Universitário

Recebe algum auxílio financeiro da assistência estudantil da UFC?

Sim Não

Você utiliza o Refeitório Universitário do *Campus* de Sobral?

Sim Não (Caso a resposta seja “não” o questionário será encerrado)

Qual a sua categoria de acesso ao Refeitório?

Discente (usuário pagante) Auxílio moradia Isento

Quantos dias na semana você utiliza o RU?

1 2 3 4 5

Quais refeições você costuma fazer no RU?

Almoço Jantar Almoço e Jantar

Qual foi a sua primeira impressão ao entrar na universidade e ter a experiência de usufruir do serviço do Restaurante Universitário?

Qual(is) o(s) motivo(s) que faz(em) você utilizar o refeitório universitário? (Mais de uma alternativa pode ser assinalada)

<input type="checkbox"/> Qualidade das refeições	<input type="checkbox"/> Preço das refeições
<input type="checkbox"/> Falta de tempo para preparar as refeições	<input type="checkbox"/> Distância de casa
<input type="checkbox"/> Ambiente agradável	<input type="checkbox"/> Única opção disponível
<input type="checkbox"/> Praticidade	<input type="checkbox"/> Influência dos amigos
<input type="checkbox"/> Pela companhia dos colegas na hora das refeições	<input type="checkbox"/> Outro

- **Percepção do discente pagante (as perguntas a seguir são destinadas perguntas destinadas apenas aos estudantes que marcarem a categoria de acesso discente)**

Com que frequência você tem dificuldades financeiras para pagar a taxa de acesso ao RU?

Muito frequente Frequentemente Eventualmente Raramente Nunca

Com que frequência você já ficou sem fazer alguma refeição no RU por não ter o dinheiro para fazer a recarga ou comprar o tíquete?

Muito frequente Frequentemente Eventualmente Raramente Nunca

Um dos fatores que contribui para a sua permanência na graduação é a possibilidade de pagar um valor baixo pelas refeições no RU.

Discordo parcialmente Discordo totalmente Não concordo, nem discordo

Concordo parcialmente Concordo totalmente

- **Percepção do discente com gratuidade (as perguntas abaixo são destinadas apenas aos estudantes que assinalarem a categoria de acesso auxílio moradia ou isento)**

Antes de ser beneficiado (a) com a gratuidade, com que frequência você tinha dificuldade financeira para pagar a taxa de acesso ao Restaurante Universitário?

Muito frequente Frequentemente Eventualmente Raramente Nunca

Sem a gratuidade, com que frequência você conseguiria pagar a taxa de acesso ao Restaurante Universitário sem que isso comprometesse sua renda?

() Muito frequente () Frequentemente () Eventualmente () Raramente () Nunca

Antes da gratuidade, com que frequência você já deixou de fazer alguma refeição no RU por não ter o valor da recarga e/ou do tíquete?

() Muito frequente () Frequentemente () Eventualmente () Raramente () Nunca

Um dos fatores que contribui para a sua permanência na graduação é o fato de ser beneficiário da gratuidade das refeições?

() Discordo parcialmente () Discordo totalmente () Não concordo, nem discordo

() Concordo parcialmente () Concordo totalmente

○ **Percepções sobre o Programa Restaurante Universitário (as perguntas abaixo são destinadas para todos os participantes da pesquisa)**

Nas questões abaixo, por favor, marcar o quanto concorda ou discorda de cada uma delas, dando uma nota de 1 a 5, onde:

1 – Discordo Totalmente 2 –Discordo Parcialmente 3 – Não concordo e nem discordo

4 –Concordo Parcialmente 5 –Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5
O Programa Restaurante Universitário proporciona o acesso a uma alimentação saudável e variada.					
Os meus hábitos alimentares melhoraram depois que comecei a fazer as refeições no RU.					
Passei a consumir mais alimentos de origem vegetal (frutas, verduras e legumes) por causa das refeições oferecidas no Refeitório.					
Nos finais de semana ou feriados, quando o RU não funciona, tenho acesso as principais refeições do dia (almoço e jantar) com facilidade.					
As refeições realizadas no Restaurante Universitário são a minha principal fonte alimentar do dia.					
Além das refeições ofertadas no RU, diariamente faço outras refeições (café da manhã e lanches).					
Mesmo que não tivesse o Programa Restaurante Universitário, faria normalmente e sem dificuldades as principais refeições do dia (almoço e jantar).					

Se não tivesse o Refeitório Universitário, você ainda teria escolhido o *Campus* de Sobral para fazer sua graduação?

Sim Não

Sem o Refeitório Universitário no *Campus* de Sobral, como você faria/custearia suas refeições?

Sem as refeições ofertadas pelo Refeitório Universitário, você ainda teria condições de permanecer no curso? Justifique.

Como você avalia a importância do Programa Restaurante Universitário na sua trajetória acadêmica (notas, frequência, aprovações em disciplinas, participação em projetos e atividades acadêmicas e extracurriculares)?

Sem importância Pouco importante Razoavelmente importante
 Importante Muito importante

Como você avalia a importância do Programa Restaurante Universitário no *Campus* de Sobral para sua permanência no ensino superior?

Sem importância Pouco importante Razoavelmente importante
 Importante Muito importante

ANEXO A – ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é um instrumento utilizado para avaliar, de maneira direta, uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome nos últimos três meses. As perguntas abaixo fazem referência ao seu núcleo familiar de origem.

	Sim	Não
1. Nos últimos três meses, você ou as pessoas do seu domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?		
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você ou as pessoas do seu domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3. Nos últimos três meses, você ou as pessoas do seu domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4. Nos últimos três meses, você ou as pessoas do seu domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou?		
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade do seu domicílio deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade do seu domicílio, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade do seu domicílio, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida?		
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade do seu domicílio, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?		

ANEXO B – PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ - UFC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PAPEL DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS DA UFC EM SOBRAL-CE

Pesquisador: LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65455122.2.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.880.417

Apresentação do Projeto:

O presente estudo trata-se de um projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil identificando sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do Campus da UFC em Sobral, por meio do reconhecimento da visão dos discentes acerca do Programa Restaurante Universitário, da discussão das diferentes percepções da importância do Programa entre os alunos pagantes e os beneficiários da gratuidade da taxa de acesso e da avaliação da forma como esse Programa tem atuado na trajetória acadêmica dos discentes de graduação do Campus da UFC em Sobral. A pesquisa está classificada como aplicada, descritiva quanto aos objetivos, com abordagem qualitativa e quantitativa. No que diz respeito aos procedimentos técnicos, serão feitos estudo de campo e pesquisa documental; a coleta de dados será feita mediante a utilização de questionário eletrônico. A pesquisa será realizada no Campus da UFC em Sobral, com estudantes dos oito cursos de graduação do Campus. Os dados quantitativos serão compilados no software Microsoft Office Excel 365, onde serão tratados e analisados de acordo com os objetivos do projeto. Para os dados subjetivos será utilizada a análise de conteúdo. De modo secundário, será feita a análise documental de documentos internos à instituição que ainda não receberam tratamento analítico, tendo por vantagem o fato de

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Telefone: (85)3388-8344

Município: FORTALEZA

CEP: 80.430-275

E-mail: comepe@ufc.br

ANEXO B – PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA (PÁGINA 2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 5.880.417

representar uma base de dados rica e estável. Espera-se com o presente estudo comprovar que o Programa Restaurante Universitário exerce um significativo papel na permanência do discente de graduação, principalmente para os beneficiários da gratuidade das refeições, os quais apresentam condições de vulnerabilidade socioeconômica e estão mais expostos a insegurança alimentar e nutricional e que a sua restrição de acesso ou sua extinção causaria um enorme prejuízo para a comunidade acadêmica.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil com a finalidade de identificar a sua influência no percurso acadêmico dos discentes de graduação do Campus da UFC em Sobral.

Objetivo Secundário:

- Identificar a visão dos discentes acerca do Programa Restaurante Universitário; Discutir as diferentes percepções da importância do programa entre os alunos pagantes e os beneficiários da gratuidade da taxa de acesso;
- Avaliar a forma como este programa tem atuado na trajetória acadêmica dos discentes de graduação do Campus da UFC em Sobral.
- Analisar o grau de (in)segurança alimentar e nutricional dos estudantes de graduação do Campus de Sobral.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A sua participação no estudo é espontânea e os riscos são mínimos, referentes ao tempo dedicado para responder o questionário e a possíveis desconfortos gerados ao responder algumas questões pessoais sobre as suas condições socioeconômicas e de acesso à alimentação. Os riscos de responder a um formulário online são os mesmos de um acesso comum à internet. Os dados coletados serão tratados com a máxima confidencialidade pelo pesquisador. Este se compromete a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa. O número da matrícula foi solicitado apenas para evitar duplicidade dos dados e em nenhum momento está será divulgada, somente as respostas do questionário serão compiladas.

Benefícios:

O benefício desta pesquisa refere-se à colaboração da comunidade acadêmica, mais especificamente os estudantes de graduação, principal público usuário do serviço, para um

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Telefone: (85)3388-8344

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

E-mail: comepe@ufc.br

ANEXO B – PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA (PÁGINA 3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 5.880.417

aprimoramento do planejamento, direcionamento e estabelecimento de ações e intervenções prioritárias a serem desenvolvidas no Refeitório Universitário e também na Assistência Estudantil. Além de contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre o tema proposto, com o intuito de potencializar os resultados e garantir a continuidade do Programa Restaurante Universitário na Universidade Federal do Ceará.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para área de Gestão da Educação. Objetivos congruentes com método proposto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2051130.pdf	19/12/2022 08:52:53		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_modificado.pdf	19/12/2022 08:42:18	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	19/12/2022 08:42:06	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Outros	Carta_CEP.pdf	15/12/2022 22:10:42	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Outros	LATTESMARIAELIAS.pdf	23/11/2022 15:09:22	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	23/11/2022 15:08:06	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PESQUISADORES.pdf	23/11/2022 14:54:27	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Declaração de concordância	CONCORDANCIAUFC.pdf	23/11/2022 14:54:12	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Outros	TERMODADOS.pdf	23/11/2022 14:50:46	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3388-8344

E-mail: comepe@ufc.br

ANEXO B – PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA (PÁGINA 4)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 5.880.417

Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTECEP.pdf	23/11/2022 14:34:30	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEfinal.pdf	23/11/2022 13:37:51	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Outros	LATTES.pdf	23/11/2022 11:04:14	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	23/11/2022 10:51:30	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	23/11/2022 10:39:00	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	23/11/2022 10:10:44	LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 07 de Fevereiro de 2023

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 80.430-275

Telefone: (85)3386-8344

E-mail: comepe@ufc.br